

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Marcos Adriano Lovera

**DA ESCURIDÃO PARA A LUZ:
origem e extensão da Bíblia em braille no Brasil**

Belo Horizonte
2013

Marcos Adriano Lovera

**DA ESCURIDÃO PARA A LUZ:
origem e extensão da Bíblia em braille no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira

Belo Horizonte
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

L911e Lovera, Marcos Adriano
 Da escuridão para a luz: origem e extensão da Bíblia em braille no Brasil /
 Marcos Adriano Lovera. Belo Horizonte, 2013.
 176f.: il.

 Orientador: Amauri Carlos Ferreira
 Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
 Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

 1. Bíblia - Brasil. 2. Livros para cegos. 3. Braille (Sistema de escrita). 4.
 Inclusão. 5. Memória. 6. Identidade. 7. Autonomia. I. Ferreira, Amauri Carlos. II.
 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação
 em Ciências da Religião. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 22(81)

Marcos Adriano Lovera

**DA ESCURIDÃO PARA A LUZ:
origem e extensão da Bíblia em braille no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Dr. Amauri Carlos Ferreira (Orientador) – PUC Minas

Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado – UnB

Dr. Mauro Passos – PUC Minas

Belo Horizonte, 22 de março de 2013.

*A Paula França,
a precursora na realização dos sonhos dos outros.*

*A Luiz Antonio Giraldi,
pela visão daqueles que tinham esse direito.*

AGRADECIMENTOS

Fazendo um exame minucioso desses últimos anos de minha vida, meu agradecimento inicial precisa ser feito reconhecidamente àquele em quem, de fato, creio, com tudo o que posso chamar de fé: a Deus, pelo seu amor incondicional e por observar a sua misericórdia em minha vida a cada dia. Ter estudado por esses dois anos a história da Bíblia em braille no Brasil na vida de algumas pessoas sem perceber a manifestação desse Deus seria uma injustiça de minha parte.

Outro ente marcante nessa caminhada é a família, que, na maior parte do tempo, perde com a ausência, mas que, no final, faz parte do crescimento e amadurecimento que se adquire. Agradeço à Mara, minha fiel esposa, companheira nesses 24 anos – muitíssimo obrigado pela paciência. Ao Áquila, que está longe de nós mas, ao mesmo tempo, sempre está perto. E a Priscila e Débora, que sempre estão ao meu lado e também me ajudaram nas transcrições e em algumas digitações. Agradeço, ainda, aos demais familiares, que mesmo distantes, torceram por mim e me incentivaram, acreditando que conseguiria concluir esse estudo.

Agradeço também à Sociedade Bíblica do Brasil, a quem dedico tudo o que sou e aprendi profissionalmente; uma organização que admiro e respeito e, sem qualquer dúvida, é uma das mais respeitáveis do nosso país. Ao Dr. Rudi Zimmer e ao Pr. Marcos Gladstone, que me incentivaram quando lhes pedi apoio, sem o qual certamente eu não teria feito esta pesquisa. Ao Dr. Erni Seibert, que muitas vezes me deu importantes dicas para esse trabalho, sempre interessado, como um professor, em ajudar. Às colegas Emilene Araujo e Wedija Costa, da Secretaria de Ação Social da SBB, as quais, todas as vezes que solicitei informações e documentos, prontamente providenciaram, inclusive liberando a pesquisa que faz parte do capítulo 1 dessa dissertação.

Aos colegas da Secretaria Regional da SBB de Belo Horizonte, que sempre torceram por mim, me incentivaram e ficaram sem minha presença em diversos e importantes momentos, enquanto eu seguia nos estudos, sem que o trabalho fosse prejudicado, graças à dedicação de cada um.

Reconheço e agradeço também o desprendimento da colega Quéfren de Moura, da SBB Sede, que fez toda a revisão do texto. Foram dezenas de sugestões e centenas de correções.

À professora Dra. Miriam Lemos, que me incentivou a fazer o mestrado e me ajudou, dando valiosas sugestões ao Projeto de Pesquisa inicial.

A todos os professores e colegas do mestrado, pela preciosa contribuição e pelos aprazíveis momentos de convivência.

Ao professor Dr. Mauro Passos, pela importante participação quando do exame de qualificação, trazendo relevantes sugestões com sua expertise e domínio na área desse estudo.

Um agradecimento especial ao professor Dr. Amauri Carlos Ferreira, meu orientador, por ter dado crédito e apostado neste trabalho desde o início. Como eu nunca soube o que há na cabeça desse professor, apenas agradeço, dizendo: o prazer, o privilégio e a honra foram meus. Reconheço que esse pouco que aprendi é apenas o começo de um *algo mais* para o futuro, e essa lição devo a você.

Por fim, a todos os deficientes visuais desse Brasil tão grandioso, tão carente e, ao mesmo tempo, tão poderoso e capaz de fazer muito mais do que o que já foi feito até aqui. Que todos tenham, de fato, os mesmos direitos inclusivos e novas oportunidades.

RESUMO

Esta dissertação teve como principal objetivo apresentar a História da Bíblia em braille no Brasil, desde sua origem, trazendo um histórico do Sistema Braille e os caminhos que, no período do Brasil Império, a Bíblia Sagrada percorreu, passando a ter livre acesso no país sob o empenho de organizações cristãs estrangeiras que passaram a produzi-la e enviá-la para distribuição em terras brasileiras. Pesquisou-se acerca da pessoa com deficiência e a inclusão social, e narrou-se a história de uma organização sem fins lucrativos que incorporou, em seus projetos de alcance social, a inclusão do deficiente visual. Para se chegar à Bíblia em braille, foi necessário conhecer a narrativa de uma mulher chamada Paula França em sua trajetória de vida e sua conquista no território complexo da inclusão social. A narrativa é marcada pela procura da autonomia de leitura do texto sagrado, já que a mulher em questão é cega. Neste caminho, o conflito é instaurado no campo do preconceito religioso e de gênero. Sua narrativa é confundida com o Programa Inclusão do Deficiente Visual, da Sociedade Bíblica do Brasil, pois a narradora fez da cegueira marco de luta para a inclusão religiosa. Através dessa narrativa, foi possível conhecer a história de outros três cegos que compartilharam suas experiências com o uso do texto bíblico em braille nesses últimos dez anos e a influência dele na vida de cada um. O método usado como fonte de pesquisa foi o da História Oral, tendo como gêneros a História Oral de Vida e a História Oral Temática. O caminho escolhido foi descrição e análise da narrativa na trama da subjetividade, no qual paixão e fé se misturam no campo da utopia religiosa.

Palavras-chave: Bíblia em braille. Inclusão. História Oral. Memória. Identidade. Autonomia.

ABSTRACT

This dissertation aimed to present the history of the Bible in braille in Brazil, since its origin, bringing a history of the Braille System in the period of Brazil Empire, explaining how the Holy Bible came and had free access in the country by the commitment of foreign Christian organizations that began to produce Bibles and send them for distribution in Brazilian lands. It was researched the person with disability and the social inclusion, and it was narrated the history of a nonprofit organization that incorporated the visually impaired in its social outreach projects. In order to understand how it was possible to produce the Bible in braille, it was necessary to know the narrative of a woman called Paula França and her way of life and achievement within complex field of social inclusion. Her narrative is marked by the pursuit of autonomy in the reading of the sacred text, since the woman in question is blind. In this way, conflict is introduced in the field of religious prejudice and gender. Her narrative is linked with the Visually Impaired Inclusion Program of the Sociedade Bíblica do Brasil, because the narrator uses blindness as a landmark of struggle for religious inclusion. Through this narrative, it was possible to know the history of three other blind people who shared their experiences with the use of the biblical text in braille these last ten years and its influence in the life of each. The method used as a research source was the oral history, with genres as the Life Oral History and Thematic Oral History. The path chosen was narrative description and analysis of the plot of subjectivity, in which passion and faith mingle in the field of religious utopia.

Keywords: Bible in braille. Inclusion. Oral History. Memory. Identity. Autonomy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Número de pessoas, Estados e Municípios.....	51
GRÁFICO 2 - Classificação de leitura.....	53
GRÁFICO 3 - Grau de deficiência.....	54
GRÁFICO 4 - Causa da deficiência.....	54
GRÁFICO 5 - Como tomou conhecimento do Programa.....	55
GRÁFICO 6 - Grau de escolaridade.....	55
GRÁFICO 7 - Renda familiar.....	56
GRÁFICO 8 - Tipo de moradia.....	56
GRÁFICO 9 - Religião pertencente.....	57

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Secretarias regionais e suas abrangências 51

LISTA DE SIGLAS

- ABHO – Associação Brasileira de História Oral
- ABNB – A Bíblia no Brasil
- AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes
- CBBLB – Comissão Brasileira para o Bicentenário de Louis Braille
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
- CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- DV – Deficiente Visual
- FLCB – Fundação para o Livro do Cego no Brasil
- IBC – Instituto Benjamin Constant
- IBDD – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- ONG – Organização não governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social
- PUC – Pontifícia Universidade Católica
- SBA – Sociedade Bíblica Americana
- SBB – Sociedade Bíblica do Brasil
- SBBE – Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira
- SBU – Sociedades Bíblicas Unidas
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social
- UBC – União Brasileira de Cegos
- UMC – União Mundial dos Cegos
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 A HISTÓRIA DA BÍBLIA EM BRAILLE NO BRASIL	29
2.1 O sistema braille: do início ao aperfeiçoamento	29
2.2 A Bíblia no Brasil Império até a criação da SBB: história e ideologia	36
2.3 A pessoa com deficiência e a inclusão social	41
2.3.1 A SBB e o Programa Inclusão do Deficiente Visual: memória e história	47
3 UMA TRAJETÓRIA DE VIDA: PAULA REGINA FRANÇA RIBEIRO	60
3.1 Infância e adolescência difícil e o início da perda da visão	62
3.2 A constatação médica do motivo da doença	64
3.3 A mudança do nome	66
3.4 O retorno da visão	68
3.5 A dificuldade para estudar e a discriminação	68
3.6 A expulsão de casa e a mudança para São Paulo com a sequência dos estudos	69
3.7 O preconceito e a nova experiência religiosa	71
3.8 O sonho não realizado	72
3.9 Os estudos na área teológica e o início de sua trajetória com a Bíblia em braille	73
3.10 O envolvimento com a questão social	74
3.11 A criação da ADEVEB e o interesse das pessoas pela Bíblia em braille	75
3.12 A definição da versão para a Bíblia em braille em português e a alfabetização	79
3.13 O início do trabalho voluntário na SBB	81
3.14 As dificuldades iniciais, a perda definitiva da visão e a decepção pela demora	82
3.15 Finalmente a decisão de imprimir a Bíblia em braille no Brasil	85
3.16 Espiritualidade, inclusão e alfabetização	87
3.17 Do sonho à realidade	89
4 CAMINHOS DA VIDA: NARRATIVAS E A EXPERIÊNCIA COM O TEXTO BÍBLICO EM BRAILLE	92
4.1 Maria das Graças: um sentimento de coragem	93
4.2 Nelson Brasília: uma interferência	96
4.3 Evânio de Oliveira: um presente	102
5 CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE	120
APÊNDICE A - 1ª ENTREVISTA	120
APÊNDICE B - 2ª ENTREVISTA	145
APÊNDICE C - 3ª ENTREVISTA	161
APÊNDICE D - 4ª ENTREVISTA	165
APÊNDICE E - 5ª ENTREVISTA	172

1 INTRODUÇÃO

Vive-se um momento da história em que, para o ser humano ser bem-sucedido e detentor do conhecimento, precisa buscar o mais rápido possível a informação. Para isso, é necessário entrar numa alucinante e desgastante competição, que só permite que as pessoas tenham bons resultados face à concorrência se fizerem uso da tecnologia da informação e da comunicação, principalmente a internet. Esse instrumento tem sido utilizado em grau cada vez mais elevado para interligar pessoas através de computadores, especialmente pelas redes sociais de relacionamento. Qualquer indivíduo pode fazer uso dessa ferramenta que encurta o caminho dessa corrida desenfreada e que torna possível seu acesso a todo tipo de informação instantaneamente, e é capaz de oferecer as mais diversas oportunidades interativas como instrumentos potencializadores de educação e cultura. Portanto, ter acesso à informação é crucial no mundo de hoje, mas, infelizmente, nem todas as pessoas têm esse privilégio.

Quem tem condições de enxergar, numa sociedade ultramoderna como essa, se desenvolverá mais do que as outras pessoas, diante de um contexto em que se dá valor a quem tem a possibilidade de ver. É quase impossível conjecturar o homem sem a capacidade da visão, pois acostumou-se com essa condição sobre o mundo. Portanto, na sociedade, quem normalmente enxerga leva vantagem sobre quem não vê, e quem não vê sofre tratamento desigual e, muitas vezes, injusto. O acesso à informação e ao conhecimento sempre foi um desafio para aqueles que possuem algum tipo de limitação da visão.

Para quem é deficiente visual, mesmo antes de toda a tecnologia disponível nos dias atuais, a criação do Sistema Braille trouxe esperança para o acesso à informação, pois permitiu maior independência das pessoas que nele são alfabetizadas; no entanto, na prática, observa-se que os avanços para a disponibilização de textos em braille ainda não são significativos, com investimentos restritos e um processo lento, com a justificativa do alto custo, o que não permite que cegos possam estudar e ter melhores condições e qualidade de vida, como qualquer indivíduo. A história de vida de muitos deficientes atesta essa situação.

Toda e qualquer pessoa tem uma história de vida que perpassa pelo conhecimento adquirido na prática da vida. A aprendizagem do ser humano, assim, se dá no compartilhamento de experiências edificadas e bem-construídas com outras pessoas e com o universo que o rodeia. Esse compartilhar são narrativas que lhe pertencem e se estendem por toda sua história; um espaço que percorre por fantasias arriscadas mas que, ao serem partilhadas, produzem ensinamentos interessantes.

Quando uma pessoa narra um feito, ela é portadora de uma combinação de sentidos na esfera factual que existem só na imaginação. Depreender essa combinação de sentidos como aquela que produz o discurso de uma narrativa é entrelaçar um enredo no qual o êxito e o inesperado anotam o que acontece naquela história de vida. Cada sequência de fatos ou ações faz parte de trechos, de recordações da memória de cada indivíduo que, ao se tornarem coletivos, proporcionam a base para diversos acontecimentos que existiram, e aponta para o fazer individual em utopias coletivas numa experiência que é de todos.

Alberti escreve que: “[...] a metodologia de história oral pode ser empregada no estudo da história de instituições do Estado, de organismos públicos e de empresas privadas.” (ALBERTI, 2004, p. 25). Foi usando essa metodologia que verificou-se a história da Bíblia em braille no Brasil através de uma organização privada sem fins lucrativos denominada Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), que incorporou em sua trajetória, dentre diversos projetos, um especificamente que permitiria aos deficientes visuais de todo o país ter acesso à Bíblia como meio inclusivo educacional e cultural, e que os envolveria certamente a considerar suas experiências de religiosidade pelo uso do texto em questão. O que estava em jogo na produção desse material não era uma discussão sobre religião ou religiões, pois a qualidade distintiva da espiritualidade pode se dar em qualquer conjuntura, religiosa ou não; o que importava era trazer a oportunidade inclusiva do direito constitucional do acesso à informação.

Referir-se a essa organização, trazendo à tona o trabalho realizado de inclusão social, quando desenvolveu esse projeto chamado *Imprensa Braille*, que contempla o Programa Inclusão do Deficiente Visual e conta com a produção da Bíblia para deficientes visuais, nada mais é do que trazer ao conhecimento de todos o desafio da inclusão, numa parceria entre uma entidade de personalidade jurídica e uma mulher, bem como a memória e identidade do gênero feminino. O objetivo dessa empreitada foi o de proporcionar recursos e meios que combatassem a exclusão aos benefícios de cada indivíduo em sociedade, dando oportunidades de acesso a bens, serviços e cultura, dentro de um sistema que beneficiasse a todos de maneira igual, e não discriminatória, e isso é, na verdade, inclusão social. Diante disso, as diversidades se tornam idênticas quando são dispostas num grupo que as recebe e as considera, aceitando-as como são, pois esse tipo de atitude acrescenta significação moral e demonstra apreço ao semelhante, com todas as pessoas gozando os mesmos direitos e recebendo as mesmas perspectivas perante a vida. Essa história é narrada no primeiro capítulo dessa pesquisa, contando a importância de eventos ocorridos no passado, desde o Brasil Império, quando os

primeiros exemplares da Bíblia chegaram ao Brasil sem que se soubesse, naquela época, a repercussão e o significado dessa abertura cultural para milhares de pessoas no futuro. A história é uma ciência que nos mostra a importância de se ter esses fatos apontados num espaço de tempo e que auxilia nas análises e conclusões de onde se veio e até onde se conseguiu chegar para se ter maior compreensão desses fatos.

A história da Bíblia para deficientes visuais no Brasil só pode ser conhecida se junto for apresentada a história de uma mulher cega desde tenra infância e suas experiências vividas, quando deixou literalmente marcas em seu corpo, ao doar-se para descobertas científicas de curas que não ocorreram e que, na fase adulta, teve interações com o mundo que a levaram ao amadurecimento e à tomada de importantes decisões que vieram a influenciar muitas pessoas. É uma história que confunde e enlaça uma organização e uma pessoa especificamente na área social. Esta organização desde sua fundação trabalha com o objetivo de disponibilizar o texto sagrado de todas as formas possíveis a todas as pessoas, e sua atuação se mistura com a ajuda de uma pessoa que encarnou o sonho da impressão da Bíblia em braille num projeto gigantesco de inclusão. É o feminino que se evidencia nesse modo de proceder na conexão de gênero, tecendo uma narrativa de sofrimento e, ao mesmo tempo, de deleite pela vida. Nesse sentido, a própria protagonista desta história diz: “[...] a cura é dentro da pessoa... a visão é muito mais do que o olho... eu me senti uma pessoa curada, pois eu era uma pessoa atuante.” (APÊNDICE A). Uma história de quem não se entrega pelas vicissitudes determinadas pela vida, mas que, mesmo possuindo limitações na visão, vive como se não as tivesse, se fortalecendo através da fé, onde encontra forças para ajudar outras pessoas. É uma narrativa dos fatos ocorridos com alguém que toca os outros como se pertencesse a cada um, e ao dar de si, inclui a vida desses acreditando que todos os cegos têm o mesmo direito inclusivo de acesso ao livro sagrado, numa linguagem que possam compreender, e que possam, por meio dele, desenvolver a alfabetização, a espiritualidade e as maneiras culturais de ser, estar e agir essenciais à convivência em plena era pós-moderna.

Na relação dessa comunicação, do “tato” com o texto sagrado em braille, tornam-se acessíveis perspectivas de juízo de valor do sistema de inclusão social onde se englobam os processos de ensinar e aprender para que as pessoas sejam mais autônomas, independentes. Mas como estar de acordo com esse projeto dentro dessa provação a ser enfrentada? De que modo o texto bíblico para cegos proporcionou, no terreno da educação, as utopias religiosas? Para compreender a importância deste processo de conquistas, é preciso, com base no drama

vivido pela narradora, reconstruir parte da memória e história de vida de Paula França e sua relação com a SBB compartilhada nesse trabalho.

Ainda falando sobre as possibilidades de pesquisa, Alberti nos diz que:

A metodologia de história oral é bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado. Estudar essa história é estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade. (ALBERTI, 2004, p. 27).

Por essa razão, optou-se por apresentar a História Oral de Vida da precursora do trabalho realizado durante aproximadamente dez anos para se conseguir finalmente concluir a impressão da Bíblia completa em braille e disponibilizá-la aos deficientes visuais que assim o desejassem. Desmistificar a constituição da memória é dar voz para a construção da identidade de cada um. Quando se traz ao conhecimento de todos o que de fato aconteceu na vida de uma pessoa, estamos contribuindo para que a sociedade tenha consciência de sua responsabilidade coletiva, e isso é compartilhado no capítulo dois dessa pesquisa.

Em seguida, no capítulo três, foi a vez de ser abordada a História Oral Temática, onde narrou-se a experiência individual de três deficientes visuais, que nesses últimos dez anos, desde o lançamento da Bíblia em braille, receberam e usaram o texto, contando o que isso representou em sua vida e sua relevância.

Meihy diz que:

Por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade é direta. Pretende-se, mesmo considerando que ela é narrativa de uma versão do fato, que a história oral temática busque a *verdade* de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma versão que seja discutível ou contestatória. (MEIHY, 1996, p. 41).

A vida contada por essas pessoas de matriz cristã, sendo uma religiosa católica, um advogado católico/espírita e um evangélico, mostra um vigor e um brilho, um modo especial de falar de cada um, distintivo de testemunhos exclusivos. Está se falando de gente, de pessoa, cada uma com suas peculiaridades e suas experiências individuais.

De certa maneira, seus relatos, insinuam as lembranças de todos, impulsionando aquelas coisas que muitos querem ou desejam e que são relevantes para cada um. É muito provável que não se consiga impedir que certas recordações venham à tona, mas se tenha condições de dominar a forma como essas lembranças sairão do mundo íntimo e conquistarão

seu modo de viver no coletivo. Como qualquer história ancorada na memória, a narrativa tem seus desvios de significações construídas pela escolha do narrador que narra a partir de seu lugar de pertencimento ao mundo. É evidente, com isso, que se incutem lentamente as recordações, impulsionando apenas aquelas coisas que tenham importância vital. Provavelmente, algumas dessas recordações venham à tona e não se tenha controle sobre elas; porém, existe a possibilidade de se inspecionar a maneira como essas recordações passarão para fora do raio de ação confidencial e conquistarão seu modo de ser entre as pessoas.

Essa pesquisa contempla a tríade: identidade, memória e história, atravessada pela categoria gênero em seu aspecto relacional.

O método usado para esse trabalho é a História Oral, que é, na definição de Meihy:

[...] um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY, 1996, p. 15).

Seguindo esse conjunto de procedimentos, foi elaborado um projeto já com o grupo a ser pesquisado definido. Foram realizadas entrevistas gravadas com pessoas que possibilitaram atestar fatos, circunstâncias, preceitos, modos de vida ou, ainda, outras facetas de um determinado assunto de suas histórias. A escolha deste método se deu porque o mesmo se mostra eficiente quando se consegue relatos vividos e se narram experiências individuais e peculiares acerca da vida e do assunto em questão.

Meihy ainda afirma: “[...] gostem ou não, a história oral veio para ficar e traz em sua bagagem nutrientes capazes de provocar questões afeitas à dinâmica da cultura em seus fundamentos teóricos e utilidade prática.” (MEIHY, 2007, p. 14).

Para Delgado,

A história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades. (DELGADO, 2010, p. 16).

Essa produção do conhecimento histórico sobre a vida de pessoas cegas e que fizeram uso do texto bíblico em braille durante anos se mostra relevante na medida em que esses sujeitos que possuem suas histórias de vida trazem preceitos e ensinamentos que permitem dar

lugar a um relacionamento coletivo, sem que sejam tratados como pessoas sem importância para a sociedade. Assim, essa pesquisa contemplará a tríade: identidade, memória e história, atravessada pela categoria gênero em seu aspecto relacional.

A História Oral de Vida e a História Oral Temática são importantes e se complementam nesse trabalho, pois apresentam registros de seres humanos que têm o que compartilhar, com todas suas inquietações, suas imperfeições, seus sentimentos, suas dúvidas, seus questionamentos, sua vitalidade, seus esforços para vencer os desafios que se apresentam a cada um individualmente e a cada dia. Para chegar a esse método de pesquisa, levou-se em consideração a importância da história quando os historiadores usam fontes de informação para construir a sucessão de processos que abrem portas para se compreender melhor o que aconteceu e aquilo que se vislumbra.

O objetivo desta pesquisa, que se serviu da oralidade como referência, ao apresentar a história da Bíblia em braille no Brasil, é suscitar histórias de vida e valorizar a memória dessas pessoas. A História Oral busca na memória dos indivíduos a sua aptidão de lembrar o conjunto de fatos ocorridos, ao mesmo tempo em que revela suas observações do que testemunhou. São apontamentos individuais e únicos que permeiam relacionamentos com pessoas do seu convívio mais íntimo, de amigos ou ainda, em um ambiente sociável, ao ponto de interferir coletivamente nos relacionamentos que aproximam as pessoas, após conhecerem suas histórias. Esse rememorar permite trazer para mais perto o passado vivido dessas pessoas, possibilitando restabelecer um relacionamento muitas vezes não mais existente.

Esse estudo acerca da Bíblia em braille no Brasil e a contribuição que tenha dado a milhares de pessoas que se sentiram valorizadas, como será apresentado nos próximos capítulos, narrando também parte da história de quatro deficientes visuais, e seguramente traz uma abordagem inédita ao tema, e demonstra sua extrema relevância e importância dentro do campo de estudos em que se insere.

2 A HISTÓRIA DA BÍBLIA EM BRAILLE NO BRASIL

Este capítulo resume a experiência de uma organização existente desde 1948 e que sempre se preocupou em disponibilizar a Bíblia Sagrada sem qualquer restrição a todos os grupos de pessoas, nos mais variados formatos. Não se trata de uma história qualquer, mas de uma longa história, que envolve pessoas que, no decorrer dos tempos, empenharam-se para transformar as condições de vida de alguns poucos para um *algo mais*.

Desde a Idade Média, o Deficiente Visual (DV) sempre sofreu infortúnios pela própria condição que lhe é peculiar. No entanto, isso não é uma sentença de exclusão da sociedade. Foi no período do Brasil Império, com a abertura dos portos às nações amigas, que as pessoas começaram a ter acesso à Bíblia Sagrada impressa vinda da Europa. Essa parte da história nos traz importantes informações para uma melhor compreensão de como o Brasil se tornou o maior produtor e distribuidor do texto sagrado em todo o mundo, e a história tem papel preponderante quando apresenta esses relatos. Já são passados dois séculos desde a invenção de um sistema de escrita para o cego; no entanto, ainda há muito a fazer, e o principal desafio é incluí-los no direito constitucional que lhes permite acesso à informação, à educação e à cultura para que possam se desenvolver como as outras pessoas da sociedade.

Com o intuito de ajudar o DV nesse processo inclusivo, a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) criou um programa que teve seus primórdios no início da década de 1990. No entanto, somente dez anos depois efetivamente entrou em funcionamento, intitulado *Programa de Inclusão do Deficiente Visual*, onde a Bíblia Sagrada impressa em braille foi disponibilizada gratuitamente para todo DV alfabetizado e também em áudio (MP3) aos deficientes visuais não alfabetizados nesse sistema e que espontaneamente se cadastram e solicitam à organização o texto bíblico nesses formatos.

2.1 O sistema braille: do início ao aperfeiçoamento

Para o professor Jonir Bechara Cerqueira (2009), “[...] a herança mais significativa deixada sobre a Terra por Louis Braille, na qual permaneceu por apenas 43 anos, é o hoje chamado *Sistema Braille*, invento que o eternizou na história da humanidade.” Segundo o estudioso da sua biografia, palavras atribuídas a Braille, quando nos diz:

O acesso à comunicação em seu sentido mais amplo é o acesso ao conhecimento, e isto é de importância vital para nós, se não quisermos continuar sendo desvalorizados ou protegidos por pessoas videntes bondosas. Não necessitamos de

piedade, nem de que nos lembrem que somos vulneráveis. Temos que ser tratados como iguais, e a comunicação é o meio pelo qual podemos consegui-lo. (CERQUEIRA, 2009).

Cerqueira continua dizendo que o texto, pode refletir as variadas mudanças que as pessoas cegas atravessaram no decorrer da história:

- Acessibilidade à informação: na Pré-História e na Antiguidade viviam os indivíduos cegos isolados em seu próprio mundo, quando logravam sobreviver, mercê do abandono e da discriminação, por uma presumida invalidez;
- Desvalorização, proteção, caridade: na Era Cristã, graças à compaixão e à benevolência, mãos piedosas foram estendidas para acolher as pessoas cegas, sem visar o aproveitamento de suas potencialidades;
- Tratamento igualitário: na Idade Contemporânea, sobretudo, os indivíduos cegos esclarecidos passaram a exigir condições iguais na educação, na vida em sociedade e no trabalho;
- Comunicação: conceito de grande amplitude, que permeia entre as possibilidades de ler e escrever, interação social, acesso à informação e inúmeros outros. (CERQUEIRA, 2009).

Por muitos anos e de diversas formas, inventores, educadores e leigos se empenharam para originar maneiras que proporcionassem aos cegos um modo para aprender a escrever e a ler. Sobre o deficiente visual e suas dificuldades, Rocha e Ribeiro-Gonçalves afirmam:

Desde a Idade Média o sujeito portador de deficiência visual enfrenta problemas em sua trajetória de vida. Naquela época a concepção de competência estava vinculada à perfeição anatômica. Os indivíduos que apresentavam alguma imperfeição eram simplesmente excluídos do grupo social a que pertenciam. (ROCHA E RIBEIRO-GONÇALVES apud MONTILHA, 2001, p. 34).

Diante dessa situação, a primeira instituição que se preocupou em dar assistência ao cego, de acordo com Silva, citado por Montilha (2001, p. 35), foi o Quinze-Vingts em 1260, na França. Segundo ele, “[...] países do Oriente e outros da Europa passaram a dar atenção ao deficiente visual, mantendo-o ainda isolado e segregado, porque era visto como um ser digno de piedade e sem a menor potencialidade.”

De acordo com Abreu e outros:

Conta-se que, no século XIV, um célebre professor árabe, chamado Zain-Din al Amidi, que havia perdido a visão logo após o nascimento, desenvolveu um método para identificar seus livros e resumir informações. Esse método consistia em fazer espirais de papel muito fino, que, depois de engomados, eram dobrados sobre as letras.

Em 1517, na Espanha, Francisco Lucas desenvolveu um jogo de letras esculpidas em finas placas de madeira. Essa ideia chegou à Itália em 1575, tendo sido melhorada por Rampansetto, que passou a usar blocos maiores. As duas tentativas

fracassaram, pois a leitura era muito difícil.

Na Alemanha, no século XVII, foi utilizado um método que consistia em recobrir uma placa de madeira com cera, sobre a qual as pessoas cegas podiam escrever com um estilete.

O escritor francês Diderot fala de uma mulher cega que, em 1741, foi alfabetizada por meio de letras recortadas em papel.

Em meados do século XVIII, a cantora e pianista cega austríaca, Maria Theresa Von Paradis, foi alfabetizada por meio de alfinetes cravados em almofadas. (ABREU et al., 2008, p. 9-10).

No entanto, a história da educação voltada para as pessoas cegas passou a ter um sentido particular a partir de um episódio ocorrido em 1771. Como conta Cerqueira,

Um homem de 26 anos, bem preparado intelectualmente, dotado de grande sensibilidade, sentado num café, assistia estarrecido a um espetáculo degradante para todo o gênero humano. Em frente, na Place de la Concorde, uma feira, a de St. Ovide; 10 homens cegos, contratados por um empresário chamado Valindin, a troco de miserável ganho, vestidos de forma ridícula, gorros pontiagudos, óculos de papelão sem lentes, estantes com partituras de cabeça para baixo, tocavam instrumentos musicais de forma dissonante, atraindo os risos de uma plateia abjeta. *Sim, disse a mim mesmo, embargado por um entusiasmo, eu substituirei esta história ridícula e farei os cegos lerem; colocarei em suas mãos livros impressos por eles mesmos. Eles traçarão os caracteres e lerão sua própria escrita. Enfim, eu lhes farei executar um concerto harmonioso.* (CERQUEIRA, 2009).

Essas palavras foram redigidas 29 anos após aquela experiência pela pessoa que presenciara aquela cena lamentável, agora com 55 anos de idade, ao explanar a exposição dos motivos para o seu propósito, quando do seu afastamento da direção da escola para cegos que fundara em 1784, o Instituto Real dos Jovens Cegos, a primeira escola para cegos no mundo em Paris – trata-se de Valentin Haüy. Ele “[...] obteve o apoio do rei Luís XVI e da rainha Maria Antonieta da Áustria, que destinaram fundos para a criação do Instituto.” (COELHO, 2005, p. 16).

Nasceu na cidade de Saint-Just en Chaussée, França, em 13 de novembro de 1745. Haüy se transferiu com a família para Paris em 1751, onde fez curso superior na Sorbonne. Estudante de línguas, dominava o latim, o grego, o hebraico e falava diversas línguas vivas. Também era tradutor de documentos e decifrava manuscritos antigos e códigos.

Além disso, Valentin Haüy era homem dotado de sensibilidade, o que fez dele alguém que lutou pela causa dos cegos, graças às informações colhidas pelas suas leituras e pela aproximação com alguns deficientes visuais.

Inventou um processo de leitura que se resumia na impressão saliente das letras, utilizando-se de caracteres metálicos especialmente produzidos, de tamanho bem superior ao normalmente usado nas tipografias. Em folhas mais grossas de papel umedecido, era possível

obter-se letras capazes de serem reconhecidas pelo tato. Mesmo a leitura sendo lenta e os livros tendo tamanho excessivo, foi uma descoberta muito importante, pois o tato passou a ser o principal instrumento para avaliação na leitura. Outra importante observação foi a confirmação da capacidade dos cegos de serem educados e de se tornarem indivíduos com habilidades que lhes proporcionariam um futuro melhor.

No ano de 1791, a Assembleia Constituinte da França transformou a escola dirigida por Haüy em pública, tendo como propósito o ensino acadêmico, musical e profissional. Em 1802 ele deixa a direção do Instituto por desacordo administrativo e de ordem política, se aposentando antecipadamente.

Depois da inauguração do Instituto dos Jovens Cegos de Paris, em 1784, em muitos outros países escolas para cegos surgiram com o mesmo propósito de proporcionar condições de crescimento profissional e cultural a centenas e milhares de pessoas com deficiência visual. Valentin Haüy faleceu em 19 de março de 1822.

Ainda conforme Cerqueira relata:

A leitura por pontos salientes já havia sido idealizada por Lana-Terzi no século XVII. Um ex-capitão de artilharia do exército francês, Charles-Marie Barbier de la Serre (1767-1841), investigador de escritas secretas, desenvolveu um processo por pontos salientes, a que chamou *Escrita noturna*, ou *Sonografia*. Seu objetivo era oferecer recursos para breves comunicações entre soldados à noite. Barbier não concretizou este objetivo mas, generosamente, apresentou, sua proposta à direção do Instituto de Paris em 1821. Experimentado pelos estudantes cegos, despertou o entusiasmo e interesse de alguns deles, especialmente de Louis Braille, menino cego de 12 anos de idade. Finalmente, eles podiam escrever, representar seus pensamentos pela escrita em pontos na reglete que o inventor também tinha produzido. A leitura por pontos salientes era mais simples do que pelas linhas lisas. (CERQUEIRA, 2009).

Deve-se valorizar merecidamente o método desenvolvido por Barbier; no entanto, precisaria de aperfeiçoamento e, para isso, o garoto Louis Braille assume essa responsabilidade. Nascido em 4 de janeiro de 1809 na pequena cidade de Coupvray, pertencente ao departamento de Seine-et-Marne, a cerca de 45 quilômetros de Paris:

Louis Braille nasce numa quarta-feira, às quatro horas da manhã. René-Simon (pai) contava 44 anos e Monique (mãe), 39. Tiveram quatro filhos: Monique-Catherine Josephine (1793); Louis-Simon (1795); Marie-Célie (1797) e Louis (1809). (CERQUEIRA, 2009).

Simon-René Braille, com o falecimento do pai em 1782, assumiu a sucessão da profissão na família como um especialista na produção de selas, arreios, correias e calçados, e também incrementou a realização lucrativa e rentável nas terras que herdou. Como a oficina

do pai era na própria casa, Louis, desde que começou a andar, adquiriu o costume de ir até a oficina onde brincava durante horas com as sobras de couro que ficavam no chão. Era uma criança como as outras, e por ter um irmão e duas irmãs, todos mais velhos, desfrutava do cuidado deles. Tinha atração por brincar com as ferramentas que o pai tinha na oficina, mas não lhe era permitido devido o perigo dos instrumentos cortantes que eram usados. No entanto, no ano de 1812, com apenas três anos, num dia trágico, Cerqueira descreve:

O menino curioso consegue penetrar na oficina misteriosa, alcança uma ferramenta pontiaguda (possivelmente uma sovela) e tenta furar ou cortar um pedaço de couro. Embora estas circunstâncias não passem de especulações, admite-se que a ferramenta perfurante tenha atingido um dos olhos, provocando forte hemorragia. Socorrido imediatamente, fora estancado o sangramento. Os recursos da medicina de então não eram suficientes para evitar o início de uma infecção que se instalou. O mal, que um antibiótico moderno teria certamente debelado, se propagou através do nervo óptico para o outro olho, num processo chamado de *oftalmia simpática*. Aos cinco anos, Louis Braille ficara completamente cego. (CERQUEIRA, 2009).

Louis era um menino muito ativo e hábil, e desde cedo manifestou desejo de estudar. No ano de 1815, o abade Jacques Palluy, que se tornou grande amigo da família Braille pela intimidade que passou a ter na família, e sensível para com a situação do garoto, iniciou com ele os primeiros estudos acerca do cristianismo. Em 1816, com a admissão do novo professor na cidade, Antoine Brecheret aceitou o pedido de Palluy e recebeu Louis na classe onde ministrava aritmética e práticas de leitura e escrita. Logo percebeu a inteligência do menino, que sempre vinha para a escola, acompanhado de um garoto vidente que o buscava e o levava de volta para casa. Ele frequentou a escola de Coupvray entre os anos de 1816 a 1818.

Sobre o futuro de Louis, Abreu e outros escrevem:

Palluy procurou um rico proprietário da região, o marquês d'Orvilliers, que concedeu os recursos financeiros para que o menino fosse levado a Paris onde, no dia 15 de fevereiro de 1819, ingressou como aluno do Instituto Real dos Jovens Cegos. (ABREU et al., 2008, p. 12-13).

Com apenas 10 anos de idade, o menino deixa a família e passa a viver numa escola onde ficaria até sua morte precoce, em 1852, com apenas 43 anos. Sempre visitava os pais no período de férias e, por muitas vezes, ia para casa em Coupvray para tratar de sua saúde, que foi se debilitando pela tuberculose. Durante os 33 anos que viveu no Instituto, foi excelente aluno, repetidor (explicador) e professor, cujo desejo, desde cedo, pelas dificuldades apresentadas para os estudos quanto à leitura e à escrita, era de criar um sistema que fosse possível o cego escrever e ler dando a oportunidade para pessoas que não enxergavam, de

terem uma educação e uma profissão.

Na escola, Braille com 12 anos, começou a estudar o invento e achou interessante simplificar o sistema de Barbier, introduzindo seis pontos dispostos em duas linhas verticais de três pontos cada, em vez dos doze pontos de Barbier. Lemos e Cerqueira (1999, p. 1) ressaltam que “[...] a partir da invenção do sistema braile, em 1825, seu autor desenvolveu estudos que resultaram, em 1837, na proposta que definiu a estrutura básica do sistema, ainda hoje utilizada mundialmente.” Este sistema, adotado oficialmente em 1854, foi rapidamente adaptado para outras línguas.

Sobre sua carreira e o final de sua vida, Abreu e outros mencionam:

Louis Braille foi também um grande pianista e organista e graças a isso teve uma vida social bastante intensa, prejudicada apenas pela tuberculose que adquiriu aos 26 anos de idade. Braille faleceu em Paris, a 6 de janeiro de 1852, e foi sepultado em Coupvray, quatro dias depois. Por ocasião do centenário de sua morte, em 1952, seus restos mortais foram transferidos para o Panthéon, em Paris, monumento onde ficam os restos mortais de todas as grandes personalidades francesas. (ABREU et al., 2008, p. 16-17).

Ainda escrevendo sobre a biografia de Louis Braille, Cerqueira informa que no dia 21, véspera do ato de traslado ocorrido em 22 de junho de 1952, em solenidade na Sorbonne, discursaram Pierre Henri, que recebeu a condecoração da Legião de Honra, e Helen Keller, cujas palavras vale destacar:

De modo particular, nós, os cegos, devemos a Louis Braille o mesmo que a humanidade deve a Gutenberg. [...] É verdade que o sistema de pontos é muito distinto da letra impressa, mas as letras em relevo sob nossos dedos são preciosas sementes das quais brotam nossa riqueza intelectual. [...] Sem o sistema de pontos, como seria caótico e inadequado o problema de nossa educação! [...] Mas Louis Braille, com sua vara de condão de seis pontos, fez a magia de surgir para nós escolas onde livros em relevo nos conduzem, como em barcos, para os portos da educação, das bibliotecas e para todas as facilidades da escrita que asseguram nossa independência. (CERQUEIRA, 2009).

Braille sempre dedicou os créditos pelo sistema a Barbier, mas o sistema adaptado acabou levando o seu nome. Hoje, “Braille” é usado para designar todos os sistemas que usam sua metodologia, incluindo os sistemas de notação literária, matemática, musical e técnica.

Coelho conta que

No mundo, o Sistema Braille foi se espalhando de forma desordenada. Várias adaptações foram feitas a fim de ajustá-lo a novas línguas. Em 1949, a UNESCO recebeu uma solicitação da Índia com o pedido de racionalizar o sistema Braille mundialmente. Este fato foi reconhecido pelo Conselho Executivo da organização

mundial como um problema de importância internacional e trabalharam para alcançar soluções. (COELHO, 2005, p. 18).

Além disso, outras iniciativas a nível mundial foram tomando força para que o sistema fosse usado em todas as nações, como a Conferência Internacional de Braille, ocorrida em Paris em 1950. Depois de uma sucessão de encontros com o objetivo de uniformizar o braille por grupos linguísticos, a UNESCO publicou um livro chamado *A escrita Braille no Mundo*, em 1953, com todo o planejamento e a programação de como utilizar o sistema.

Muitas organizações surgiram em todo o mundo, como o Conselho Mundial para o Bem-estar dos Cegos, criado em 1952, hoje União Mundial dos Cegos (UMC), e diversos países fizeram movimentos e encontros para divulgar e buscar uma unidade mundial do sistema, inclusive o Brasil.

Durante muitas décadas se tentou criar, através de entidades especializadas para cegos, em âmbito federal, uma comissão nacional de braille. Esse intento não foi bem-sucedido. Segundo Lemos e Cerqueira (1996), “[...] a União Brasileira de Cegos, na assembleia-geral ordinária de 28 de agosto de 1995, realizada no Instituto Benjamin Constant, homologou a criação, no âmbito dessa entidade, da Comissão Brasileira de Braille, constituída de cinco membros.” Posteriormente, o Ministério de Estado da Educação, pela Portaria nº 319, de 26 de fevereiro de 1999, reconhecendo a necessidade do estabelecimento de permanente intercâmbio com comissões de braille de outros países, de acordo com a política de unificação do Sistema Braille, em nível internacional, instituiu no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial, a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente, constituída por oito membros.

Posteriormente, como descreve Coelho:

Em 2002, a Grafia Braille para a Língua Portuguesa foi publicada através do Ministério da Educação, seguindo as recomendações da União Mundial de Cegos e da UNESCO. Este trabalho é o fruto de uma parceria entre as Comissões de Braille do Brasil e de Portugal desde 1996. Esta publicação é um documento aprovado pela Portaria nº 2.678 de 24/09/2002, com o objetivo de normalizar e ser fonte de consulta visando beneficiar todas as pessoas cegas de língua oficial portuguesa, assim como docentes e usuários do Sistema Braille. (COELHO, 2005, p. 19).

No dia 4 de janeiro de 2009 se deu o início das comemorações do Bicentenário de nascimento de Louis Braille. Por iniciativa da UMC, a União Brasileira de Cegos (UBC) instituiu, por meio da Resolução nº 02/2007, a Comissão Brasileira para o Bicentenário de Louis Braille (CBBLB). A Comissão, que teve como Presidente de Honra a professora Dorina de Gouvêa Nowill, iniciou seus trabalhos e estabeleceu que as comemorações fossem

realizadas do dia 4 de janeiro de 2009 até o dia 4 de janeiro de 2010. As principais celebrações foram a instituição da Semana Nacional do Braille; a criação do Dia Nacional do Braille; a emissão de selo e moeda comemorativos do Bicentenário e a edição de livros e revistas alusivos à comemoração.

Sobre a importância do braille para as pessoas cegas, Tim Cranmer defende:

É surpreendente que se saiba tão pouco sobre como os cegos escrevem e leem braille. E é ainda muito mais surpreendente, quando se sabe que está reconhecido que a escrita é, sem dúvida, tão importante para os cegos como para as pessoas que veem. (CRANMER apud FERREIRA et al., 2003, p. 95).

Como é possível observar, o braille é um divisor de águas na vida de uma pessoa cega, embora fique notadamente claro a necessidade urgente de se fazer mais investimentos governamentais e privados para que a alfabetização alcance maior número de pessoas com essa limitação da visão. Quem sabe ainda num futuro, esse Sistema seja aperfeiçoado novamente ou algum outro seja criado para que os deficientes visuais usufruam de uma melhor qualidade de vida.

2.2 A Bíblia no Brasil Império até a criação da SBB: história e ideologia

Para uma melhor compreensão sobre a Sociedade Bíblica do Brasil, é necessário fazer uso da história e se reportar ao País de Gales, no Reino Unido, na pequena vila chamada Llan, quando uma menina de família pobre, de oito anos de idade chamada Mary Jones, em 1792, desejou ter a sua própria Bíblia. Naquela época, a Bíblia e demais livros eram raríssimos, e poucas pessoas podiam ter algum exemplar em seu idioma. Seu pai era um tecelão, e a família não tinha condições de adquirir um exemplar da Bíblia Sagrada para atender o desejo da filha.

Após aprender a ler, em 1794, com dez anos, Mary continuou firme no seu propósito de um dia ter o seu próprio exemplar da Bíblia, que ela tanto admirava e desejava ler em sua própria casa. Começou, então, a fazer o possível para economizar e ter seu dinheiro em busca da realização de seu sonho. Como moravam num vilarejo, seu plano foi de realizar pequenos serviços como apanhar lenha na mata para pessoas com mais idade e cuidar de crianças para as mães enquanto faziam seus afazeres domésticos. Pouco mais tarde, e com o objetivo de seguir no seu plano inicial, ela comprou galinhas, tratou-as e passou a vender ovos, conseguindo aumentar sua renda.

Após passar dois anos de muito trabalho e economia, inclusive tendo aprendido a

costurar, no terceiro ano seu pai adoeceu e ela teve que ajudar a pagar o tratamento médico dele. Com todo esse esforço, e mesmo com o imprevisto da saúde do pai, Mary não esmoreceu e continuou a trabalhar com muita dedicação, pois seu propósito de comprar sua Bíblia ainda era o mesmo. Já com a idade de quinze anos, Mary finalmente conseguiu adquirir seu exemplar das Sagradas Escrituras, mas para isso, como os exemplares da Bíblia em galês eram raros e não existia venda na vila onde moravam, ainda teve que caminhar 40 quilômetros até a cidade de Bala, onde vivia o Rev. Thomas Charles que lhe vendeu o livro tão esperado.

Impressionado e tocado com a história de Mary, o Rev. Thomas Charles resolveu compartilhar o que tinha ouvido e presenciado aos diretores da Sociedade de Folhetos Religiosos numa reunião realizada em Londres, na Inglaterra. Impactados com o sacrifício e desprendimento de Mary Jones para conseguir seu exemplar da Bíblia, os diretores daquela organização chegaram à conclusão de que um testemunho de luta, de abnegação e sofrimento como aquele passado por uma criança não deveria acontecer mais, e que eles deveriam fazer algo para tornar a Bíblia mais acessível à população pobre de seu país.

No ano de 1804, um grupo de cerca de 400 pessoas, tocadas pela experiência de Mary Jones, reuniu-se em Londres e organizou uma sociedade com o objetivo de traduzir, imprimir e distribuir a Bíblia para o País de Gales e também para todo o mundo.

Aceita a proposta, no dia 7 de março de 1804 foi fundada em Londres a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE), com o propósito de traduzir, imprimir e distribuir a Bíblia para o mundo todo, sem notas nem comentários, em uma linguagem que todos pudessem entender e ao preço que todos pudessem pagar. Foi este o início do maior movimento ocorrido na história da Igreja Cristã com o propósito de divulgar as Escrituras Sagradas no mundo¹.

Na sequência de narrativas dessa história, apresentada pelo Rev. Luiz Antonio Giraldi, que fez cuidadosa pesquisa, sabe-se que

[...] no dia 22 de janeiro de 1808, após 54 dias de viagem através do oceano Atlântico e 6.400 quilômetros percorridos, D. João VI chegou à cidade de Salvador, na Bahia. Uma semana depois, no dia 28 de janeiro de 1808, ainda na Bahia, D. João decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Finalmente era liberada a importação no Brasil, e muitos produtos que não existiam no país, entre eles os livros, poderiam agora ser trazidos. Essa decisão histórica de D. João VI abriu as portas para a entrada da Bíblia no Brasil. (GIRALDI, 2012, p. 62-63).

¹ A BÍBLIA NO BRASIL. A história de Mary Jones. Barueri, n. 164, p. 20, jan./mar. 1952.

A família real veio para o Brasil, e alguns meses após chegar a Salvador, mudou-se e se instalou no Rio de Janeiro. Na bagagem real, na sua biblioteca particular, D. João VI trouxe um exemplar da Bíblia Sagrada de Gutenberg, impressa em pergaminho em dois volumes. Ainda no início do ano de 1808, devido ao advento da abertura dos portos às nações amigas no Brasil, a SBBE, então sediada em um país aliado a Portugal, aproveitando a oportunidade, passou a produzir Bíblias em língua portuguesa para enviar ao Brasil, bem como atender os exilados portugueses que fugiram para a Inglaterra com a invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte. Em 1809, a SBBE publicou a primeira edição do Novo Testamento na tradução de João Ferreira de Almeida em português (versão de 1773), com 12 mil exemplares, o que, de maneira surpreendente, não atendeu a demanda dos países lusófonos. GiralDI afirma que como “[...] a primeira Edição não foi suficiente para atender aos pedidos recebidos, dois anos depois, em 1811, a SBBE imprimiu mais 7 mil exemplares desse Novo Testamento. Parte dessas duas Edições foi enviada ao Brasil a partir de 1809.” (GIRALDI, 2008, p. 33).

Apenas em 1819, dez anos depois da edição do Novo Testamento em língua portuguesa, a SBBE teve sua primeira publicação integral da Bíblia em português, na mesma tradução do Novo Testamento, impressa em um único volume, com o objetivo de torná-la mais acessível. Exemplares dessa Bíblia destinaram-se a Portugal e suas colônias na África, na Ásia e nas Américas (HALLOCK² apud GIRALDI, 2008, p. 33).

Ainda nesse mesmo período, surgem outras Sociedades Bíblias, com o mesmo princípio:

Em 1814, foi fundada a Sociedade Bíblica da Holanda e, em 1816, a Sociedade Bíblica Americana (SBA), ambas com o mesmo propósito, o de traduzir, imprimir e distribuir as Escrituras Sagradas, sem fins lucrativos, em todas as línguas e a todos os povos. Logo depois, surgiram outras Sociedades Bíblicas nacionais na Alemanha, Suíça, Suécia, França e Canadá. (ATAS DA SBBE³ apud GIRALDI, 2008, p. 33).

Muitas outras remessas foram enviadas pelas Sociedades Bíblicas Britânica e Americana ao Brasil no período em que os protestantes chegam ao país como missionários enviados de diversas nações, como os colonos suíços, os anglicanos, os luteranos, protestantes alemães e franceses e metodistas.

O primeiro Imperador do Brasil e 29º rei de Portugal, D. Pedro I, mesmo tendo vivido apenas 35 anos, teve papel importantíssimo no desenvolvimento do país e na permissão da

² HALLOCK, Edgar F. A Maior Dádiva e o Mais Precioso Tesouro. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 2000, p. 186.

³ ATAS DA SBBE. Museu da Bíblia. Barueri, 1809.

propagação do cristianismo com centenas de estrangeiros vindos de diversas nações e trazendo Bíblias em suas bagagens. Giraldi, citando Witte⁴, conta:

Embora não fosse um homem religioso, nem leitor das Sagradas Escrituras, como viria a ser seu filho D. Pedro II, o imperador D. Pedro I foi um governante tolerante e não colocou obstáculos à distribuição da Bíblia no país. Pelo contrário: apoiou uma das Constituições mais avançadas da época, promoveu a alfabetização no Brasil e incentivou, sem preconceitos religiosos, a imigração de colonos protestantes, abrindo caminho para a divulgação da Bíblia no país. (WITTE apud GIRALDI, 2012, p. 92).

Quando a Constituição do Império foi publicada em 1824, permitia liberdade de culto no Brasil, porém, com limitações, pois a Igreja Católica Apostólica Romana continuou sendo a Igreja do Estado. Sobre isso, Giraldi destaca:

Durante quase todo o século XIX, os pontífices da Igreja Católica condenaram o trabalho das Sociedades Bíblicas. Porém, a Constituição aprovada no Brasil em 1824 não proibiu a impressão, a importação e a distribuição das Sagradas Escrituras no Brasil. Na verdade, ela abriu as portas para o trabalho das Sociedades Bíblicas no Brasil Império e legalizou o trabalho realizado pelos colportores de venda da Bíblia de casa em casa. A única exigência legal para os colportores realizarem o seu trabalho de divulgação das Sagradas Escrituras era ter a licença de vendedor ambulante, fornecida pelo governo das províncias. (GIRALDI, 2012, p. 96).

Outro dado histórico importante trata-se de José Álvares de Azevedo, nascido cego, no Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1834, que, após ter sido enviado a Paris com dez anos de idade para estudar, ao retornar depois de seis anos, desejou criar no Brasil uma instituição para cegos conforme o modelo do Instituto Francês com o método braille que aprendera.

A distribuição de Bíblias no Brasil avança e poucos anos depois, SBA envia seu primeiro representante ao Brasil em 1837 – o jovem pastor metodista Rev. Daniel Parish Kidder, e em 1854 abre sua primeira agência, instalada no Rio de Janeiro pelo pastor presbiteriano Rev. James Cooley Fletcher. Posteriormente, outros agentes trabalharam pela SBA no país, incluindo o Rev. William Campbell Brown, que presidiu a Comissão da Tradução Brasileira da Bíblia⁵.

No mesmo ano de abertura da agência da SBA no país, por iniciativa de Azevedo, de acordo com Silva citado por Montilha (2001, p. 35), ocorre outro fato relevante, que é “[...] o início da educação para deficientes visuais no Brasil e na América do Sul”, o qual “[...] se deu

⁴ WITTE, Cláudia Thomé. O Brasil como Império, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2009, p. 86-87.

⁵ A BÍBLIA NO BRASIL. A SBA consolida seu trabalho no Brasil. Barueri, n. 157, p. 21, abr./jun. 1963.

com a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos, em 1854, também instalado no Rio de Janeiro, posteriormente denominado Instituto Benjamin Constant”. Graças ao empenho de Azevedo, que foi o primeiro professor cego do país, já no poder, o Imperador D. Pedro II autorizou a criação do Instituto que foi inaugurado no dia 17 de setembro de 1854 como a primeira escola para cegos da América Latina. Seis meses antes da inauguração, Azevedo faleceu, no dia 17 de março de 1854.

Dois anos mais tarde, a SBBE também inicia seus trabalhos no Brasil em 1856, quando envia o Rev. Richard Corfield para trabalhar no Rio de Janeiro. Quando o Rev. João Manoel Gonçalves dos Santos, da Igreja Congregacional Fluminense, assumiu em 1879 a direção da Agência Bíblica da SBBE, seu ministério se multiplicou e, após 23 anos à frente da Agência, mais de 20 mil Escrituras foram distribuídas anualmente no país⁶ (GIRALDI, 2008, p. 41).

A produção de conteúdos em braille no Brasil teve seu princípio em 1857, com a instalação de uma tipografia no Instituto dos Meninos Cegos. No século seguinte, foi inaugurada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (atual Fundação Dorina Nowill para Cegos), em 11 de março de 1946, quando “[...] a jovem cega Dorina de Gouvêa, com um grupo de amigas, deram início às atividades da Fundação, com o objetivo de produzir livros em braille e atuar nas áreas de educação e reabilitação de pessoas com deficiência visual” (ABREU et al., 2008, p. 22).

Na narrativa de Giraldi, falando sobre D. Pedro II,

[...] durante seu longo reinado de quase meio século, ao contrário dos governantes de outros países na América Latina, D. Pedro II não se opôs à distribuição da Bíblia no país. Ao contrário, conhecendo bem as Sagradas Escrituras e apreciando a sua mensagem, ele estava certo de que a sua distribuição iria contribuir positivamente para a formação moral e espiritual do povo brasileiro. (GIRALDI, 2008, p. 47).

A distribuição das Escrituras continuava crescendo cada vez mais, e com a Segunda Grande Guerra e as dificuldades advindas desse período, as Sociedades Bíblicas uniram seus trabalhos, pois trabalhando juntas, reduziriam seus gastos e se fortaleceriam para enfrentar os desafios do futuro:

E, assim, em 1942, a SBA e a SBBE se unificaram no Brasil sob o nome de Sociedades Bíblicas Unidas (SBU) no centro do Rio de Janeiro. No mesmo ano, as SBU organizaram a sua Junta Consultiva e essa unificação das Sociedades Bíblicas no Brasil antecedeu a união de todas as Sociedades Bíblicas, em 1946, para

⁶ ATAS DA SBBE. Museu da Bíblia. Barueri, 1856, 1865, 1869, 1872, 1879.

formarem as Sociedades Bíblicas Unidas⁷. (GIRALDI, 2008, p. 68).

Giraldi ainda relata que a decisão das Sociedades Bíblicas de promover a organização de novas Sociedades Bíblicas nacionais, a organização das Sociedades Bíblicas Unidas em 1942, o final da Segunda Grande Guerra, em 1945, e o clima propício no Brasil para a propagação do evangelho criaram condições favoráveis para a fundação da SBB. Isso aconteceu no dia 10 de junho de 1948, com os representantes das principais denominações evangélicas do país no Rio de Janeiro. Finalmente os brasileiros tinham a sua organização que desenvolveria um trabalho na área de tradução, publicação e distribuição da Bíblia em português. Além desse trabalho, a entidade passou a desenvolver atividades filantrópicas quando, em 1962, inaugurou o barco Luz na Amazônia para prestar assistência social e espiritual aos ribeirinhos da região amazônica e, posteriormente, ampliou essa visão com outros programas sociais para atender outros segmentos.

2.3 A pessoa com deficiência e a inclusão social

É importante observar que os temas *deficiência e inclusão social* são tratados por Governos de todo o mundo já há um bom tempo. A relevância do assunto tomou proporções de maior significado quando a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em Assembleia Geral, no dia 9 de dezembro de 1975, a Resolução nº 3.447, denominada *Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* — um avanço, mesmo que tardio, do reconhecimento da necessidade de uma política inclusiva mundial que conjugue o dever do Estado e o direito do cidadão. De acordo com o texto, a Assembleia Geral declara:

Pessoas com deficiência têm o direito...
 Ao respeito pela sua dignidade humana;
 Aos mesmos direitos fundamentais que os concidadãos;
 A direitos civis e políticos iguais aos de outros seres humanos;
 A medidas destinadas a permitir-lhes ser o mais autossuficientes possíveis;
 A tratamento médico, psicológico e funcional [e];
 A desenvolver suas capacitações e habilidades ao máximo [e];
 Apressar o processo de sua integração ou reintegração social;
 À segurança econômica e social e a um nível de vida decente;
 De acordo com suas capacidades, a obter e manter o emprego ou se engajar em uma ocupação útil, produtiva e remunerada e se filiar a sindicatos [e] a ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todas as etapas do planejamento econômico e social;
 A viver com suas famílias ou com pais adotivos e a participar de todas as atividades criativas, recreativas e sociais [e não] serem submetidas, em relação à sua residência, a tratamento diferencial, além daquele exigido pela sua condição;

⁷ A BÍBLIA NO BRASIL. A Unificação das Sociedades Bíblicas no Brasil. Barueri, n. 1, p. 3, jan./mar. 1948.

[a] serem protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e todo tratamento abusivo, degradante ou de natureza discriminatória;
 [e] a beneficiarem-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a própria proteção ou de seus bens. (NAÇÕES UNIDAS, 2012).

Para o DV, após a invenção do *Sistema Braille*, seguramente a *Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* trouxe significativa contribuição para uma caminhada convicta na questão inclusiva.

De acordo com Lanna Júnior (2010), um outro importante acontecimento promovido pela ONU foi o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes* (AIPD), que aconteceu em 1981, embora o início de todo o processo tenha se dado em 1976, quando a ONU o proclamou, durante a 31ª sessão da Assembleia Geral, sob o tema “Participação Plena”.

Lanna Júnior relata que os objetivos principais do AIPD foram:

Ajudar no ajustamento físico e psicossocial na sociedade; promover esforços, nacional e internacionalmente, para possibilitar o trabalho compatível e a plena integração à sociedade; encorajar projetos de estudo e pesquisa visando à integração às atividades da vida diária, aos transportes e aos edifícios públicos; educar e informar o público sobre os direitos de participar e contribuir em vários aspectos da vida social, econômica e política. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 41).

Ainda Lanna Júnior (2010) informa que em 1977, na sequência desse processo, foi estabelecido um Secretariado Especial e criado um Comitê Assessor composto por 15 Estados-membros da ONU, tendo como missão preparar um Plano de Ação. Os trabalhos foram avançando, quando em 1978, a Assembleia Geral aumentou para 23 o número de Estados-membros do Comitê Assessor, e na mesma sessão foi sugerida a formação de comissões nacionais para o AIPD. A Assembleia Geral, em dezembro de 1979, aprovou o Plano de Ação e ampliou o tema do AIPD para “Participação Plena e Igualdade.”

O Brasil cria sua Comissão Nacional do AIPD de acordo com os Decretos nºs 84.919 e 85.123, em 15 de julho e 10 de setembro de 1980, e posteriormente, subcomissões estaduais. Em ambos os casos, houve sérias críticas em nível nacional pelo fato de os deficientes terem apenas caráter ilustrativo nas subcomissões, pois não eram convidados a falar nas reuniões e sequer recebiam cópias da pauta e dos documentos para tomarem ciência do que seria discutido.

Mesmo com muitos problemas no decorrer do ano, Lanna Júnior afirma que:

O AIPD cumpriu o objetivo desejado pela ONU. No Brasil, as pessoas com deficiência ganharam destaque. Suas reivindicações por direitos e suas mobilizações se fizeram notar como nunca antes havia acontecido. Essa foi a contribuição do

AIPD: a visibilidade. A ONU procurou dar continuidade a esse processo com a promulgação da *Carta dos Anos 80*, que apontava ações prioritárias e metas para a década de 1980 que possibilitassem às pessoas com deficiência integrar e participar da sociedade, com acesso à educação e ao mercado de trabalho. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 44).

O Brasil deu um passo importantíssimo quando da promulgação da Constituição Federal de 1988. Mazzaro, citando Mantoan (2005) diz que o Brasil adiantou-se a documentos internacionais em sua Carta Magna:

Adotando princípios e regras afinados com a inclusão ao garantir o direito à dignidade da pessoa humana (Art. 1º, incisos II e III); a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, inciso IV); o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205); a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206, inciso I); atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacitação de cada um (Art. 208). (MAZZARO, 2008, p. 41).

Já a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, chamada de Lei de inclusão social, visou garantir às pessoas com deficiência igualdade de tratamento e oportunidade, justiça social, respeito à dignidade da pessoa humana e bem-estar (Art. 1º, § 1º). Essa Lei definiu os direitos dessas pessoas e disciplinou a atuação do Ministério Público ao reestruturar a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), quando:

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. (BRASIL, 1989).

Nessa altura dos acontecimentos, o valor coletivo em relação aos direitos das pessoas com deficiência, que já tomava proporções importantes no cenário nacional, foi admitido pelo Estado brasileiro, que tomou a providência de criar a CORDE, em 1986 (reestruturada em 1989), e pouco tempo depois, criou a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência no ano de 1989.

Em dezembro de 1993 foi sancionada a *Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS* (nº 8.742, em 7 de dezembro), posteriormente reeditada pela Lei nº 12.435, em 6 de julho de 2011, que enfatiza a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, a promoção de sua integração à vida comunitária (Art. 2º, inciso I, *d*) e a garantia de um salário mínimo de

benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (Art. 2º, inciso I, e). (BRASIL, 2011).

Finalmente esse grupo de pessoas passou a ter mais expressão dentro da estrutura de Governo. Segundo Lanna Júnior (2010), desde 2003, a política para a pessoa com deficiência está vinculada diretamente à Presidência da República, por meio da pasta de Direitos Humanos. Em outubro de 2009, a CORDE foi elevada a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Mais recentemente, em agosto de 2010, alcançou o *status* de Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

No entanto, para Bruno (1999), o princípio da inclusão chega ao nosso meio com a divulgação da Declaração de Salamanca (Espanha), em 1994, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do governo da Espanha, cujas linhas de ação visam ao seguinte conceito:

O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (BRUNO apud SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Bruno (1999) continua, ao afirmar que “[...] nesse conceito, há uma mudança de foco, que deixa de ser a deficiência e passa a centrar-se no aluno e no processo ensino-aprendizagem, o qual deve ser adaptado às necessidades específicas do educando, no contexto escolar, familiar e comunitário.”

No Brasil fica evidente o movimento para que se valorize cada vez mais a pessoa deficiente, não apenas do ponto de vista inerente ao seu organismo, mas com o propósito de discutir, debater e procurar entender a questão como uma questão de inclusão social.

Nessa sequência de iniciativas públicas e governamentais, é importante destacar o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 1989, quando fixou uma Política Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência no mercado de trabalho, trazendo conceituações de deficiência e estabelecendo características de avaliação dessas deficiências. Posteriormente, um novo Decreto, o nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentou as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, a qual priorizou o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, e a 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Essas Leis criaram, assim, novas

oportunidades inclusivas. (BRASIL, 2011).

O ano de 2004 foi declarado o Ano Ibero-americano das Pessoas com Deficiência, como relata Lanna Júnior (2010), “[...] pelos países participantes da XIII Cúpula Ibero-americana, realizada na cidade de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, nos dias 14 e 15 de novembro de 2003.” O Brasil ficou sendo um dos responsáveis pela divulgação e implementação de ações que promovam a igualdade de oportunidade para as pessoas com deficiência, tanto no âmbito do Governo Federal como nos Estados e Municípios. Essa atitude dos países participantes da Cúpula, durante a VII Conferência da Rede Ibero-americana de Cooperação Técnica, demonstrou o avanço nas iniciativas governamentais já em nível internacional, sendo fruto de antigas reivindicações de deficientes e seus sindicatos.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi aprovada, em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual representa o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. Incorporando as demandas da sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, a PNAS define o novo modelo de gestão e apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Este Ministério tem a responsabilidade de implementar toda a política de assistência social em nível nacional, sendo que a inclusão social das pessoas com deficiência é um dos seus objetivos principais.

Outra importante iniciativa partiu da Organização dos Estados Americanos (OEA), que instituiu o decênio compreendido de 2006 a 2016 como a *Década das Américas das Pessoas com Deficiência – pelos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência*. A OEA, desde a definição desse período, vem incentivando os países que fazem parte da entidade a coordenarem seus projetos de atuação designados à promoção da cidadania e qualidade de vida dessas pessoas.

Após algumas tentativas fracassadas de dar sequência à visibilidade obtida com o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, finalmente, conforme relata Lanna Júnior:

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por consenso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, em 13 de dezembro de 2006, por meio da Resolução nº 61/106. Em 30 de março de 2007, os dois documentos foram disponibilizados para as assinaturas, e era necessário que pelo menos 20 Estados Membros da ONU os ratificassem para que a Convenção entrasse em vigor. A vigésima ratificação foi obtida no dia 3 de abril, e em 3 de maio de 2008 entrou em vigor a Convenção e seu Protocolo Facultativo. No dia 12 de maio de 2008, um ato comemorativo foi realizado na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, para celebrar a entrada em vigor de ambos os documentos. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 92).

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada à legislação brasileira em 2008. Após uma atuação de liderança em seu processo de elaboração, o Brasil decidiu, soberanamente, ratificá-la com equivalência de Emenda Constitucional, nos termos previstos no artigo 5º, § 3º da Constituição Brasileira, e, quando o fez, reconheceu um instrumento que gera maior respeito aos Direitos Humanos.

Na Apresentação do texto sobre a ratificação da Convenção e do Protocolo, o Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira, escreve:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2011, p. 11).

No dia 9 de julho de 2008, o Senado Federal aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo com o Decreto Legislativo nº 186. Em 25 de agosto de 2009, o Presidente da República sancionou o Decreto nº 6.949, completando, assim, o processo da ratificação dos direitos de 23,9% da população brasileira, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Sobre essa sanção pelo Presidente da República, o então Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, disse:

A conquista da ratificação com equivalência constitucional da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, em 2008, trouxe para este segmento a garantia do direito a ter direitos humanos especificados para as suas necessidades. Altera-se o eixo das intervenções de forma definitiva, pois são as barreiras interpostas entre a pessoa e o ambiente que determinam a deficiência. Aumentam as obrigações do Estado, em todas as esferas de governo, bem como as obrigações do segundo e terceiro setores, com ativa participação da pessoa com deficiência e das famílias. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 93).

Na caminhada da inclusão social de pessoas deficientes, observa-se o esforço governamental, e não restam dúvidas de que suas obrigações aumentam significativamente. É importante avançar ainda mais, os registros são de pelo menos 45,6 milhões de pessoas nessa situação. Falando sobre o significado da deficiência visual e sobre os direitos das pessoas com deficiência, Bruno escreve:

Compreender o significado da deficiência visual, entender o que significa ser e sentir-se diferente ou deficiente, conhecer a experiência de ter um filho ou um aluno com deficiência, são questões humanas complexas que necessitam de um olhar mais abrangente, para além da dimensão física e intelectual, contemplando múltiplos aspectos: emocional, ético e sociocultural. [...] Os movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência têm muitas vezes se limitado à busca de igualdade de oportunidades ou ao respeito e reconhecimento das diferenças, sem levar, muitas vezes, em consideração que o desenvolvimento da autonomia é a oportunidade de participação irrestrita, inclusive nas tomadas de decisões. (BRUNO, 1999).

As ações realizadas até aqui ainda são insuficientes para um número tão grande de pessoas que necessitam de oportunidades que lhes permitam desenvolver-se e as levem a participar efetivamente do futuro da nação.

Para Santin e Simmons, a tendência de normalização dos deficientes resultou na ênfase dada às semelhanças, e não às diferenças. No caso dos cegos, o grande ajuste educacional é o ensino de braille. Segundo elas, “[...] o mundo dos cegos não pode ser criado com o fechar de olhos.” (SANTIN; SIMMONS, 2000).

2.3.1 A SBB e o Programa Inclusão do Deficiente Visual: memória e história

Até aqui, abordou-se o contexto histórico acerca da invenção de um sistema que dá apoio direto aos Deficientes Visuais, oportunizando-lhes um contato mais amplo com a cultura e toda sua amplitude, incluindo o processo de alfabetização.

Resumidamente, rememorou-se a história do Brasil Império e a abertura para a entrada da Bíblia Sagrada no país até se chegar ao avanço das leis em todo o mundo, inclusive no Brasil, para o favorecimento de melhores condições de vida aos deficientes com a inclusão social.

Percebendo a necessidade de apoio a este importante grupo de pessoas e por ser uma organização fortemente filantrópica, a SBB internalizou a Bíblia para cegos ao acrescentar em seus projetos sociais a criação do *Programa Inclusão do Deficiente Visual*, ao abrir uma nova perspectiva inclusiva e cultural quando disponibilizou gratuitamente a literatura bíblica a todo cego que voluntariamente se cadastrar em qualquer parte do território nacional.

Sobre inclusão social, Worcman relata:

[...] destacamos o potencial que a história oral tem como ferramenta de inclusão social. Fortalecer o senso de pertencimento e de autoria de cada um, somado à possibilidade de fazer-se “ouvir” é o grande sentido social que um projeto de memória pode adquirir. Além disso, produzir novas fontes para a compreensão dos processos históricos é fundamental para revisão das narrativas históricas em si. (WORCMAN, 2006, p. 204).

Tendo como Missão difundir a Bíblia e sua mensagem a todas as pessoas e a todos os grupos sociais como instrumento de transformação espiritual, de fortalecimento de valores éticos e morais e de desenvolvimento cultural e social, a SBB desenvolve, desde sua fundação, projetos que possibilitam o acesso à Bíblia Sagrada em todos os Estados da Federação.

No começo da década de 1960, igrejas evangélicas de Manaus pediram à SBB que melhorasse o suprimento de Bíblias na região amazônica, que sofria com a falta de literatura bíblica ou dispunha de Bíblias para venda, mas a preços abusivos. Na ocasião, o Secretário-Geral da SBB, Rev. Ewaldo Alves, pediu para o então Assistente de Distribuição, Rev. Luiz Antonio GiralDI, ir até Belém e Manaus discutir e estudar melhor o problema com os líderes evangélicos daquelas regiões. A fala dos líderes das duas cidades foi a mesma: “[...] necessitamos de um barco da Bíblia na Amazônia.” (GIRALDI, 2008, p. 107).

Sem saber desse apelo dos líderes evangélicos da região Norte do país, a Sociedade Bíblica da Escócia ofertou cinco mil libras esterlinas para que a Bíblia fosse difundida no Brasil, e, aproveitando o pedido daquela liderança, a SBB optou por adquirir um barco que foi reformado e adaptado para que fossem feitas viagens de distribuição de Bíblias, Novos Testamentos e porções bíblicas aos ribeirinhos da Amazônia. Esse barco foi batizado de *Luz na Amazônia*, e na manhã do dia 8 de dezembro de 1962, foi inaugurado, numa cerimônia na praça em frente ao porto de Belém.

É interessante observar que a própria tripulação do barco percebeu que o trabalho de colportagem⁸ deveria ser aliado a uma atividade efetiva de assistência social às famílias ribeirinhas, pois ali, na região amazônica, eles haviam encontrado pessoas com situações de vida muito difíceis, enfermas, famintas, muitas vezes sem ter até o que vestir. E é assim que surge a inquietação acerca do compromisso cristão e social de ajudar essas pessoas.

A ideia que surgiu, ainda na década de 1960, foi a de

[...] distribuir durante as viagens roupas usadas e latas de leite em pó. A SBB fez, então, um apelo às igrejas para a doação desse material, e a resposta foi muito positiva. Na década de 80, a ideia evoluiu para um atendimento mais completo. O barco levaria, em suas viagens, médicos e dentistas para atenderem as pessoas enfermas ou com problemas dentários. (GIRALDI, 2008, p. 111).

Na Universidade do Pará, a SBB encontrou aliados, entre professores e estudantes das áreas de medicina e odontologia, com disposição para empreender essas atividades, contando,

⁸ Do francês *colporteur*. Pessoa que vende ou distribui mercadorias de porta em porta, geralmente livros religiosos.

ainda, com a doação de medicamentos para distribuição gratuita aos enfermos que necessitassem. Quanto à questão da fome, com ajuda de empresários de Belém, a SBB recebeu doações de mantimentos e promoveu a distribuição de sopas para as famílias. E assim, além da distribuição de Bíblias, foi iniciado um trabalho realmente eficaz no Norte do país, aliando a colportagem à prestação de serviços para a população carente da região. O barco de colportagem *Luz na Amazônia*, então, acabou por se transformar em um barco-hospital. Surge, assim, o primeiro projeto social da SBB, quando

[...] em 1965, através do Decreto nº 57.171, o Governo Brasileiro, então sob a presidência do Marechal Castelo Branco, conferiu à SBB o título de Entidade de Utilidade Pública por seus relevantes serviços prestados ao Brasil nas áreas da cultura, educação e serviço social. (GIRALDI, 2008, p. 112).

Seguramente, as pessoas que participaram do processo de criação da SBB não tinham noção de que nas próximas décadas a instituição se tornaria a maior produtora e distribuidora de literaturas bíblicas do mundo, entre as 146 Sociedades Bíblicas pertencentes à SBU e que, juntas, atingem mais de 200 nações e territórios.

Dentre esses projetos, em 2001 foi inaugurada, na Gráfica da Bíblia, em Barueri (SP), a Imprensa Braille, e em 2002, a Instituição lançou a Bíblia completa no sistema braille, através do Programa Inclusão do Deficiente Visual, que visa contribuir para o processo de inclusão social, de desenvolvimento cultural e amparo espiritual da pessoa com necessidades especiais da visão. O Programa tem o objetivo de garantir aos Deficientes Visuais o acesso gratuito às Escrituras Sagradas em braille e áudio e exemplares em braille da revista A Bíblia no Brasil (ABNB), para que possam usufruir da orientação e do consolo que o Livro Sagrado proporciona e saibam o que está acontecendo no país e no mundo sobre a distribuição da Bíblia e seu impacto na vida das pessoas.

Para celebrar este feito inédito, a SBB realizou, em 30 de novembro de 2002, o lançamento oficial da Bíblia completa em braille, no Parlamento Latino-americano, na capital paulista. Cerca de 500 pessoas compareceram ao evento, entre autoridades públicas e religiosas, representantes da SBB e de entidades sociais, além de muitos convidados com deficiência visual. Na ocasião, o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, ressaltou que esta é uma iniciativa cristã, mas que também tem a ver com o resgate da cidadania: “[...] a dívida da sociedade com este segmento da população está menor. É sem dúvida um grande avanço.” (A BÍBLIA NO BRASIL, 2003, p. 12).

A história da inauguração da Imprensa Braille e do Programa de Inclusão do

Deficiente Visual se funde com a história de vida de uma jovem chamada Paula Regina França Ribeiro, a qual foi entrevistada para a redação dessa dissertação, conforme será mostrado no próximo capítulo, que por muitos anos pedia ao então Secretário-geral da SBB, Rev. Luiz Antonio Giraldi, que providenciasse esta publicação. Desde o início da década de 1990 Paula já defendia a grande causa de sua vida: a publicação da Bíblia completa em braille. Ela relata:

Era um obstáculo que precisávamos superar. Procurei a SBB, conheci o Reverendo Ivan de Ávila que me levou ao Reverendo Luiz Antonio Giraldi. Percebi que eles ficaram realmente preocupados com o assunto. Passei então a ser voluntária da SBB. Para desenvolver o trabalho, aprendi revisão de texto e de diagramação em braille, fui entendendo o processo editorial e conhecendo formas de fazer uma publicação que atendesse às necessidades dos deficientes visuais. Graças ao apoio de toda a equipe da SBB e de dezenas de pessoas que acreditaram no projeto, estamos conseguindo cumprir essa missão. (A BÍBLIA NO BRASIL, 2003, p. 17).

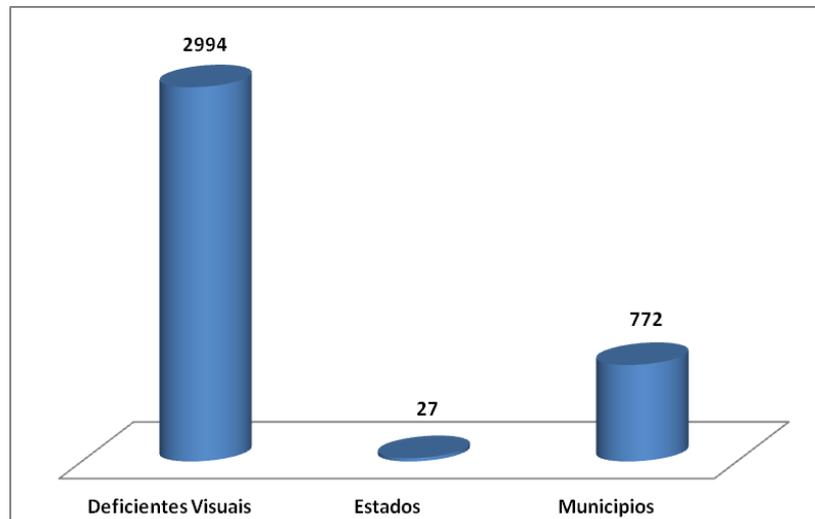
Depois de duas tentativas fracassadas da SBB (uma em 1992 e outra no final da década de 1990), finalmente, em novembro de 2002, Paula realizou seu sonho, quando participou de todo o processo editorial e de produção, durante quase dez anos, inclusive sendo a primeira revisora da Bíblia em braille no Brasil. Na ocasião do lançamento, ela disse: “[...] com o conhecimento que tenho hoje, posso trabalhar para que os Deficientes Visuais no Brasil sejam integrados, tenham livros, estejam na escola e tenham condições de uma vida plena.” (A BÍBLIA NO BRASIL, 2003, p. 17).

Desde o início do programa, para que o DV receba a literatura gratuita em casa, é preenchido um cadastro com dados pessoais e é feita uma pesquisa. Essa pesquisa aborda dados como: estado civil; número de filhos; grau de deficiência visual; origem/causa da deficiência visual; se é portador de outra deficiência associada; se faz acompanhamento médico-ocular; se estuda; grau de escolaridade; local de escolarização; se trabalha atualmente; a renda familiar; se recebe benefícios de algum programa do Governo; com quem mora; que tipo de moradia; se sabe ler o método braille; se escreve no método braille; como classifica a sua leitura; se tem contato com a Bíblia; como prefere ter as Escrituras Sagradas; como tomou conhecimento do Programa Inclusão do DV; se é adepto de alguma religião; se frequenta alguma igreja e se recebe apoio de instituição especializada.

A seguir, as informações sobre as principais perguntas da pesquisa e seus resultados nos nove primeiros anos de distribuição da Bíblia em braille no Brasil, incluindo: o número de pessoas que recebem o texto bíblico impresso ou em áudio; o número de Estados atendidos e o número de municípios em todo o país. Esses dados apontam a distribuição total que ainda é

feita simultaneamente, pois leva cerca de nove anos para o DV receber a Bíblia completa.

Gráfico 1 – Número de pessoas, Estados e Municípios



Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

Pode-se notar que o número de deficientes visuais atendidos é de 2.994 abrangendo todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, em 772 municípios. A cobertura dos 5.565 municípios brasileiros com este Programa é de 13,87%.

A SBB possui 7 filiais denominadas de Secretarias Regionais que atendem todo o território nacional. Suas sedes, unidades da federação e quantidade de municípios sob sua jurisdição são os seguintes:

Tabela 1 - Secretarias regionais e suas abrangências

Secretaria Regional	Unidade da Federação	Municípios	Municípios atendidos	% por região	Nº de deficientes visuais	% de deficientes visuais
Belém	AM, AP, MA, PA, PI, RR	677	50	7,38	293	9,79
Belo Horizonte	BA, MG	1.270	164	12,91	501	16,73
Brasília	AC, DF, GO, MT, RO, TO	601	55	9,15	149	4,98
Curitiba	PR, RS, SC	1.188	153	12,88	398	13,28
Recife	AL, CE, PB, PE, RN, SE	936	117	12,50	355	11,86
Rio de Janeiro	ES, RJ	170	67	39,41	424	14,15
São Paulo	MS, SP	723	166	22,96	874	29,21
Total	26 Estados e DF	5.565	772	13,87%	2.994	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a Secretaria Regional que mais conseguiu atender nesse período os municípios de sua região foi a do Rio de Janeiro com 39,41% (67 de 170 municípios) seguida pela Secretaria Regional de São Paulo com 22,96% (166 de 723 municípios).

A filial da SBB que atende o maior número de deficientes visuais é a de São Paulo

com 29,21% (874 deficientes visuais) seguida da Secretaria Regional de Belo Horizonte com 16,73% (501 deficientes visuais).

Outra característica importante é que em todas as cidades que a SBB possui sede de uma filial, o atendimento é bem superior aos demais lugares do interior de cada estado que esta Secretaria Regional tem de abrangência. As duas exceções são as sedes das filiais de Belém onde possuem 13,01% dos deficientes visuais atendidos comparando com 19,33% de Manaus que atualmente possui uma Unidade Regional subordinada à capital do Pará e, Recife com 11,04% de deficientes visuais atendidos comparados com os 15,64% em Fortaleza que não possui sede ou Unidade mas pertence ao atendimento daquela Secretaria Regional. Em ambos os casos, as duas capitais (Belém que possui 1.393.399 habitantes e Recife que possui 1.537.704 habitantes) possuem população inferior às que estão atendendo o maior número de deficientes visuais (Manaus com 1.802.014 de habitantes e Fortaleza que tem 2.452.185 de habitantes respectivamente).

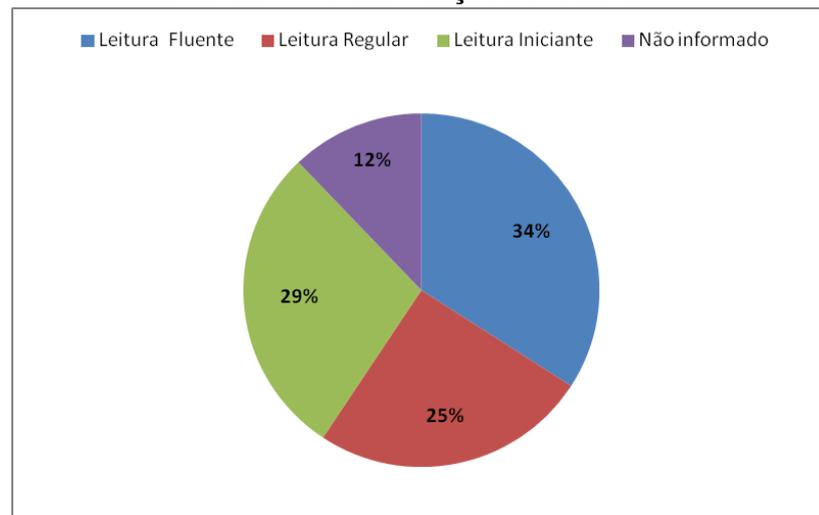
Com estes dados fica evidente que a organização consegue desenvolver com maior eficiência esse programa de inclusão social onde possui uma sede administrativa com uma equipe de colaboradores efetiva.

Neste programa o DV recebe em sua residência um exemplar, trimestralmente, de um dos 38 volumes que completam a Bíblia Sagrada na versão Nova Tradução na Linguagem de Hoje, um Guia de Leitura Braille e a revista ABNB também em braille. Todo esse material é entregue gratuitamente pelos Correios, em parceria com a SBB. Para o DV não alfabetizado em braille, há outra possibilidade, de receber, da mesma forma que os outros, um exemplar da Bíblia completa em áudio em formato MP3.

Outra opção que a instituição oferece é a possibilidade de a pessoa escolher entre a Bíblia Sagrada usada pelos evangélicos, com o cânon de 66 livros, ou, se preferir, a Bíblia Sagrada usada pelos católicos, com o cânon de 73 livros.

As organizações que trabalham com cegos, como escolas, associações, bibliotecas municipais ou estaduais, recebem a Bíblia com os Livros Deuterocanônicos. As instituições evangélicas optam pela Bíblia com os 66 livros.

No decorrer de cada ano, aumenta o número de empresários dos mais diversos ramos, que solicitam a confecção de exemplares completos ou em parte como o Novo Testamento em braille e autorizam a SBB fazer a triagem para a doação para algum órgão governamental ou Organização Não Governamental (ONG) que tenha solicitado a Bíblia para o atendimento de pessoas com deficiência visual.

Gráfico 2 – Classificação de leitura

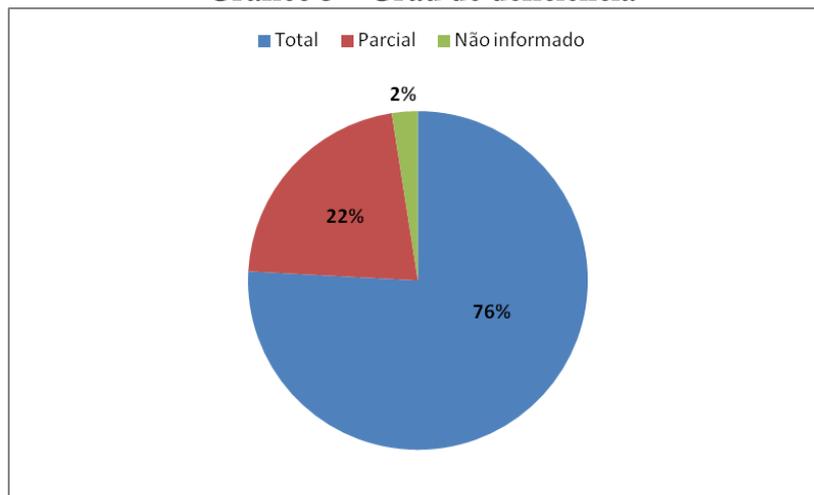
Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

Na sequência da pesquisa, quanto ao grau de leitura em braille dos deficientes visuais cadastrados é de 34% (1.021) com leitura fluente, 25% (755) com leitura regular, 29% (855) com leitura iniciante e 12% (363) não informaram sua capacidade de leitura.

Para o DV, a alfabetização em braille é fundamental para seu desenvolvimento intelectual. Mazzaro, citando Mazzotta (1993), afirma que:

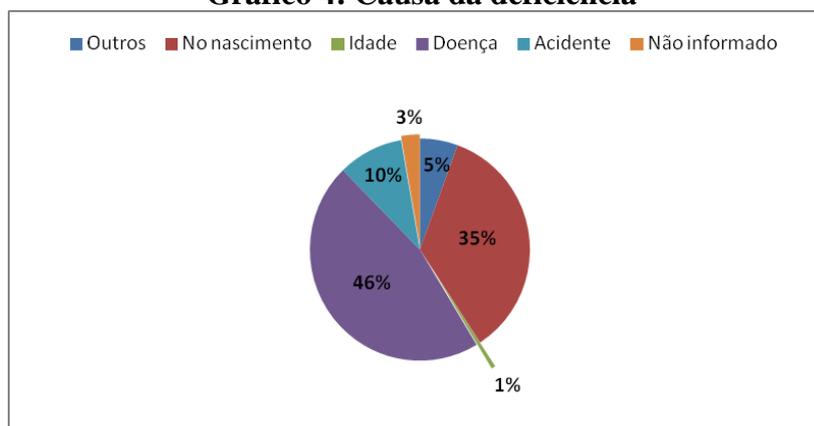
A inclusão depende tanto da sociedade civil quanto da política dos governantes. Entretanto, na esfera política, tem-se visto com certa frequência projetos interrompidos, sem reflexão, em decorrência das mudanças no governo. Melhorar o nível de ensino é um esforço que, às vezes, leva décadas, requer treinamento contínuo de professores e envolvimento de famílias e comunidade. (MAZZOTTA apud MAZZARO, 2008, p. 44).

Por essa razão, fica claro que todo o esforço para pessoas terem acesso aos estudos é fundamental, independentemente de sua condição social ou de existir alguma limitação física, e infelizmente, levará anos até que mais pessoas usufruam desse direito que é de todos. O Estado tem participação importantíssima nas políticas de inclusão, como foi destacado no primeiro tópico do texto com diversas ações em pleno andamento como aprovação de leis que favorecem esse direito, no entanto, muitas Organizações Não Governamentais e empresas estão exercendo cidadania ao incluir em seus projetos e quadro de colaboradores, programas que dão oportunidades na área profissional, na educação e na cultura a toda e qualquer pessoa interessada em ler e aprender.

Gráfico 3 – Grau de deficiência

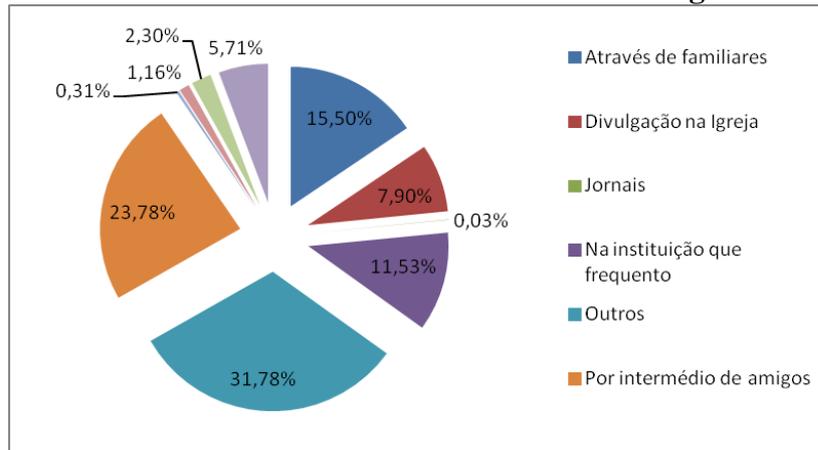
Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

Referindo-se ao grau de deficiência temos 76% (2.271) de pessoas com deficiência total; 22% (649) com deficiência parcial e 2% (74) não informaram.

Gráfico 4: Causa da deficiência

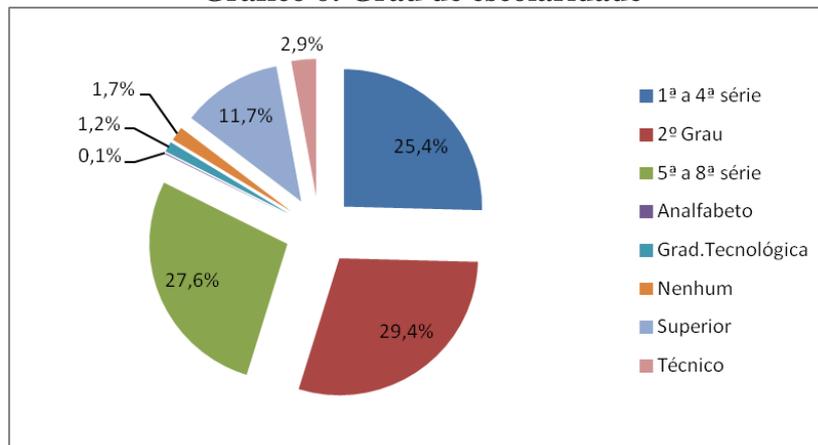
Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

As principais causas da deficiência que motivou a cegueira nas pessoas entrevistadas são: doença: 46% (1.386); no nascimento: 35% (1.054); por acidente: 10% (287); outros motivos: 5% (167); não informaram a causa: 3% (82) e devido à idade: 1% (18).

Gráfico 5: Como tomou conhecimento do Programa

Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

A pergunta sobre *Como tomou conhecimento do Programa A Bíblia para Pessoas com Deficiência Visual?* apresentou as seguintes respostas: outros motivos: 31,78% (929); por intermédio de amigos: 23,78% (695); através de familiares: 15,50% (453); na instituição que frequento: 11,53% (337); por divulgação na igreja: 7,90% (231); pelo *site* da SBB: 5,71% (167); pela revista ABNB: 2,30% (67); por revistas: 1,16% (34); pela Rádio: 0,31% (9) e por jornais 0,03% (1).

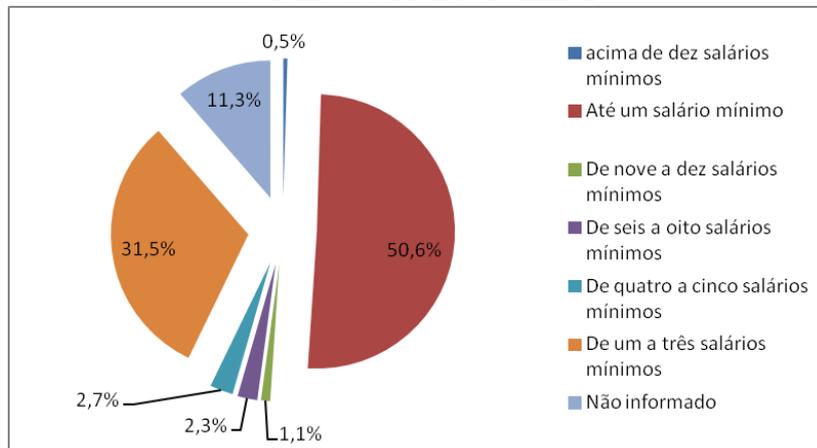
Gráfico 6: Grau de escolaridade

Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

O grau de escolaridade aponta: 1ª a 4ª série: 25,4% (668); 5ª a 8ª série: 27,6% (725); ensino médio: 29,4% (772); curso técnico: 2,9% (76); curso de graduação tecnológica: 1,2% (32); superior: 11,7% (308); analfabeto: 0,1% (3) e nenhuma informação de escolaridade: 1,7% (44). A média da escolaridade entre ensino fundamental e ensino médio ficou em

27,46% e o número de analfabetos é baixo em comparação com a média nacional de pessoas com visão com idade acima de 15 anos que é de 9,6% segundo o Censo 2010.

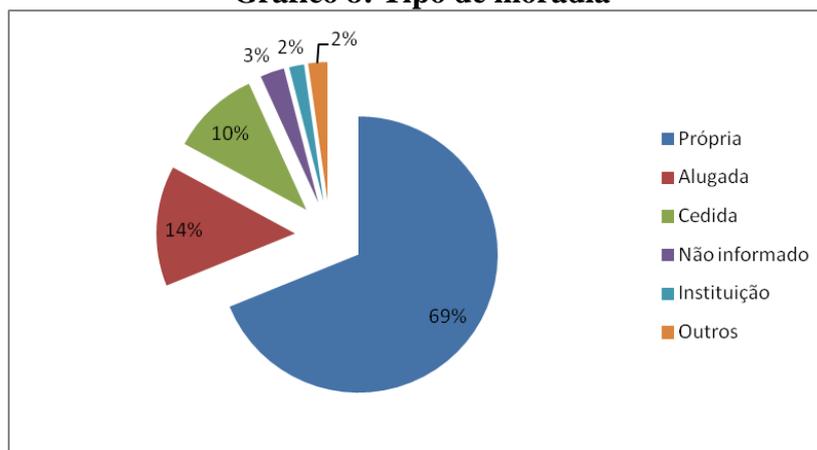
Gráfico 7: Renda familiar



Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

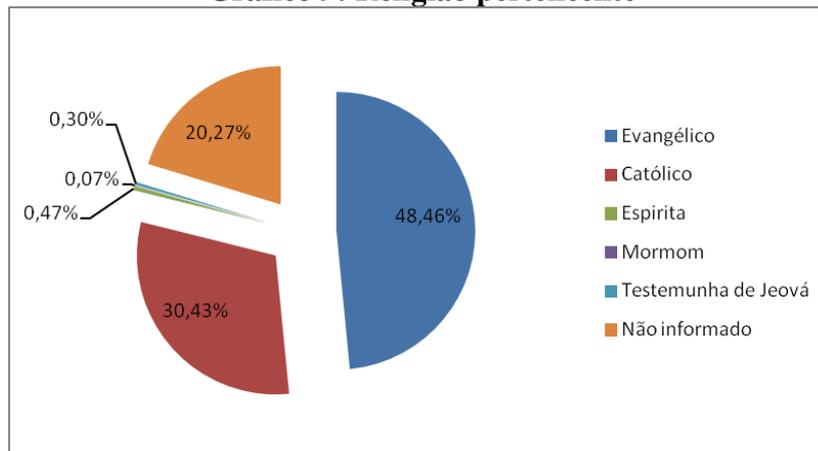
Quanto à renda familiar, temos os seguintes dados: até um salário-mínimo: 50,6% (1.636); de um a três salários: 31,5% (1.018); de quatro a cinco salários: 2,7% (88); de seis a oito salários: 2,3% (75); de nove a dez salários: 1,1% (35); acima de dez salários: 0,5% (15) e não informaram: 11,3% (367).

Gráfico 8: Tipo de moradia



Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

Já o tipo de moradia, as informações são: própria: 69% (2.062); alugada: 14% (421); cedida: 10% (308); não informado: 3% (84); pertence à instituição: 2% (52) e outros: 2% (67).

Gráfico 9: Religião pertencente

Fonte: SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011

Sobre os dados referentes a se o DV participa de alguma religião, as informações são: evangélico: 48,46% (1.451); católico: 30,43% (911); espírita: 0,47% (14); testemunha de Jeová: 0,30% (9); mórmon: 0,07% (2) e não informaram a religião: 20,27% (607).

Com essa pesquisa, pode-se observar que nos nove anos de distribuição gratuita da Bíblia em braille para quase 3 mil pessoas com deficiência visual, a SBB, no seu Programa de Inclusão desse grupo de pessoas, conseguiu atingir todos os estados da Federação e o Distrito Federal.

Dos que receberam o texto em braille, a maioria absoluta consegue ler a Bíblia, e os que ainda estão estudando e iniciando a alfabetização, usam-na para aprimorar seu aprendizado além do conhecimento da informação, quando, junto com o texto, recebem também a revista ABNB em braille que contém muitas informações relevantes de cunho cultural e social.

Também ficou constatado que a maioria das pessoas cadastradas possui um grau de deficiência total e/ou parcial, sendo que apenas 2% não declararam sua dificuldade.

Quanto à causa da deficiência, quase metade das pessoas ficaram cegas por motivo de doença, o que demonstra ser possível buscar alternativas na área da saúde e principalmente na prevenção da cegueira. Uma campanha a nível nacional poderia ser muito útil para o Brasil.

As informações de como a pessoa ficou sabendo existir um programa de distribuição gratuita da Bíblia chamam a atenção da influência dos amigos e da família (em 2º e 3º lugares respectivamente) na vida do DV que precisa de muito apoio para viver num país que possui leis bem elaboradas na questão de inclusão porém, carece ainda de esforços políticos para serem colocadas em prática.

O grau de escolaridade é muito próximo no percentual entre um e outro nível escolar, mas 82% dos deficientes visuais têm uma formação que vai no máximo até o ensino médio. Para o curso superior, certamente serão necessários investimentos maiores do Governo e das Universidades que deve incluir capacitação e treinamento especializado aos seus profissionais.

A grande maioria são pessoas de baixa renda, chegando a 83% que ganham menos de três salários mínimos. Existe um programa governamental que dá um salário-mínimo ao DV que comprove renda baixa para ter um auxílio de subsistência. Há relatos da SBB sobre pedidos de deficientes visuais para o cancelamento do envio de material bíblico impresso em braille porque não possuem um lugar apropriado em suas residências para guardar a literatura, e não têm condições financeiras para providenciar uma estante ou prateleira para guardar adequadamente todo o material que chega a ter 2 metros de comprimento quando a mesma está completa.

Um número expressivo de deficientes visuais mora em casa própria (69%), e os demais moram de aluguel ou dependem de ajuda para sua moradia.

Por fim, 79% dos deficientes visuais contemplados com o programa são de matriz cristã e, com a pesquisa, fica constatado que a SBB faz a distribuição do texto bíblico sem distinção de credo religioso.

Além desses dados, a organização exportou material, no período desde a instalação da Imprensa Braille, para Moçambique e Bolívia, sendo 43 Antigos Testamentos completos e 43 Guias de Leitura na Nova Tradução na Linguagem de Hoje para Moçambique e 1.010 cópias que foram denominadas de “Parábolas e Histórias em Braille”, ou seja, Porções da Bíblia em braille na tradução *Dios Habla Hoy* para a Bolívia (Fonte: Departamento de Exportação SBB, 2012).

Iniciativas como a da SBB e de Paula França dão a certeza de que as situações difíceis da vida nem sempre prevalecem quando alguém acredita no bem maior de todos, porque todos têm os mesmos direitos, de ir e vir, de acesso à cultura, à religião, ao trabalho e ao convívio social. Falando sobre Memória, História e História de Vida, Bava nos diz: “[...] mais do que atender às necessidades básicas de cada um, a inclusão social significa a valorização de cada qual como indivíduo e cidadão, seu acolhimento em coletivos que desenvolvam seu sentimento de pertencimento.” (BAVA, 2004, p. 116). O desafio de um Projeto de Inclusão como este que a SBB aceitou desenvolver aproxima as pessoas e as faz sentir valorizadas e úteis, mas é apenas o início de uma longa e desafiadora jornada inclusiva.

Sobre Memória e História, Delgado escreve que:

Memória e História, na verdade, são processos diferentes, mas não opostos. Ambos podem ser identificados como estimuladores recíprocos, contribuindo para que o ser humano, através de sua identificação como sujeito construtor da História, reconheça-se também como sujeito construtor de seu presente e de seu futuro. (DELGADO, 2010, p. 70).

No próximo capítulo, usando o método da História Oral, será abordada a trajetória de vida da precursora e incentivadora para a disponibilização do texto sagrado em braille no Brasil.

3 UMA TRAJETÓRIA DE VIDA: PAULA REGINA FRANÇA RIBEIRO

No capítulo anterior, foi apresentado que a pessoa com deficiência e a inclusão social são temas internacionais, debatidos há décadas. Nessa perspectiva, leis foram criadas em muitos países e algumas medidas preventivas e outras de apoio e suporte aos deficientes estão ainda em fase de desenvolvimento. Há mais de 200 anos foi inventado um sistema que permite a leitura com a ponta dos dedos para quem é cego, o *braille*. Este invento tinha outro objetivo, mas foi aprimorado para um novo fim, o da alfabetização, da educação, da cultura e da inclusão para o qual é extremamente útil para milhares de pessoas até os nossos dias.

No final da década de 1940, foi fundada no Brasil uma organização que tem a missão de disponibilizar, das mais diversas formas, o texto da Bíblia Sagrada em português a todos os interessados em sua leitura. De natureza filantrópica, essa entidade dentre seus projetos de impacto social, criou o *Programa Inclusão do Deficiente Visual*, que culminou em 2001 com a inauguração da *Imprensa Braille*.

Para chegar à inauguração dessa Imprensa e, um ano depois, poder fazer o lançamento da Bíblia completa impressa em braille, foi preciso enfrentar muitos obstáculos e desafios durante pelo menos, uma década. Com entrevistas e suas narrativas desde a sua infância até o sonho realizado, foi possível reconstruir a trajetória de vida de uma pessoa que sempre gostou de ser chamada simplesmente de Paula França. Para Kofes,

O que armaria o enredo – a narrativa e a configuração da narrativa – seria que o mundo exibido por qualquer narrativa é sempre um mundo temporal. O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo e, circularmente, como um hermenêuta que se preza, a narrativa torna-se significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal. (KOFES, 2001, p. 126).

Na narrativa de Paula, pode ser observado que durante todo esse período de tempo ela foi peça indispensável e provou ser necessária para o desenvolvimento do projeto da Bíblia em braille no Brasil desde seu início. Para Kofes, “[...] trajetória é o processo de configuração de uma experiência social singular.” (Kofes, 2001, p. 27). Para tentar entender essa trajetória de vida singular de Paula e colocar em ordem o que seria sua tentativa de sobrevivência por tudo o que passou desde a infância, foram realçadas particularmente as questões referentes ao gênero como categoria relacional. Balieiro e Del Pichia escrevem:

Uma vez que, a identidade de uma pessoa está totalmente amalgamada à sua história de vida, conhecê-la – com suas escolhas, dificuldades e dúvidas – amplia, enriquece e matiza a visão que temos dela. Facetas são reveladas. As histórias de vida nos

inspiram a fazer nosso próprio caminho. (BALIEIRO; DEL PICHIA, 2010, p. 15-16).

Também apresenta os dramas da vida, conforme Alberti aponta:

A passagem da experiência – daquilo que foi vivenciado – em linguagem recebe muitas vezes o nome de narrativa, entendendo-se narrativa como a organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhes é conferido. Evidentemente a experiência sozinha pura e simples, não é capaz de ser comunicada; comunicar experiências pressupõe sua organização de acordo com um sentido. (ALBERTI, 2004, p. 92).

A partir daquilo que foi vivenciado e narrado sobre as experiências vividas por Paula, depara-se com a categoria da autonomia onde pode-se observar elementos constitutivos de sua vida em detrimento de um desprendimento de si em benefício de outras pessoas. É o sacrifício que não passa despercebido e onde se constrói subjetividades de uma identidade feminina.

Verifica-se nesse capítulo o desprendimento inexplicável de Paula ao doar-se completamente para conseguir esse intento de ter o texto bíblico, sendo essa uma categoria distinta que a leva indubitavelmente ao incluir-se no grupo daqueles que leem e inclui nesse projeto, seus pares. Escrevendo sobre “a fratura humana”, Ruiz diz que: “[...] a pessoa não pode ser esgotada em explicações, teorias ou fórmulas. Ela é, por definição, indefinível; por princípio, resulta inapreensível; pela lógica, ela é inexplicável.” (Ruiz, 2003, p. 53).

Tratando sobre a História Oral como fonte de pesquisa, Magalhães diz que

[...] as narrativas de vida constituem uma maneira de conhecer a versão não oficial dos acontecimentos sociais e permitem a compreensão dos fatos históricos e sociais filtrados pela ótica dos sujeitos, a partir da elaboração presente dos fatos passados. [...] é a inserção de um determinado aspecto da vida do narrador dentro de uma lógica narrativa mais ampla que nos permite entender como a memória subjetiva captou os fatos sociais mais amplos. (MAGALHÃES, 2007, p. 28-29).

A história de vida de Paula, com suas narrativas, foi fundamental para se entender todo o processo de como a Bíblia para deficientes visuais chegou ao alcance das pessoas. Para Ferreira e Grossi (2011), “[...] sua identidade vai emoldurando cenas do vivido.” É nessa aproximação da subjetividade numa construção da identidade que a narrativa aponta para um itinerário pessoal e político, no qual as escolhas demarcam um projeto de vida.

O caso de Paula é de uma mulher que faz escolhas e constrói uma história do feminino no campo da deficiência visual. Como Duby e Perrot (1990, p. 10) disseram ao fazer referência à história das mulheres: “[...] e elas o que dizem? A história das mulheres é, de uma certa forma, a história do modo como tomam a palavra.” Foi nessa direção que Paula tomou a

palavra e falou sobre si mesma ao trazer de volta as lembranças ancoradas no tempo. Essa palavra tem cunho religioso marcado por perdas e ganhos.

3.1 Infância e adolescência difícil e o início da perda da visão

Paula nasceu em São Paulo no dia 1º de agosto de 1959, e seus pais, apesar de viverem juntos, não eram oficialmente casados. O pai rejeitava essa filha que era a segunda das duas que o casal teve, pois desde o seu nascimento, ouviu boatos de que ela não era sua filha legítima. O pai nunca registrou essa filha. Essa rejeição aconteceu por diversos anos, o que culminou na saída do pai de casa, deixando a mulher e as duas filhas ainda pequenas sem qualquer apoio.

Quando Paula tinha aproximadamente dois anos de vida, teve uma febre muito alta que ocasionou um grave problema na perna, ao ponto de ela não conseguir firmar o pé no chão. A mãe a levou no Hospital das Clínicas em São Paulo, onde ficou constatado que ela tinha um problema no pé.

Até por volta dos quatro anos de idade, apesar de constatarem esse problema no pé, Paula teve uma infância normal, como qualquer outra criança nessa faixa etária, pois brincava muito com outras crianças. Nessa fase, as duas coisas de que ela mais gostava era ouvir música e dançar. Essa aptidão para a dança veio desde pequena, em parte porque assistia muito televisão, que, por sua vez, a influenciou e acabou desenvolvendo o interesse por essa área em que ela tinha tanta facilidade. O desejo de sua mãe era colocá-la numa escola especializada em dança e música, para ela se desenvolver mais e aprender a tocar algum instrumento musical. No entanto, por volta dos quatro anos de vida, sua mãe observou que a filha tinha um problema quando firmava o olho. Estava surgindo uma pintinha branca dentro do seu olho. Para ela, quando olhava, via uma sombra dentro do olho, mas, como era criança, não entendia o que aquilo significava e continuava enxergando e apreciando todas as coisas daquele jeito, pensando que aquela era a visão normal das coisas.

Por volta dos cinco anos, os problemas de visão de Paula foram piorando, e sua mãe, ao perceber isso, começou a levá-la a diversos médicos, os quais não conseguiam diagnosticar qual era realmente o motivo dessa deficiência. Foram feitos muitos exames, em diversos lugares, sempre com o objetivo e a preocupação da mãe em descobrir e tratar o problema na visão da filha mais nova a tempo.

Sua mãe era uma cristã católica e, como muitos brasileiros, também participava de reuniões espíritas. Após percorrer muitos hospitais públicos e clínicas especializadas e fazer dezenas de exames sem descobrir o real problema da filha, a mãe passou a buscar desesperadamente alguma ajuda, ao observar que a cada dia o problema de visão de Paula ia se agravando, e o espiritismo, no entender dela, apareceu como uma solução e um apoio. Esse envolvimento da mãe com o espiritismo, na busca de uma ajuda para a filha, fez da mãe uma líder espírita onde frequentava, ao ponto de prestar serviços voluntários espirituais de aconselhamento e outras tarefas.

O fato de Paula não ter registro civil, de não ter plano de saúde, fez com que o Hospital das Clínicas a cadastrasse num programa de pesquisa, onde ela teria apoio médico, mas participaria das pesquisas daquele Hospital na área específica do seu caso, até então não diagnosticado. Num momento da entrevista, Paula afirma: “[...] e a minha infância aí começou a ser mais não muito boa.” (APÊNDICE A). Assim, Paula passou os próximos anos indo regularmente com a mãe (após apanhar dois ônibus e se deslocar de casa por mais de uma hora e meia) ao Hospital das Clínicas, onde ainda enxergava pouco. Ali, sua visão ainda lhe permitia enxergar e lhe trazer à memória, lembranças difíceis como no Pronto Socorro e na Ortopedia, muitas pessoas mutiladas e doentes, ou seja, um ambiente hostil para uma criança, que passava seus dias contemplando os problemas e as dificuldades dos outros, sem poder brincar ou, ainda, estudar. A mãe, ao perceber que a filha estava ficando cega, entrou em desespero e ia a todo tipo de lugar em busca de cura. Deixou o catolicismo e entrou de cabeça no espiritismo, buscando respostas aos problemas da família.

Sobre a memória das tragédias, Candau citando N. Zadjé e E. Renan escreve:

Memória dos sofrimentos e memória dolorosa, memória do infortúnio que é sempre “a ocasião para se colocarem as verdadeiras perguntas”, essa memória deixa traços compartilhados por muito tempo por aqueles que sofreram ou cujos parentes ou amigos tenham sofrido, modificando profundamente suas personalidades. (ZADJE; RENAN apud CANDAU, 2011, p. 151).

O momento era de tragédia para a família, principalmente para Paula que, do pouco que via, vislumbrou por muitos meses, a desgraça de pessoas ao se encontrar hospitalizada para seu tratamento em plena meninice. Uma infância difícil e sofrida não lhe trazia à memória recordações que poderiam lhe dar algum tipo de esperança para usufruir dias melhores. Exatamente nesta fase quando estava em formação seu caráter e personalidade Paula vivenciou tudo isso em sua vida.

Na infância e na pré-adolescência de Paula, suas influências culturais se basearam no rádio e na televisão, à qual era exposta horas a cada dia. Um de seus tios gostava muito de música erudita, e ensinou a sobrinha desde pequena a gostar desse gênero musical. O desejo dela era ser bailarina e tocar algum instrumento; no entanto, a cegueira frustrou seus planos. Entre dez e onze anos de idade, ao piorar seu estado de saúde, sem ser alfabetizada e decepcionada pelo fato de a mãe não poder colocá-la numa escola de música e dança, ela conta que:

[...] eu comecei a ficar mais enfiada dentro de casa... inclusive, meio animalizada, porque, à medida que você começa a se isolar, você começa a não ter mais contato com ninguém, e aí fica meio um animal; não um animal agressivo, mas você não consegue tratar com as pessoas mais. (APÊNDICE A).

Todo seu relacionamento nesse período da vida se restringiu principalmente à mãe e à irmã. Seu contato era quase que exclusivo com familiares, ela não se relacionava com outras pessoas.

Ainda nessa época, a mãe foi buscar “ajuda espiritual” em Campinas, em São Roque, na Aclimação e, nesses lugares, o objetivo era a cura da filha. Foram feitas “cirurgias espirituais” na filha, que cresceu nesse ambiente religioso místico e espiritualista.

3.2 A constatação médica do motivo da doença

Num certo dia, a mãe de Paula, ao assistir um programa na TV Cultura, presenciou um médico dando entrevista sobre as recentes pesquisas na área da oftalmologia. Após diversas tentativas de descobrir mais informações sobre esse médico e onde poderia encontrá-lo, a avó de Paula, que estava sendo alfabetizada (mesmo idosa), conseguiu a informação com a irmã de sua professora que havia conhecido esse médico e sido curada por ele, no início de sua cegueira, a qual havia contraído por uma doença venérea. Graças a esse contato, foi possível sua mãe conseguir uma consulta e levá-la para que o médico a conhecesse. O doutor disse que precisavam iniciar toda uma pesquisa detalhada do histórico dela, bem como necessitariam de exames que precisavam ser feitos novamente, e que não poderiam ser feitos em hospital ou laboratórios públicos. Tudo deveria ser realizado em clínicas particulares. Deu-se início a uma nova fase de tratamento e pesquisa particular, e a mãe se manteve confiante, com o mesmo sacrifício de sempre, de correr atrás dos recursos para cumprir as exigências do médico. Seria

mais uma difícil jornada de sacrifícios em busca de uma solução para o problema de saúde da filha.

A mãe pediu ajuda ao ex-marido, que se comprometeu a auxiliar financeiramente e, graças à corrida aos laboratórios de ponta, com a bateria de exames, finalmente ficou constatado que Paula teve um problema congênito, com grau entre 4 e 5 de sífilis. Seu grau de sífilis era tão alto que a perda da visão não seria nada perto do que poderia vir pela frente caso não fosse tratada. O tratamento teve início com doses maciças de penicilina, de Benzetacil, que era aplicada diariamente durante meses. Com as centenas de injeções e muita dor e sofrimento, finalmente conseguiram evitar o pior, que seria um sério problema que poderia acarretar em paralisia – Paula poderia ter ficado com grave deficiência física também. Da família, a mãe e a irmã fizeram exames e não se constatou qualquer problema com elas, mas o pai foi o único que não quis se submeter a exames que constatariam a origem da doença. Mesmo com essa situação, Paula fala sobre essa atitude de seu pai: “[...] não sei, não sei, não sei. Aí está na boa, de boa. Não fez, não fez.” (APÊNDICE A). Na época, Paula ainda enxergava um pouco, e conta que se lembrava de muitas coisas “visuais e trágicas”, no período de 1964 quando houve a tomada de poder pelos militares e a implantação da ditadura militar, as pessoas sendo presas nas ruas, os estudantes sendo espancados. Diz ela: “[...] todas essas coisas eu lembro até hoje, sabe? Isso marca as pessoas. Aí depois eu fiquei cega. Aí fiquei cega, totalmente cega.” (APÊNDICE A).

Sobre significado e memória, Ferreira e Grossi definem:

A memória está imbuída de vastidão de possibilidades, que a tornam infinitamente rica em suas manifestações. É um instrumento valioso para construção de narrativas, que registram modos de frequentar o mundo, fazendo a trama da vida existir como drama ou comédia. (FERREIRA; GROSSI, 2001, p. 31).

As lembranças que Paula tinha da sua tenra infância são lembranças de tristeza, de tragédias, e a cegueira vinha tomando conta de sua vida para lhe dar experiências inesquecíveis.

Ainda sobre memória, Lang citando Halbwachs escreve:

Qualquer que seja a forma assumida pela fonte oral, baseia-se ela na memória e a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva. (HALBWACHS apud MEIHY, 1996, p. 35).

Na sua memória estão gravadas as lembranças de ter passado por exames e ter feito outro tratamento médico sem ter a certeza que seria bem sucedido, somente com muita determinação para a realização desse processo onde, foi necessária a transição da infância para a adolescência para que o tratamento fosse realizado, e em todo esse período ela não pôde estudar. Apenas teve a oportunidade de mais uma tentativa de reconstrução de sua vida.

Já aos 15 ou 16 anos de idade, o médico Dr. José Furma, da Escola de Medicina de São Paulo – Hospital São Paulo, propôs fazer uma cirurgia inédita no Brasil, tendo-a como experimento. Com a sífilis ela teve uveíte e catarata, e se tivesse sido constatado precocemente seu problema e tratado a tempo, provavelmente ela teria tido algum problema de visão, mas não tão agudo ao ponto da cegueira. A cirurgia foi feita, e a família tinha muita expectativa para que Paula voltasse a enxergar; no entanto, não deu certo, e ela teve um problema pós-operatório, chegando a ter que fazer infiltração no olho (injeção no olho). Foi uma decepção total para a família e para Paula, que relata:

E a minha mãe queria que eu ficasse boa, coitada. Aí, tipo, foi quando o médico falou: “Olha, não teve sucesso. Não posso fazer nada; vamos fazer assim, eu sou um cientista, de 6 em 6 meses você volta aqui [risos], conforme o avanço da ciência, você volta.” Eu falei: “Está bom”, mas foi um arraso, sabe assim, quando acaba com você? Porque aquilo era uma coisa muito importante. Você está entendendo que eu estou falando que “era”? Eu estou conjugando bem assim para você entender, depois no final das contas, da história. (APÊNDICE A).

Diante dessa situação, de mais uma fase de muito sofrimento, sem o sucesso tão esperado da cirurgia, dos 16 aos 21 anos, Paula continuou ouvindo sua televisão e seu rádio, gostando de música, fazendo crochê, tricô, cuidando da casa e ajudando sua mãe em tudo o que podia, nas tarefas domésticas, sempre com disposição e sem reclamar da vida.

3.3 A mudança do nome

Nessa época, a mãe de Paula estava muito envolvida com o espiritismo, cuidando de pessoas, atendendo em consultas espirituais, e conheceu um homem que se interessou por ela, desejando assumir sua vida e das filhas e morar junto com elas – ele era um sargento da Polícia Militar. Com muito sacrifício, a alguns anos a mãe tinha adquirido um pequeno lote, e o sargento prometeu e iniciou a construção de uma casa nesse terreno para morarem. Assim, ele acabou cumprindo parcialmente o que prometera. Os primeiros seis meses foram muito bons; no entanto, segundo Paula, esse homem era uma pessoa irascível, dominador, ditador e não gostava da sua irmã, que tinha mais cultura que ele. Paula conta:

Eu ele aceitava um pouco mais, mas ele tipo, era meio psicopata. Depois a gente acabou vendo, entendeu? Porque ele, na verdade, ele falou que queria me assumir, inclusive me assumir juridicamente, mais para um fator, assim, de exibir, de se apoiar naquela situação. (APÊNDICE A).

Passado mais algum tempo, esse padrasto que havia prometido assumir Paula juridicamente, convidou os avós de Paula, que serviram de testemunhas, a registrá-la no cartório. Seu nome, desde que nasceu, foi Marta França e, para surpresa de todos, no dia que foram registrá-la, ele simplesmente mudou o nome dela para Paula Regina França Ribeiro sem consultar ou pedir a opinião de alguém, principalmente de Paula.

Falando sobre a história de sua vida, Thompson diz:

Quem busca os fios de ligação na história de sua vida já terá criado, de diferentes pontos de vista, uma coerência naquela vida que agora está pondo em palavras. Em sua memória, já terá separado e salientado os momentos que experimentou como significativos, outros terá deixado perderem-se no esquecimento. (THOMPSON, 1979, p. 82).

Talvez Paula desejasse esquecer essa parte de sua história porque isso foi mais um baque, pois, a partir de agora, a ex-Marta França precisaria se acostumar com o novo nome, com a nova situação. Tratando sobre identidade, Ciampa diz que

[...] o humano é sempre “uma porta abrindo-se em mais saídas.” O humano é vir-a-ser humano. Identidade humana é vida! [...] Ter uma identidade humana é ser identificado e identificar-se como humano! [...] O nome é mais que um rótulo ou etiqueta: serve como uma espécie de sinete ou chancela, que confirma e autentica nossa identidade. É o símbolo de nós mesmos. (CIAMPA, 1990, p. 36, 38, 131).

Depois de tantos anos esperando por essa oportunidade, agora com a condição de registrada civilmente, ela passa a adotar um outro nome que lhe foi dado inesperadamente. Seria uma nova fase para a agora Paula mostrar que Marta não mais existia e que as experiências de menor significado poderiam ser esquecidas mas agora ela tinha, definitivamente uma identidade.

Para Henry Rousso

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. [...] A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui um elemento essencial da identidade,

da percepção de si e dos outros. (ROUSSO apud FERREIRA; AMADO, 2010, p. 94-95)

O envolvimento familiar é fundamental nessa trama quando coletivamente mãe, irmã, padrasto e avós fazem parte de um lapidar sem saber, e ao mesmo tempo sutil na reconstrução da vida de Paula. Uma “memória coletiva” segundo Halbwachs (1990) que permeia a continuidade de um futuro obscuro e cheio de incertezas sobre sua identidade e sobre si mesma mas que segue a sequência do seu próprio destino.

3.4 O retorno da visão

Mais um convite de seu médico para fazer outra cirurgia, uma nova pesquisa que ele trouxe da Europa no ano de 1977, que seria com bisturi a laser. Sem ter que pagar o médico, mas, sim, o anestesista e o hospital, sua mãe retoma a batalha de buscar recursos para mais essa empreitada. A cirurgia seria inédita no Brasil e aconteceria no Hospital Albert Einstein. Depois de um tempo e com os recursos financeiros, a cirurgia foi realizada e bem-sucedida e o pós-operatório também, no entanto, com muita dor e sofrimento. Paula voltou a enxergar um pouco, mas teve que reaprender seus movimentos, pois havia uma falta de sincronização entre o movimento e a visão. Ela relata:

[...] eu tinha que aprender como olhar para poder subir um degrau. Mas não era uma visão total, entendeu? Essa operação era uma operação chamada entreocular, onde ele colocou uma lente dentro do olho no lugar do cristalino. Se o fundo do olho tivesse em condições, mandando mensagens para o cérebro, o nervo ocular, tudo direitinho, eu iria voltar a enxergar. Então eu voltei a enxergar. Eu enxergava, assim, eu enxergava a pessoa, mas não enxergava o que era a fisionomia da pessoa, entendeu? A roupa da pessoa, a cor da pessoa. Eu enxergava, entendeu? Voltei a enxergar assim. Nem usava bengala, nada, não tive treinamento de bengala, etc., e aí, voltei a enxergar. (APÊNDICE A).

Como a segunda cirurgia teve resultados favoráveis, finalmente, uma nova oportunidade surge quando Paula consegue entrar para uma escola e iniciar seus estudos.

3.5 A dificuldade para estudar e a discriminação

Estudando em uma escola comum em Guarulhos com uma professora que também era cega, Paula foi alfabetizada no braille em três semanas. Essa professora recebia apoio de outra pessoa e era muito dependente dela que por sua vez, não tinha muita cultura e isso atrapalhou

parcialmente o desempenho de Paula que foi colocada numa “sala de recursos.” Paula ficou um pequeno período nessa sala especial e em seguida a encaminharam direto para a 4ª série. Naquela escola o maior problema era a falta de livros pois os disponíveis, já haviam sido usados por outros alunos, e quando os livros eram entregues, estavam fora de conteúdo e, portanto, muita coisa tinha que ser gravada em áudio. Por exemplo, quando uma professora iniciou a matéria, não havia livros para os alunos. Paula pediu autorização para essa professora para gravar suas aulas e a resposta dela, foi: “[...] negativo, de jeito nenhum, imagina, vai que eu estou falando alguma coisa aí e o pessoal... você grava e pode usar contra mim.” (APÊNDICE A).

Embora a maior parte dos professores a aceitassem, especialmente aquela professora cega não a aceitava e aquele ano de estudo foi de muita dificuldade pois Paula percebia a defasagem dela naquela turma. Se dedicou muito e conseguiu tirar notas excelentes com essa professora e falou para si mesma: “[...] é você ou serei eu, então, vai ser eu.” (APÊNDICE A).

Esse momento foi crucial para Paula, ao decidir pelo seu futuro, sendo ela o sujeito construtor da sua própria história, sem se anular diante da rejeição e da discriminação. No final daquele ano conturbado com aquela professora que reconheceu que Paula tinha condições de estudar e acabou pedindo desculpas para ela, Paula teve que se mudar para São Paulo.

3.6 A expulsão de casa e a mudança para São Paulo com a sequência dos estudos

A mãe teve um filho com seu segundo marido e houve complicações no parto. Havia passado alguns dias do tempo ideal para o nascimento do filho, pois ela não sentia dores e o hospital a liberou para retornar ao lar e aguardar mais alguns dias. Quando o garoto nasceu, teve uma lesão muito séria no cérebro e a família não foi informada. Ficou isolado por 21 dia sendo medicado, pois tinha muitas convulsões e não conseguia demonstrar nenhuma reação ao tratamento médico. O bebê não conseguia sugar nem tinha qualquer sinal de capacidade de enxergar. Não reagia a absolutamente nada. Somente após retirarem a medicação que o menino reagiu. O bebê foi entregue à mãe sem ela saber que tipo de problema seu filho tinha. Após meses em casa, percebendo que a criança não era normal e que tinha problemas graves de saúde, levaram-na a um médico para iniciar algum tipo de tratamento, pois o bebê não sentava e chorava muito para comer.

Com o compromisso da mãe no cuidado do filho, o padrasto de Paula, de maneira ignorante, começou a perseguir as irmãs em tudo o que faziam em casa, ao ponto de elas terem de sair de onde moravam em Guarulhos e irem morar em São Paulo com a avó. Nesse período, o padrasto proibiu as irmãs de irem visitar a mãe e o irmão e até as ameaçou de morte.

Com essa mudança repentina para São Paulo, Paula pôde estudar em outra escola chamada Silva Jardim, e ali se desenvolveu mais nos estudos. Era difícil estudar, mas o fato de agora ter uma professora vidente e Paula ter voltado a enxergar parcialmente, as coisas melhoraram, pois essa professora soube tirar proveito dessa condição. Começou a fazer números ampliados, aprendeu a contar e voltou para a 3ª série, pois não tinha como continuar na 4ª série sem saber princípios aprendidos na turma anterior. Começou a ter uma atitude de interação maior e entrou para o orfeão da escola devido à sua paixão pela música. A dificuldade maior era pelo fato de não ter à sua disposição livros especializados em braille. Era um processo complicado, pois as provas vinham para sua professora, ela transcrevia em braille, mandava para o professor, Paula respondia em braille, devolvia para a professora, que trazia de volta para a sala de recursos para a professora fazer a transcrição e traduzir o que estava escrito para a professora poder dar a nota. Nesse período ela já estava estudando com alunos videntes. Sentava bem na frente e tinha o apoio de uma colega que ditava para ela o que estava escrito no quadro.

Paula compartilha de suas dificuldades para estudar, mas não vê isso como um “drama”. Ela afirma:

[...] eu não estou falando... como uma coisa dramática, tá? Como uma realidade difícil. Não é nada, nada tão pior assim quanto pode ser, entendeu? Porque são coisas que acontecem na vida da gente para superar. Não é uma coisa ‘oh que drama’, não é isso, mas era difícil. (APÊNDICE A).

Durante seu aprendizado, ela sempre estava em atraso com as disciplinas que estudava. As mudanças constantes dos títulos dos livros e seu conteúdo, sem que houvesse um material de uso contínuo, sempre atrapalharam, devido ao tempo que ela levava para gravar, escrever, reenviar provas para transcrição, etc. Ela pegava um livro de alguma disciplina, precisava ir ao centro de São Paulo, na antiga biblioteca do Centro Cultural São Paulo, atual biblioteca Monteiro Lobato, para que o mesmo fosse transcrito. Isso levava aproximadamente seis meses, o que inviabilizava o estudo daquela matéria muitas das vezes porque quando chegava aquele livro transcrito, ela já estava muito adiantada naquela disciplina.

Toda cultura apreendida na escola teve maior ênfase na maneira de recepção oral, e ela não dispunha de gravador naquela época ou, quando tinha, era muito cansativo ficar gravando e tendo que ouvir tudo de novo em casa. Por essa razão, ela precisava mesmo prestar muita atenção ao que era lido ou ministrado em sala de aula. Paula relata:

Tudo eu prestava atenção. Tanto que hoje, nem todo mundo sabe, mas eu acho que estou sempre prestando atenção no que está acontecendo, em tudo. Porque eu sentava na sala, e eu ficava prestando atenção no que a professora estava falando. Aquilo era a minha prova. (APÊNDICE A).

A sua leitura era ruim e realmente ela não tinha facilidade devido à sua dificuldade na visão e precisava usar óculos especiais para ampliar algumas coisas. Precisava fazer números com letra muito grande para fazer as contas. Mesmo assim, pelo fato de sua professora enxergar, conseguia explorar o máximo daquilo que Paula podia oferecer com sua limitação visual. Além disso, aprendeu a ter posturas corretas, pois isso é comum entre os cegos, uma má postura no seu dia a dia, o que os leva, em alguns casos, a serem tímidos e, ao mesmo tempo, agressivos.

3.7 O preconceito e a nova experiência religiosa

Paula sempre foi discriminada por não ter pai, por ser deficiente visual e por ser filha de mãe separada. Na escola, era bem tratada pelos colegas até perceberem que ela era cega. Também não tinha chance com namorados por causa disso, tanto que o namoro só veio a acontecer quando jovem quase adulta. O motivo principal foi porque sempre esteve envolvida com a saúde e seus inúmeros tratamentos experimentais e, depois, aproveitou o tempo perdido para estudar ao máximo, sem ter tempo para se preocupar com algum namorico. Uma pessoa que a ajudou muito foi sua irmã, a Márcia França, que lia muitos livros para ela e lhe deu todo seu fundamento intelectual de maneira oral.

Nesse período, a mãe de Paula teve um “despertamento espiritual” e passou a frequentar a igreja evangélica Cristã do Brasil junto com seu esposo. O sargento sempre produziu confusão na vida da família, inclusive do filho, dificultando um tratamento médico adequado, pois alegava que, pelo fato de ele ter nascido com problemas na hora do parto, deveria ficar daquele jeito. Esse irmão de Paula teve lesão nos quatro membros e a fala comprometida. A mãe ficava envolvida com ele o tempo todo, e o padrasto não deixava as irmãs se aproximarem dele. Assim como a mãe saiu do espiritismo, Paula e sua irmã também

passaram a frequentar uma igreja evangélica Presbiteriana. Márcia começou a namorar um primo de 3º grau que a levou para uma igreja Presbiteriana do interior do estado e, depois, Paula foi para a Igreja Presbiteriana do Brasil – Ebenézer. A partir dali houve uma mudança significativa para melhor em sua vida, pois começou a cantar em dois corais, e ainda havia o fato de enxergar um pouco. Assim, sua mobilidade era tranquila e ela pôde frequentar a igreja e ir aos ensaios do coral e aos cultos sozinha, sem depender de ninguém.

O pastor Adélio Mendes teve influência na vida de Paula nessa época, pois, ao ministrar mensagens compartilhando a dedicação de missionários que eram deficientes, como cadeirantes, por exemplo, tocou o coração de Paula, que sempre foi uma pessoa sonhadora, que pensava em realizar coisas importantes. E essa experiência na igreja abriu um novo caminho para sua vida, da socialização, de ter colegas, de poder fazer amigos e se relacionar com essas pessoas. Com o falecimento da avó e o casamento da irmã, Paula passou a morar sozinha. Nessa fase, seus novos amigos da igreja a visitavam com muita frequência e acabaram transformando esse relacionamento numa comunidade de convivência e amizade profunda. Foi a melhor fase de Paula até aquele momento de sua vida.

3.8 O sonho não realizado

Com a conclusão do ginásio, Paula sonhava em um dia estudar música, mas nunca pôde, pois sempre ficou envolvida com seus tratamentos de saúde para depois poder estudar. Ela também não tinha dinheiro para tal. Pensou em ser uma missionária, pois estava muito envolvida com a igreja, e um grupo de pessoas resolveu bancar seus estudos no Instituto ICBEU, em Patrocínio, Minas Gerais. Por ser uma escola que tinha música sacra, isso encantou Paula, que chegou a visitar o Instituto. A diretoria da igreja já havia acertado tudo para ela poder iniciar seus estudos. Foi quando seu padrasto morreu e sua mãe ficou sozinha para cuidar do filho doente. A igreja toda pressionava Paula para ir estudar, e ela com seu primeiro conflito: “[...] mas eu vou deixar a minha mãe e vou para a igreja, eu vou ser missionária?” (APÊNDICE A).

Até esse momento, ela nunca havia se preocupado em ter a Bíblia em braille, pois sempre ouvia a Bíblia através de pessoas que faziam a leitura para ela. Tudo sempre foi oral, inclusive a música, e para ela, isso era um assunto encerrado. Na sequência veio o questionamento se deveria ir embora, distante de São Paulo onze horas de viagem de ônibus. Sua mãe agora viúva, totalmente só para continuar cuidando de um filho que sofria de

tetraplegia? Ao conversar com amigos, uns diziam para ela ir estudar e realizar seu sonho; outros diziam para ficar e ajudar sua mãe. Algumas pessoas até “viraram a cara” para Paula, mas depois de muita reflexão, decidi não ir e ficar com sua mãe, crendo que sua responsabilidade era ajudá-la; afinal, a vida toda sua mãe nunca mediu esforços para buscar todos os recursos e meios para que a filha não ficasse cega. Ela relata:

Foi ela quem me criou. Andava comigo em tudo quanto era lugar, médico, pai de santo, tudo [risos]. Eu vou deixar minha mãe? Aí fiquei, fiquei, falei “não”. Se Deus tinha um caminho para mim lá, tem um caminho também aqui para mim, por que não? (APÊNDICE A).

Após essa decisão, Paula voltou a morar com sua mãe em Guarulhos, e ainda tinha a tarefa de ajudá-la na conclusão da construção da casa que o padrasto não terminou antes de morrer. Agora era a vez dela em conviver com sua mãe e ajudá-la a cuidar do irmão. Largou seus projetos, seu sonho para recomeçar sua vida com a família. Junto com essa decisão, também optou por sair daquela igreja que frequentava, pois ficaria muito longe de sua casa. O nível social das pessoas daquela igreja era muito alto comparado ao dela, e foi uma oportunidade de ir para um lugar mais acessível para a realidade que vivia e participar de uma igreja dentro do seu padrão de vida.

3.9 Os estudos na área teológica e o início de sua trajetória com a Bíblia em braille

Matriculou-se no Instituto Bíblico do Brasil, na Aclimação, e ajudava sua mãe e irmão, ao mesmo tempo em que retomava seus estudos, agora numa escola sem denominação religiosa. Foi aí que se deu conta de que não havia a Bíblia em braille no Brasil. Não havia livros teológicos em braille naquela escola. Começou a um questionamento de como iria estudar num Instituto Bíblico sem a Bíblia. As disciplinas que teria de cursar precisavam do texto bíblico. O curso teológico no Instituto Bíblico, tinha duração de três anos, mas Paula conseguiu concluir em dois pois adiantou várias disciplinas fazendo mais que uma por dia e durante todo esse período de retorno aos estudos, fez uso apenas do recurso oral como das outras vezes. Ficou em dependência em algumas matérias porque, além de não ter a Bíblia, pediu ajuda para pessoas gravarem livros teológicos, mas elas não o fizeram. Então ela concluiu o curso de Liderança Cristã nessa escola, depois de algum tempo. Antes mesmo de tentar levar uma “vida normal”, continuava a se questionar sobre o que iria fazer após concluir esse curso, inclusive pensou na possibilidade de dar aulas. Mas como poderia fazer

isso se não tinha a Bíblia em braille para poder passar o que aprendeu adiante para pessoas interessadas?

3.10 O envolvimento com a questão social

Depois de um tempo, após ter se formado no Instituto, Paula foi procurada por um ex-colega chamado Sérgio Masculli, um jovem evangélico. Ele explicou que tinha uma moça deficiente visual na FEBEM e que a mãe dela havia morrido quando ela tinha sete anos de idade. Essa menina, chamada Márcia Cristina, teve um tumor no cérebro que lhe causou cegueira. O pai alcoólatra a trouxe do interior de Minas Gerais para São Paulo e ele batia na filha e abusava sexualmente dela. Aos 16 anos de idade, ao trabalhar lavando roupas para um rapaz, ficou grávida dele e o pai, ao saber disso, surrou a filha, que se vingou dele colocando fogo na casa e fugindo para viver na rua. A polícia apanhou essa jovem e a levou para a FEBEM.

Diante dessa explicação do seu ex-colega, Paula o questionava onde ela entraria nessa história?

O esclarecimento de Sérgio era que a mãe dessa jovem tinha sido evangélica antes de morrer, e sua filha agora estava participando de grupos de estudos bíblicos na FEBEM. O tempo permitido para Márcia Cristina permanecer internada na instituição havia terminado, ou seja, ela seria mandada embora dentro em breve. O que eles estavam pedindo para a Paula é se ela conhecia alguma organização, algum orfanato ou asilo que pudesse acolher essa jovem antes de ela sair. Mas eles queriam que essa indicação, se houvesse, fosse de uma organização evangélica. Paula, mesmo sem ter quem indicar ou alguma organização em mente, se comprometeu em ajudar e ir até a FEBEM conhecer essa moça, conversar com ela para ver o que poderia ser feito.

Paula combinou com uma pessoa, que sequer conhecia, de encontrá-la numa estação do metrô para ir até a FEBEM. Lá chegando, conheceu Márcia e observou que ela estava convivendo com meninas surdas, outras infratoras que já estavam começando a abusar dela. Bateram tanto nela que ela abortou. Tendo constatado tudo isso, Paula, sem saber o que fazer, decidiu encontrar uma maneira para achar um lugar para aquela jovem ficar.

Depois de muitas tentativas buscando alternativas, resolveu telefonar para a Fundação Dorina Nowill, em São Paulo, e compartilhou a situação com a telefonista, pedindo para falar com a assistente social. Ao ser transferida sua ligação para a assistente social, conta que: “[...]”

a mulher me desencorajou de fazer qualquer coisa com essa mulher porque era encrenca, era problema, ficar com uma pessoa nessa situação. Aí falei: “Bom, vou procurar, ainda vou procurar.” Aí, eu voltei a falar algumas vezes lá nessa entidade.” (APÊNDICE A).

Certo dia, a telefonista da Dorina Nowill, que havia encaminhado Paula à assistente social, telefonou para ela dizendo que estavam montando um grupo de estudo bíblico para deficientes visuais, pois essas pessoas não tinham onde se reunir e poderiam fazê-lo tendo a mesma identidade.

Ainda escrevendo sobre identidade, Ciampa diz que

Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais. Uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela. (CIAMPA, 1990, p. 127).

Essa seria uma oportunidade para um grupo de pessoas que possui algumas características e dificuldades semelhantes a constituírem uma sociedade ideológica e religiosa, própria. Paula aceitou o convite e combinou de encontrar com eles. Nesse intervalo dos acontecimentos, ela conseguiu mobilizar um grupo de pessoas que a ajudaram a liberar aquela jovem da FEBEM. Acharam um asilo que a acolheu, na Zona Leste de São Paulo. Mais tarde, essa moça foi transferida para Santos, no litoral do estado, onde foi acolhida pelo Lar das Moças Cegas.

Com muita frequência Márcia Cristina ligava a cobrar para Paula, pedindo que ela fosse visitá-la em Santos. Paula dizia: “[...] ó, não tem condições de ficar fazendo isso. Eu já fiz a minha parte com você... Olha, não posso acompanhar você. Já te dei a corda, a linha, agora você pesca.” (APÊNDICE A). Essa é uma característica de Paula, de fazer o que tem que ser feito e seguir seu rumo para poder fazer outra coisa e dar sequência à sua vida e seus projetos. Mas nesse episódio, ela ajudou aquela jovem cega a se colocar numa casa de acolhimento e receber a ajuda necessária para seguir sua jornada. Paula ouviu o pedido do ex-colega do Instituto Bíblico e efetivamente se envolveu para ajudar uma pessoa que não conhecia, mas que precisava de apoio imediato pois era uma corrida contra o tempo.

3.11 A criação da ADEVEB e o interesse das pessoas pela Bíblia em braille

Naquele período, Paula estava namorando um músico – um baterista que conheceu na Escola de Música onde estava estudando violão e flauta doce. Ambos foram visitar aquele

grupo de estudos bíblicos que ela havia sido convidada pela telefonista da Fundação Dorina Nowill para participar, e eram seis pessoas que se reuniam numa residência. Dessas seis pessoas, duas enxergavam e quatro eram cegas ou quase cegas. Uma dessas pessoas, uma moça, tinha o sonho de ter uma Bíblia completa em braille e já tentava na época, a produção dessa Bíblia usando uma impressora de fabricação nacional. O desejo dessa jovem em ter essa Bíblia em braille era mais forte do que o de Paula, que fez matérias na área teológica e nunca teve esse interesse, pelo menos dessa forma. Paula desejava estudar a Bíblia e se aprofundar e até ser teóloga, mas isso não foi possível, não aconteceu. Como ela disse: “[...] eu já tinha passado para outro estágio da minha vida.” (APÊNDICE A). Isso demonstra que para Paula, ter a Bíblia impressa em braille já não tinha tanta importância como para essa nova amiga que ela havia conhecido naquele dia, uma jovem de uma família rica de São Paulo que ficou cega por causa de diabetes e, um tempo mais tarde, começou a participar de uma igreja evangélica. O sonho de ter uma Bíblia impressa em braille não era de Paula, e sim, dessa outra pessoa e, certamente, de outras pessoas cegas também. Como tudo que Paula aprendeu foi de forma oral, para ela, ter a Bíblia impressa em braille não faria qualquer diferença em sua experiência espiritual e religiosa. Ela não sentia a necessidade de ter uma Bíblia impressa em braille em suas mãos para ler.

Esse grupo que se encontrava na casa dessa jovem passou a reunir-se em sua igreja – uma Igreja Batista que era bem distante e fora de mão porque os deficientes visuais precisavam usar metrô e pegar ônibus, e isso trazia uma certa dificuldade no deslocamento, pois a igreja estava longe dos principais acessos. Com essa dificuldade, eles começaram a pensar em diversas e diferentes possibilidades para os deficientes visuais se reunirem regularmente. Paula conta que:

[...] a gente queria resgatar deficientes que estavam nas igrejas mal-acomodados, porque os caras entravam na igreja, não conseguiam se adaptar, uma por não ter Bíblia e outra porque não aceitavam os deficientes porque queriam que eles fossem curados. Aquela coisa de igreja carismática, e tal, ninguém aceita o deficiente. A deficiência do deficiente. E aí começamos a montar estratégias, montamos até um nome para isso tudo: Associação dos Deficientes Evangélicos do Brasil. (APÊNDICE A).

A impressão da Bíblia em braille com aquela impressora nacional, pela jovem que vinha fazendo isso há algum tempo, era precária. Paula observou que não havia qualidade na impressão e que a mesma logo se desgastava e não podia mais ser usada, devido a saliência dos pontos ser muito baixa. No período de estudos no Instituto Bíblico, Paula lembra que teve acesso ao Novo Testamento em braille naquela instituição, e um colega que estudou com ela

disse que na Secretaria Regional da Sociedade Bíblica do Brasil, na Avenida Tiradentes, em São Paulo, tinha o Novo Testamento completo impresso em Braille, e que se ela desejasse, comprariam para ela. Naquele momento, Paula não mostrou muito interesse porque já estava concluindo seus estudos. Também na igreja onde o grupo da ADEVEB se reunia, tinha parte do Novo Testamento em braille, e ficou claro para Paula que todos queriam a Bíblia contendo tanto o Antigo como o Novo Testamento em braille. Algo precisava ser feito.

Na Associação, cada vez mais, Paula exercia liderança e era a representante do grupo nos relacionamentos públicos. Ela percebeu junto com outras deficientes visuais que onde eles estavam instalados não era uma localização de fácil acesso, e que se permanecessem ali, a Associação dos Deficientes Evangélicos do Brasil não iria se expandir, principalmente por causa da acessibilidade. Paula se questionava sobre isso: “[...] na época ninguém sabia o que era acessibilidade. Eu que ficava pensando essas coisas: “Como é que eu vou chegar num lugar tão longe assim? Só que eu vou desistir no meio do caminho?” (APÊNDICE A).

Diante dessa situação, os integrantes da Associação decidiram sair daquele local. Não foi uma decisão unânime, pois sempre houve resistência de uma pessoa que queria que o grupo permanecesse na igreja Batista; porém, chegou-se à conclusão de que realmente seria melhor saírem daquele lugar. O pensamento de Paula era: “[...] tem que ser uma igreja que fique do lado do metrô, bem situada, que tenha uma sala para a gente poder se reunir e tenha uma acessibilidade legal para a gente continuar fazendo esse trabalho.” (APÊNDICE A). Também era pensamento dela que essa Associação não recebesse pessoas que viessem a pertencer a uma religião específica, nem que a igreja que os abrigasse fosse detentora de algum direito da Associação ou coisa parecida. Todas as pessoas seriam bem-vindas.

Embora não soubessem onde seria, foi necessário pesquisar, perguntando para diversas pessoas se conheciam alguma igreja grande que pudesse acolhê-los nas condições que eles precisavam. Numa primeira tentativa, Paula visitou uma igreja Batista que também fazia um trabalho social, pois tinha um ambulatório. Depois, visitou uma igreja Presbiteriana na travessa da rua Vergueiro. Conversou com o pastor Eudes, que a recebeu e lhe mostrou a igreja e suas dependências. Lá era muito grande e havia espaço suficiente para instalarem a ADEVEB. Paula explicou o que precisavam e ele levou-a até um local onde havia uma sala com estante, com acesso a banheiros, e para surpresa dela, já disponibilizou o local para eles usarem imediatamente, com entrada independente pela Rua Manoel de Pádua.

Ao receber a informação da oferta do local pela igreja Presbiteriana, o grupo ficou animado e ali, naquele lugar de melhor acesso, o trabalho se desenvolveu e cresceu. Paula

tinha o intuito de providenciar a Bíblia em braille para essas e outras pessoas que tinham esse interesse. Naquele local, eles desejavam que os deficientes visuais chegassem e se sentissem bem, porque, nas igrejas em que frequentavam, sempre queriam curá-los. Mesmo sendo convidada para fazer conferências nas igrejas, na maioria das vezes, quando Paula estava terminando de falar e pronta para ir embora, as pessoas queriam se reunir para fazer imposição de mãos para ela ser curada. E assim acontecia com outros cegos, também. Paula compartilha:

[...] a cura não é essa. A cura para mim é à medida que eu comecei a sair de casa, a frequentar a igreja, a participar de um monte de coisas bacanas, a cura é dentro da pessoa [...] A visão é dentro, não tem essa, a visão é muito mais além do que o olho [...] Então eu me senti uma pessoa curada naquele momento... que eu era uma pessoa atuante [...] (APÊNDICE A).

Agora os deficientes visuais teriam um lugar em comum, onde poderiam compartilhar seus sentimentos e dificuldades. Eles se reuniriam na Associação que lhes representaria e, ao mesmo tempo, teriam uma igreja para desenvolverem sua espiritualidade, sem preconceitos.

Ter a Bíblia completa em braille não foi idealização ou plano de Paula. Ela sempre creditou esse desejo às pessoas que tinham limitação para enxergar e que desejavam ter o texto bíblico como direito de todos. Ela não tinha essa aspiração, como conta:

Porque eu já tinha feito meu curso... para mim, já tinha solucionado na minha cabeça. Eu não tinha esse sonho de ter a Bíblia na mão... depois que eu passei no Seminário, que eu vi que era uma coisa importante, que eu tinha que estudar a Bíblia. Porque o oral para mim era suficiente... eu fiquei chateada porque *elas* não tinham. Porque isso para *elas* era muito importante... Não era isso mais importante para mim... eu já tinha passado... Não é que a Bíblia não seja importante, mas para mim, não era mais importante com essa importância, esse sonho... de pessoas. Todo o lugar que eu ia, deficientes conversavam e falavam: “Pô, nosso sonho, nosso sonho, poxa, nosso sonho.” E aí, eu comecei, não sei como que foi, eu comecei a me ligar na Sociedade Bíblica. (APÊNDICE A).

Diante dessa situação, mesmo sendo contrariada no primeiro momento, especialmente por uma pessoa do grupo que dizia que a Sociedade Bíblica tinha livros interconfessionais e que haviam lançado recentemente um texto na Linguagem de Hoje, e que esse texto era em “linguagem chula”, Paula começou a perguntar para diversas pessoas o que sabiam sobre essa instituição. Alguns respondiam que a organização era muito ecumênica e outros que era uma entidade muito séria. Pensou em procurar aquela filial da Sociedade Bíblica que soube ter o Novo Testamento em braille, e seu objetivo era pedir doação para a ADEVEB, pois era melhor eles terem algo do que não ter praticamente nenhum texto em braille.

O início desse primeiro contato com alguém da SBB foi em 1991, e naquele ano, Paula foi até a filial da SBB na Avenida Tiradentes e conheceu o Reverendo Ivan Ávila, que era o Secretário Regional. Ao recebê-la e ouvi-la compartilhar sobre a ADEVEB, assumiu o compromisso de doação dos 14 volumes do Novo Testamento em braille para a Associação. Era um texto em braille da Sociedade Bíblica de Portugal. Em outra oportunidade, Paula voltou a falar com o Secretário Ivan pedindo ajuda para buscar mais informações sobre a possibilidade de ter essa Bíblia completa no Brasil. Foi assim que ele apresentou Paula ao então Secretário-Geral da SBB, Rev. Luiz Antonio Giraldi. Nessa primeira conversa, o Rev. Giraldi se comprometeu em buscar informações se existia a Bíblia completa em braille em português fora do Brasil ou se seria possível mandar produzir essa Bíblia em algum outro país. A Sede Nacional da SBB era no bairro Alphaville, em Barueri, e Paula entrou em contato com o Secretário-Geral por diversas vezes, sempre com o intuito de ter informações e na esperança que essa organização que produzia milhares de Bíblias impressas em português, a cada ano, se interessasse em providenciar a Bíblia em braille também.

3.12 A definição da versão para a Bíblia em braille em português e a alfabetização

Depois do Rev. Giraldi ter consultado diversas Sociedades Bíblicas em diversos países e Paula ter procurado organizações em nosso país que se dedicam à produção de material em braille, ficou constatado que não existia nenhum exemplar completo da Bíblia com esse tipo de impressão em português. Diante dessa constatação, foram muitas as conversas entre Paula, o Rev. Giraldi e sua filha, Alice, que era a responsável pela Ação Social da SBB, e o assunto da Bíblia em braille foi tomando forma e interesse, ao ponto de consultarem Paula para saber qual seria a versão mais apropriada para o texto bíblico para os deficientes visuais compreenderem melhor a Bíblia. Paula respondeu: “[...] olha, tinha que ser uma linguagem bem, assim, acessível... eu acho que seria legal uma coisa mais simples.” (APÊNDICE B). A questão estava justamente na dificuldade que o deficiente visual tem para estudar e os poucos livros disponíveis em braille; portanto, o texto bíblico deveria ser o mais fácil de compreender possível. Foi exatamente com esse intuito que o Rev. Giraldi informou existir a Bíblia na Linguagem de Hoje e pensou ser essa a melhor opção de versão para a Bíblia em braille em nosso país. Mas a decisão deveria ser deles, os deficientes visuais, que usariam o texto no dia a dia. Paula afirmou: “[...] bom, se esse tipo de texto existe, seria legal para as pessoas entenderem melhor... de repente, também isso vai ajudar o deficiente visual a ser

alfabetizado!” (APÊNDICE B). Pela primeira vez, uma pessoa cega, e que já havia experimentado “na pele” o quanto é difícil estudar em nosso país, passou a ver a possibilidade de ter um texto, ainda que de cunho religioso, que auxiliasse na alfabetização das pessoas com esse tipo de situação física.

Paula conversou com as pessoas da ADEVEB sobre a possibilidade de terem a Bíblia em braille com o texto na versão na Linguagem de Hoje; no entanto, diversos deficientes visuais da Associação acharam que o ideal seria um texto mais tradicional, que fosse o mesmo usado nas igrejas. A tradução da Bíblia na Linguagem de Hoje ainda era muito recente naquela época no país e já havia recebido muitas críticas textuais de líderes evangélicos, por isso houve uma rejeição da proposta dessa tradução para a futura Bíblia em braille. Como ainda não se tinha uma noção de como isso seria assimilado pelos deficientes visuais, não queriam cometer um erro para não haver rejeição quanto ao texto futuramente. O texto bíblico em português na Linguagem de Hoje traz um vocabulário falado por cerca de 95% da população brasileira e Paula, então, tentou mostrar ao grupo que a intenção de se ter um texto bíblico mais acessível nada mais era do que uma tentativa de facilitar a leitura, e não de complicar ou ainda dificultar pois não seriam apenas evangélicos que passariam a ter acesso ao texto bíblico e sim, toda e qualquer pessoa que se interessasse em ler a Bíblia e, quanto mais facilidade no vocabulário, maior compreensão textual. Era dispor de algo para as pessoas que já são discriminadas e possuem poucos textos em braille, para não apenas tê-lo, mas tê-lo de maneira compreensível e simples. Disse ela: “[...] seria uma coisa mais legal de se ter na mão, pela dificuldade que a gente tinha de leitura... ter uma coisa mais acessível, para a gente entender. Por que o que adianta o livro a gente ter na mão e não entender?” (APÊNDICE B). A preocupação de Paula, evidentemente era com uma tradução que proporcionasse uma leitura fácil, falada pela maioria da população e ainda facilitasse na alfabetização em braille.

Houve impasse entre eles nessa questão, e isso ajudou Paula a tomar uma decisão de não mais continuar seu trabalho voluntário nessa entidade. Como existiam pessoas capazes de dar continuidade ao trabalho que ela iniciou, inclusive, ficando no seu lugar, dando vazão aos projetos que ela havia iniciado, todos os projetos teriam sequência. Com essa certeza, ela optou por se afastar. Seu objetivo agora era avançar na questão da Bíblia em braille, uma vez que tinha acesso à SBB e era bem-conceituada como representante de deficientes visuais naquela instituição.

Após essa decisão, diversas vezes Paula foi consultada pela SBB para troca de informações, também sobre a necessidade de que essa Bíblia realmente fosse feita. Numa das conversas com o Rev. Giraldi, ela disse:

[...] se é isso que o senhor acha bom, e é uma Bíblia que vocês estão querendo lançar no mercado, é toda assim numa linguagem acessível, eu acho que isso aí vai ser bom, eu acho que vai ser bom, pelo lance de fazer uma coisa de alfabetização, projeto de alfabetização com os deficientes... a gente vai poder ler melhor. (APÊNDICE B).

O texto da versão escolhida pela SBB ficou mesmo sendo a tradução na Linguagem de Hoje. Como essa versão já passava por uma revisão devido às críticas textuais, foi lançada no ano de 2000 a Bíblia na Nova Tradução na Linguagem de Hoje que foi usada como texto final na Bíblia em braille lançada em 2002. Fica evidente que a inclusão social quanto à questão de alfabetização do deficiente visual faz parte de todo o projeto, pois seria um livro (ou diversos livros) de que as pessoas alfabetizadas ou em fase de alfabetização poderiam usufruir, tanto no aspecto educacional, avançando um pouco mais nas suas leituras, quanto em seu aprendizado cultural.

3.13 O início do trabalho voluntário na SBB

A SBB definitivamente demonstrou interesse em seguir com o projeto de produzir uma Bíblia completa em braille, preferencialmente com produção nacional. Ao solicitarem cotação em uma empresa especializada, infelizmente, não houve possibilidade de parceria para essa produção nacional devido os altos custos apresentados pela empresa consultada. Seria inviável fazer sequer uma experiência, pois, de acordo com Paula, que conhecia pessoas da área de publicações dessa grande organização, a empresa consultada não compreendeu o objetivo da impressão, de ser esse um projeto social de inclusão. Tiveram exclusivamente uma visão comercial e, pelo fato de a SBB já naquela época ser a maior distribuidora de Bíblias do Brasil, pensaram na possibilidade de ter lucro com a publicação. Ao ser questionada pelo Rev. Giraldi sobre a viabilidade de fazer com aquela empresa essa impressão, Paula comenta: “[...] não é legal fazer ali porque estão querendo tirar dinheiro de vocês [...] não era esse o objetivo, eu queria que tivesse o livro, não que tirassem o dinheiro deles.” (APÊNDICE B).

Diante dessa situação e do alto custo apresentado para fazer no Brasil, o então Secretário-Geral da SBB, Rev. Luiz Antonio Giraldi, decide dar início às tratativas para fazer

uma produção com uma entidade de voluntários nos Estados Unidos, e convidou Paula para fazer parte da equipe que trabalharia com esse novo projeto. Paula aceitou trabalhar como voluntária da SBB a partir do ano de 1992, especificamente como consultora e, depois, como revisora.

3.14 As dificuldades iniciais, a perda definitiva da visão e a decepção pela demora

O primeiro passo foi apresentar para Paula todo o processo de editoração e publicação da SBB, pois ela não conhecia nada a esse respeito. Não tinha nenhuma experiência e precisaria aprender coisas básicas para poder auxiliar logo adiante nas tomadas de decisões. Coisas básicas mas, ao mesmo tempo, de suma importância, como, por exemplo, o tipo de papel que deveria ser usado para esse tipo de impressão, que era diferente de tudo o que a SBB tinha feito até aquele momento. Foi nessa etapa do seu aprendizado que Paula conheceu o Dr. Rudi Zimmer, que, na ocasião, era o Secretário de Tradução e Publicações da SBB e junto com o Rev. Paulo Teixeira e outros assistentes, trabalharam muitas vezes tratando sobre esse assunto, buscando a melhor maneira de encaminhar aos Estados Unidos os textos, suas revisões e tudo o que era necessário para que o projeto aos poucos fosse tomando forma. O Dr. Rudi foi quem liderou o processo dessa publicação, que também era inédita para a SBB.

Todo esse trabalho era muito delicado e era necessária atenção redobrada quanto a questões importantes, como sinais, por exemplo. Paula explica que a letra “a” tem cinco sinais diferentes, incluindo graves e agudos. Todo o processo era feito no Brasil: o texto era encaminhado para os Estados Unidos, para fazerem a impressão de teste, e, depois o mandavam de volta ao nosso país para aprovação final. Eram dezenas de textos com revisões e acertos. O primeiro livro que foi impresso em braille após classificarem os mais cotados foi o de Salmos. Um longo e lento processo, em que apenas para concluir o primeiro livro, demandou-se aproximadamente dois anos de trabalho, até sua impressão final, aprovada. O próximo livro a ser trabalhado foi o de Rute.

Não se tinha noção de que fosse tão trabalhoso e, pelo fato de mandarem fazer nos Estados Unidos, Paula tinha a ideia de que, devido à tecnologia naquele país, seria mais rápido esse processo. E não foi o que ocorreu, pelo contrário. Ela compartilha:

Tudo tinha que passar aqui. Era uma coisa tipo formiga: ia para a frente, voltava para trás, ia para a frente. Aí aquilo já estava me dando desespero [...] quando eu me afastei daquela entidade, eu afastei com a intenção de falar para eles: “Olha, eu vou para lá, mas eu vou para trabalhar para que vocês tenham logo esse livro.” E eles me

cobravam [...] me cobravam, e ligavam, falavam: “E aí, quando vai ser?” (APÊNDICE B).

Essa lentidão para fazer o trabalho, junto com a cobrança dos deficientes visuais, incomodou e preocupou Paula cada vez mais. Além de fazer o trabalho voluntário, havia mais uma pessoa que fazia a revisão junto com ela. Enquanto fazia as revisões, achava um tempinho para estudar musicografia braille, sempre com dedicação, mas enfrentando o velho problema de não ter ao seu dispor para os estudos livros em braille em nosso país. A Fundação Dorina Nowill era a única instituição que fornecia livros de musicografia, métricas e outros materiais, mas ainda com muita limitação.

Paula estudou flauta doce, depois violão e, depois, flauta transversal, e o que ela queria eram partituras das músicas em braille, assim como estavam fazendo com a Bíblia. Para estudar, todas as partituras eram copiadas a mão. Ela perdia um mês de suas aulas para copiar as partituras, perdendo, assim, tempo para estudar propriamente o instrumento. Mas foi graças a essa persistência que Paula criou um dos primeiros métodos de flauta transversal do Brasil em braille. Durante anos, criou um acervo de partituras e estudou e criou métodos inclusive para outros instrumentos que ela sequer sabia tocar, para que as pessoas tivessem mais opções de partituras em braille para seus estudos. Esse trabalho na área da musicografia braille foi feito por ela simultaneamente com a tradução e preparação da Bíblia completa em braille, com a SBB.

Mesmo assim, e com toda essa dedicação, o trabalho andava lentamente e as cobranças aumentavam cada vez mais. A SBB estava para completar 50 anos no Brasil e para a programação das festividades deste aniversário, Paula foi convidada para tocar com sua flauta transversal naquele evento. Um pouco relutante por não saber a dimensão do acontecimento, Paula acabou aceitando, pois foi-lhe passado que seria uma oportunidade de as pessoas verem uma deficiente ativa, como ela disse: “[...] e aí eles aproveitaram isso também para falar que em pouco tempo a Bíblia em braille já estaria completa e que os Salmos já estavam prontos. Mas, não estava ainda totalmente pronto... foi uma coisa para dar um chute assim, um acordar.” (APÊNDICE B). Alguns dias depois, Paula recebeu a partitura pelos Correios e precisou copiá-la a mão para transcrevê-la em braille; no entanto, ela nunca conseguiu passar a música que apresentaria naquela ocasião com alguém, com algum professor. E também não haviam dito que ela tocaria junto com uma orquestra com mais de 100 instrumentos, dois regentes e coral de 200 vozes. Assim, ela foi para o ensaio num sábado

na igreja Assembleia de Deus, e quando percebeu todo aquele movimento, ficou apavorada, pensando que não daria conta de acompanhar a apresentação.

O evento ocorreu no Anhembi e milhares de pessoas tiveram que assistir a programação em telões na parte de fora do pavilhão. Haviam combinado de dar uma passada na música antes do início da programação, mas como diversos músicos chegaram atrasados, Paula ficou posicionada e pronta para sua apresentação musical sem ter conseguido ensaiar aquela música especial para aquela programação. Mesmo assim, tudo correu bem, e um dos maestros, Massambani, conseguiu ajudá-la. Paula tocou e, no final, as pessoas pediram repetição da música.

Cada mês que passava, as pessoas cobravam mais Paula sobre a produção da Bíblia, e como a decisão tinha sido da produção fora do Brasil, não se imaginou que demoraria tanto tempo. Nessa fase de espera, Paula, que tinha ainda somente uma lateralidade de olho, que via luz, claro e escuro, perdeu definitivamente a visão e conta: [...] bom, tem que continuar a viver.” (APÊNDICE B). Foi mais um período extremamente difícil, pois agora, não havia mais qualquer possibilidade de ela voltar a enxergar. A cegueira se tornou definitiva. Dentro desse contexto, ela foi aprendendo as coisas da Sociedade Bíblica porque achava fascinante o que era feito na área de tradução. Chegou o texto de Rute e, depois, o livro de Jonas, mas a Bíblia completa, nada. Paralelamente, Paula foi reunindo seu acervo musical de partituras em braille e aprendeu a nadar e fez hidroginástica, mas as cobranças de muitas pessoas continuavam.

Paula retomou seus contatos com a SBB, que alegava estar providenciando a Bíblia, mas não havia verba para o projeto, que era muito caro. Chegou ao ponto de ela dizer: “[...] mas poxa, vocês me prometeram! E eu falei para eles que também isso ia acontecer e não acontece nada! Como que pode?” (APÊNDICE B). Mas a promessa era de que o projeto realmente iria acontecer. Foram inúmeras as tentativas de Paula falar com o Rev. Giraldi em seu escritório, e houve muito choro, como ela disse: “[...] você esperar muitos anos para a coisa acontecer. Não para você, para os outros.” (APÊNDICE B). A preocupação dela era que o texto bíblico finalmente chegasse às mãos das pessoas cegas, que tanto esperavam por esse momento. Para Paula, estava sendo divulgado algo que não acontecia, e isso era uma mentira. Falar em uma coisa que não existe. Fazer propaganda de algo que não está pronto como se estivesse. Foi quando ela decidiu ligar para a residência do Secretário-Geral, Rev. Giraldi, para falar de pessoa para pessoa, não como de pastor para ovelha. De pessoa comprometida para pessoa comprometida. Ao ligar, Paula falou:

Reverendo, é o seguinte: a partir de hoje, não trabalho mais, nem de voluntária, nem de nada. Cansei, entendeu? Para mim isso aí é uma mentira, uma balela. O que vocês me prometeram, o que eu prometi para eles, não é verdade, então, estou fora... muitos anos eu estou esperando isso e eles também. A necessidade é deles, não é minha. (APÊNDICE B).

Na conversa com Giraldi pelo telefone, ela lembra o reverendo acerca do primeiro encontro que tiveram na sede da Secretaria Regional da SBB, na Avenida Tiradentes, em São Paulo, quando ele havia prometido que dariam um jeito de providenciar essa Bíblia. Com isso, ela estava cobrando-lhe o compromisso assumido há tantos anos, quando lembra dele ter dito:

[...] “nós vamos arrumar”. Eu confiei. Eu falei: “[...] mas quase dez anos esperando? Não, eu não aguento mais isso. Isso é mentira demais. Porque para mim... esse negócio de tocar e fazer badalação em festa, isso aí não resolve nada, não tem nada a ver comigo... isso aí é para gente que tem cabeça fraca, essa vaidade eu não tenho... ficar no meio da badalação não me interessa, eu não sou pessoa assim... eu não quero mais trabalhar e, a partir de hoje, não vou mais trabalhar. E agora a responsabilidade é sua.” (APÊNDICE B).

Foi uma conversa difícil, com lágrimas, mas era um reflexo de tantos anos esperando por algo que parecia ainda demorar muito tempo para acontecer. Embora o telefonema tenha sido duro, Paula confirma ter muito respeito e admiração pelo Rev. Giraldi, que certamente tem o mesmo sentimento por ela. Mas essa atitude, que culminou no telefonema inesperado, seguramente tirou o sono do Secretário-Geral da SBB, que teria uma decisão importantíssima para tomar nas próximas horas. Certamente, com a experiência e a sabedoria do Secretário-Geral, ele não iria querer perder todo o esforço e dedicação de Paula até aquele momento do projeto.

3.15 Finalmente a decisão de imprimir a Bíblia em braille no Brasil

No dia seguinte, haveria uma reunião com a cúpula da Secretaria Geral da organização, e o tema “Bíblia em braille” entrou na pauta como primeiro assunto. Decidiram mudar o rumo do trabalho e realizá-lo no Brasil. O Gerente-Geral da Gráfica da Bíblia, Célio Emerique, foi enviado à Europa para fazer pesquisa de preços para verificar a viabilidade de adquirir uma impressora industrial em braille. De fato isso aconteceu, e Célio comprou, primeiro uma máquina maior e, depois, outra menor.

Diante dessa nova situação, Paula foi convidada a retornar ao projeto, agora como *freelancer*, e informaram que as máquinas estavam sendo adquiridas. Paula lhes respondia:

“[...] eu só acredito, vendo... eu só acredito vendo e só vou ficar mais um tempo aqui se realmente isso aí for verdade. Se não for, também estou saindo de banda.” (APÊNDICE B).

Esse tipo de expressão “eu só acredito vendo” dito por uma pessoa cega e o cuidado com a escrita, somente a História Oral não deixa passar uma fala despercebida como Janotti escreve ao refletir sobre ela:

Ao resgatar a memória pela narrativa oral – transcrita, editada pelo entrevistador e corrigida pelo depoente – a História Oral rompe com silêncios provenientes do cotidiano, do fazer anônimo, relevando acontecimentos, experiências e mentalidades que não se encontram nos documentos escritos e nas versões oficiais de historiografia. (JANOTTI apud MEIHY, 1996, p. 60).

Trazer essa riqueza de detalhes de uma narrativa de vida, rompendo o silêncio de anos na esperança de ter o texto bíblico disponível que nunca chegava, finalmente passou a ser uma nova fase em que Paula pôde ajudar na definição de detalhes importantes como a gramatura do papel, de como seria o formato, como seria a diagramação, como seriam as linhas, quantas linhas seriam. Enfim, tomaram decisões fora do padrão convencional, numa paginação em braille. Por exemplo, a numeração de páginas é, tradicionalmente, no lado superior direito, e na Bíblia, colocaram a paginação no lado inferior direito, para que a pessoa, ao paginar, já achasse o número da página. Fizeram uma série de adaptações e Paula teve a liberdade de mostrar quais eram suas principais dificuldades quando lia livros em braille. Foi um árduo trabalho de pesquisa, inclusive estudando o tipo de impressão em braille em outros lugares, como Londres, a respeito da diagramação com informações nas laterais e no rodapé de cada página, o que também foi adaptado na Bíblia brasileira. Também fizeram a divisão dos livros e quantos volumes seriam.

Junto com toda essa preparação e diagramação, foi elaborado um Guia de Leitura para facilitar o aprendizado e manuseio do texto que o deficiente visual receberia. Assim, definiu-se como instruí-lo para aproveitar melhor os livros que estariam sendo entregues trimestralmente. Todo esse trabalho levou um ano de preparação e formatação. Foi um serviço minucioso, pensando na portabilidade e na comodidade do leitor, embora a Bíblia tenha ficado com um formato grande. Após essa etapa, Paula começou a revisão. Trabalhou incansavelmente durante nove meses, de segunda a segunda, em média entre cinco e seis horas por dia.

3.16 Espiritualidade, inclusão e alfabetização

Ao ser questionada sobre a importância da Bíblia em braille na vida religiosa da pessoa com deficiência visual, Paula responde:

A vida religiosa, tudo depende de como ele encara... eu acho que no caso de algumas pessoas, é o lance de mudar de vida mesmo, de ter um texto que ela pode tocar e ler e se sentir identificado, assim como uma pessoa que enxerga. Porque é tudo, as pessoas são iguais... a deficiência não muda nada. Agora o fato de o deficiente ter a Bíblia completa eu acho que ele se tornou, na cabeça dele, um cidadão completo... não só na parte religiosa, porque é um reconhecimento de que ele existe. (APÊNDICE B).

Não restam dúvidas de que, para além da espiritualidade, o assunto aqui trata da inclusão social e do reconhecimento de que o cego é uma pessoa digna como qualquer outra, que possui direitos e deveres e, portanto, não pode ficar à margem da sociedade pelo fato de não enxergar ou ter limitações na visão – ou seja, ao ser lembrado e receber um texto em braille de um livro, ainda que religioso, o deficiente sente estar sendo reconhecido como cidadão.

Paula ainda comenta que, ao ser informada recentemente sobre o tema “línguas minoritárias”

[...] a pessoa gosta de ler conforme a língua do coração... a Bíblia é uma coisa que a pessoa, tateando a Bíblia em braille, no caso, ela se sente mais identificada, também independente, porque a pessoa não fica dependendo de alguém para ler aquele texto. (APÊNDICE B).

Essa é a nova realidade do deficiente visual, que, ao se cadastrar na SBB, passa a receber um volume dos 38 que compõem a Bíblia completa em braille a cada três meses, e junto com esse volume, que pode conter mais de um livro da Bíblia Sagrada, recebe também da organização a revista ABNB com o texto em braille. Esse processo faz parte de um dos projetos de inclusão social da entidade, que proporciona uma certa independência da pessoa nessa área de sua vida, pelo fato de não mais necessitar de alguém que leia a Bíblia para ela aprender e meditar. Sobre a possibilidade de agora a pessoa saber que além daquele livro que receberá, trimestralmente, junto com a revista, ainda virão outros volumes, Paula complementa: “[...] realmente reconheceram que ele é uma pessoa... que ele precisa daquilo. É muito bom, é muito importante para a cabeça dele.” (APÊNDICE B).

Na sequência, entre a conclusão da preparação do texto bíblico, o lançamento da Bíblia completa em braille e os meses que se seguiram, Paula continuou como revisora de textos da SBB e também de todas as correspondências que chegavam de todo o Brasil e que precisavam de respostas. Numa comparação das cartas que eram recebidas antes da Bíblia em braille com as que chegaram alguns meses depois de seu lançamento, Paula constatou o seguinte:

[...] com o tempo que eu vi que as pessoas começaram a ler, que as pessoas começaram a mandar cartas e vi que muitas pessoas foram alfabetizadas mesmo... Norte, Nordeste não tem muita entidade de deficiente que alfabetiza, pelo menos naquela época. Não sei como está agora, mas é uma coisa muito distante de São Paulo. Sul e Sudeste o pessoal tem mais informação. E lá, não. Então, recebíamos muitas cartas com erros terríveis, tanto de braille, de sinais de braille, como de alfabetização. Eu vi que eles melhoraram. (APÊNDICE B).

Evidencia-se que há um desenvolvimento cultural na vida do deficiente visual. Ao praticar a leitura em braille, ele melhora seu desempenho na alfabetização. Questionada sobre se a Bíblia em braille realmente influencia a vida do deficiente visual que é alfabetizado, Paula diz:

Sim, e o mal alfabetizado também... veja bem, eu não considero só a parte espiritual. As duas coisas têm que andar juntas... a Bíblia foi um motivo para que eles se alfabetizassem mais e para que eles também chegassem perto de Deus... são as duas coisas que estão andando juntas. Porque, na verdade, a pessoa que enxerga, ela já foi alfabetizada, ela lê a Bíblia, é uma coisa tão comum ter livro na mão, ter livro, ter placa. A gente não tem nada disso... uma coisa de ser reconhecido, porque, muitas vezes, ele é excluído, tanto pela sociedade, e às vezes, muito mais pela família. (APÊNDICE B).

Não dá para separar as coisas, no entender de Paula. Quando a pessoa que é alfabetizada em braille recebe um livro que trata de espiritualidade, cresce ainda mais na sua vida intelectual e espiritual, e, além disso, essa pessoa se sente valorizada e incluída na sociedade.

Freire (2005), ao citar Vygotsky⁹, examinando criticamente a abordagem psicológica da cegueira, diz que ela “[...] expõe que como em qualquer ciência, é possível equivocar-se de diferentes maneiras, mas para avançar em direção à verdade só é possível por uma via.” Ele afirma que essa ideia:

⁹ VYGOTSKY, L. S. Fundamentos de defectologia: obras completas. Habana: Editorial Pueblo Y Education, p. 74, 1983, v. 5.

[...] em apresentar a cegueira, não somente como a falta de visão, ou deficiência de um órgão em particular, mas deve-se considerar que esta provoca uma grande reorganização de todas as forças do organismo e da personalidade. A cegueira, ao criar uma formação peculiar da personalidade, reanima novas forças, muda as direções normais das funções do organismo e de uma maneira criadora e orgânica, refaz e transforma a psiquê e a persona. Portanto, a cegueira não é somente uma deficiência, uma incapacidade, mas, em um certo sentido, uma fonte de manifestação das capacidades, uma força. Por mais estranho e paradoxal que seja. (FREIRE, 2005).

Fica evidente que, para quem enxerga, os limites dos conceitos sobre deficiente visual perpassam pela sua falta de experiência real, embora não se negue a outra pessoa. O desconhecimento e a incompreensão sobre a cegueira pela maioria absoluta das pessoas nos alertam para o fato de que a cegueira afeta o ser humano como um todo e a todos em sua volta. Por isso, é necessário buscar alternativas que encurtem essa falta de conhecimento em prol do bem estar de todos.

3.17 Do sonho à realidade

Contando com a presença de muitas autoridades civis e religiosas, o lançamento da Bíblia em braille ocorreu no dia 30 de novembro de 2002 no Memorial da América Latina, em São Paulo. Para Paula, que participou daquele evento, foi “[...] um fato histórico, um impacto social” (APÊNDICE B).

Do início das tratativas desse assunto, de procurar uma organização que pudesse providenciar a produção da Bíblia completa em braille em português, em 1992, para a concretização desse sonho que não era dela, mas de centenas e milhares de cegos do Brasil, até o lançamento do livro sagrado e todos os seus volumes, foram dez anos de muito sofrimento, muita discussão e muito investimento de tempo e de dinheiro, sem qualquer pretensão de se angariar fundos que resultassem em lucro para a SBB.

Sobre o impacto que a Bíblia em braille trouxe para algumas pessoas, Paula conta sobre algumas cartas recebidas:

[...] “olha, depois que eu li a Bíblia em braille, eu mudei” ou “depois que eu recebi a Bíblia em braille eu estou estudando melhor”... e, ainda, “ah, por favor, orem por mim porque eu sou deficiente visual, eu não aceito a minha cegueira”, e depois a pessoa escreve de novo: “não, mas agora a coisa está melhor porque eu estou lendo a Bíblia.” (APÊNDICE B).

De forma direta, a Bíblia em braille exerce influência na vida de muitas pessoas, e mesmo sabendo disso, Paula nunca se sentiu responsável ao ponto de querer receber os créditos pelo seu envolvimento em um sonho que iniciou com outras pessoas, mas que foi levado a cabo através dela, desde a construção do projeto até ele chegar aonde chegou. Ela diz:

Porque isso daí nada mais é do que uma coisa que aconteceu, que eu ajudei a cooperar... fui uma pessoa motivadora... não quero me considerar uma pessoa melhor do que as outras... eu fiz o que eu tinha que fazer, e pronto. Acabou, não tem nada mais para fazer. É que nem aquele lance lá do texto do escravo inútil, aquela coisa toda. Não tem nada. A gente fez o que tinha que fazer, pronto, acabou, não tem nada e eu estou fazendo ainda. (APÊNDICE B).

Sempre com atitude humilde e disposição para ajudar, Paula foi contratada pela SBB e passou a colaborar como consultora de braille, não apenas na área de publicações, mas também na área social e institucional, representando a organização em eventos e trabalhando também, sempre que solicitada, em exposições no Museu da Bíblia.

Para concluir a narrativa dessa sua experiência com a Bíblia em braille, Paula diz que não apenas a Bíblia é importante e relevante para a pessoa, mas qualquer coisa que lhe permita acesso à informação, e essa era uma informação que estava faltando para os deficientes visuais de nosso país. Ela acrescenta:

Porque, na verdade, muitas pessoas estavam esperando isso aqui no Brasil. Muitas pessoas em Portugal também estavam. Muitas pessoas estavam nos países que falam português na África. Se eu não pensar que isso é relevante... isso daí é muito importante para eles, muito, muito importante. (APÊNDICE B).

Com esse testemunho de vida, com todo o trabalho que se teve para disponibilizar a Bíblia em braille, fica a constatação de que os deficientes visuais não possuem quase nada além do texto sagrado, composto dos 66 livros bíblicos do cânon evangélico ou dos 73 livros bíblicos do cânon católico, em apenas uma versão em português, e essa já é uma queixa deles nesses dez anos de história da Bíblia em braille no Brasil. São poucas as organizações que trabalham para disponibilizar textos em braille, e poucas escolas especializadas para ensinar a alfabetização dos deficientes visuais, com investimentos governamentais ainda pequenos para essa inclusão social. Ao perceber isso, Paula conclui: “[...] então é por isso que falei: não fiz nada.” (APÊNDICE B).

Com essa narrativa, do conjunto de conhecimento adquirido pela experiência de Paula, se faz necessário afastar-se um pouco para poder enxergar melhor sua história de vida e qual o

significado e possibilidades da sua intervenção na vida de centenas e até milhares de pessoas, que buscam no inclusivo o direito à cultura e à religiosidade.

Neste sentido é que a pesquisa em História Oral abre perspectivas, segundo Alberti:

uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento. Quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro. (ALBERTI, 2004, p. 22).

Falando sobre Experiência e consciência coletiva, Delgado afirma:

Como processo social ativo, a memória tem como ponto de partida a vida em sociedade na qual se inscrevem as experiências individuais. Pressupõe diversidade de possibilidades e combinação de heterogêneas expressões algumas vezes visíveis e, em outras, omitidas ou ocultas. Dessa forma, estímulos exteriores são de real importância para o processo de reordenação e releitura de vestígios, trazendo para o presente motivações e sentimentos que outrora mobilizaram indivíduos, grupos e partidos. (DELGADO, 2010, p. 69).

Tendo em vista que a identidade se alia à memória para registrar acontecimentos do modo vivido, levanta-se a seguinte indagação: de que maneira a Bíblia para cegos tem sua importância para outras religiões? De que maneira responde-se a esta indagação ao se procurar entrevistar pessoas que receberam nestes dez anos a Bíblia Sagrada impressa na versão em braille? A leitura desse texto bíblico, de fato, teve algum significado para essas pessoas? É o que será estudado no próximo capítulo, quando forem entrevistadas pessoas que nos últimos anos receberam a Bíblia em braille e compartilharam essa experiência.

4 CAMINHOS DA VIDA: NARRATIVAS E A EXPERIÊNCIA COM O TEXTO BÍBLICO EM BRAILLE

A pessoa com deficiência visual e seu envolvimento com a Bíblia em braille é o tema principal desse trabalho. Nos capítulos anteriores, tratou-se da história da Bíblia em braille no Brasil através da organização que se preocupou em incluir nos seus projetos sociais os deficientes visuais. Usando um dos três gêneros da História Oral, foi compartilhada a trajetória da História Oral de Vida de Paula França, que foi a precursora voluntária do projeto para que, há dez anos, fosse lançada pela primeira vez no país a Bíblia completa impressa em braille para todos os interessados nesta publicação. O Brasil é o único país da América Latina que possui o livro sagrado dos cristãos nesse formato e que o distribui gratuitamente para todo o DV que faz seu cadastro e deseja receber o texto bíblico.

Nesse capítulo será abordado um outro gênero da História Oral, a História Oral Temática. Segundo Meihy, “[...] a história oral temática é a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais de apresentação dos trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico.” (Meihy, 1996, p. 41).

Após conhecer um pouco sobre a história da SBB e a vida de Paula, foram entrevistados três deficientes visuais que nos últimos anos usufruíram do lançamento em braille do texto sagrado em português numa versão de fácil compreensão, e que compartilham esse fato vivido.

Entrevistas temáticas para Delgado,

são entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados. As entrevistas temáticas podem, por exemplo, constituir-se em desdobramentos dos depoimentos de história de vida, ou compor um elenco específico vinculado a um projeto de pesquisa, a uma dissertação de mestrado ou a uma tese de doutoramento. (DELGADO, 2010, p. 22).

Ainda para Meihy,

há projetos temáticos que combinam algo de história oral de vida. Nestes casos, o que se busca é o enquadramento de dados objetivos do depoente com as informações colhidas. Esta forma de história oral tem sido muito apreciada, porque mesclando situações vivenciais a informação ganha mais vivacidade e sugere características do narrador. (MEIHY, 1996, p. 42).

São exatamente esses desdobramentos dos depoimentos e suas combinações acerca da história de vida de Paula que indicaram a necessidade de ser realizadas entrevistas com

peessoas que tiveram contato com a Bíblia em braille desde seu lançamento, em 30 de novembro de 2002, compartilhando as narrativas acerca deste acontecimento e o significado do mesmo na vida dessas pessoas, conforme será visto nesse capítulo. Cada narrativa representa um sentido de pertença: família, inclusão, cidadania, autonomia, trabalho, religião, alfabetização, separação, esperança; um caminho para mitos arriscados e muitas das vezes, perigosos.

4.1 Maria das Graças: um sentimento de coragem

Em busca de informações por meio do contato com pessoas que tiveram acesso à Bíblia em braille nos últimos anos para ouvir alguns relatos de sua experiência, o autor dessa dissertação foi até Cotia, na região metropolitana de São Paulo, no dia 10 de junho de 2012, para entrevistar uma religiosa católica na Casa Provincial das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade – Irmãs Orionitas. Um lindo lugar, na Rodovia Raposo Tavares, no quilômetro 26. A recepção foi feita gentilmente pela irmã Tarcísia, de 82 anos, mineira da cidade de Conselheiro Lafaiete que estava no atendimento aos visitantes. Após um pequeno período de conversa, logo chegou a pessoa que seria entrevistada, e que, por sua vez, também fez uma recepção respeitosa, com transparente satisfação pela visita. Logo após as devidas apresentações e os esclarecimentos com mais detalhes sobre o objetivo do nosso encontro, a entrevista se iniciou em volta de uma mesa numa aconchegante sala.

Sobre dramas da vida, Alberti escreve:

A passagem da experiência – daquilo que foi vivenciado – em linguagem recebe muitas vezes o nome de narrativa, entendendo-se narrativa como a organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhes é conferido. Evidentemente a experiência sozinha pura e simples, não é capaz de ser comunicada; comunicar experiências pressupõe sua organização de acordo com um sentido. (ALBERTI, 2004, p. 92).

Esta é passagem da experiência – daquilo que foi vivenciado – por uma mulher nascida em Ervália, interior de Minas Gerais, chamada Maria das Graças Cal Dias, que compartilha que enxergava muito pouco quando ainda era criança. Por não ter especialidade para seu aprendizado em nenhuma escola do município, pensando no futuro da filha, seus pais decidiram mudar para Belo Horizonte quando ela tinha apenas cinco anos de idade para que a filha pudesse pelo menos se desenvolver melhor numa cidade com mais recursos e estudar numa escola que lhe proporcionasse condições de ensino adequadas à sua situação. Maria das

Graças era uma garotinha meiga e seus pais, sabedores da sua deficiência visual e longe de recursos, não hesitaram em buscar alternativas que lhe favorecessem de tal maneira que suas dificuldades fossem menores, pois ela teria um futuro todo pela frente.

Tratando de diferentes ciências e diferentes pontos de vista, Lang, citando Brioschi e Trigo, afirma que:

É no indivíduo que a História Oral encontra sua fonte de dados, mas sua referência não se esgota nele, dado que aponta para a sociedade. O indivíduo que conta sua história, ou dá seu relato de vida não constitui ele próprio o objeto de estudo; a narrativa constitui a matéria prima para o conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo e da realidade por ele vivida, apreender as relações sociais em que se insere em sua dinâmica. (MEIHY, 1996, p. 36).

Nessa narrativa, observa-se pais desprendidos em busca de uma melhor qualidade de vida para quem passou a infância com a dificuldade na visão, e essa iniciativa certamente mudaria a história daquela criança. Já na capital mineira, com seis anos, os pais a matricularam no Instituto São Rafael para que a filha pudesse estudar e aprender braille. A família abriu mão de morar no interior e ter uma vida mais tranquila para se aventurar na capital, em prol do desenvolvimento da filha.

Estudando em regime de internato, a maior dificuldade de Maria, especialmente no início dos estudos, foi a separação dos pais. Por ser a filha mais velha, os pais não podiam buscá-la todos os dias na escola, e faziam isso ao revezarem nos finais de semana, intercalando algumas vezes um final de semana buscando-a e outro não, para não perderem o contato com a filha ou prejudicar os laços familiares. Sempre que estava em casa com a família, cada vez que se aproximava o dia e a hora do retorno para o Instituto, era muito difícil, e o ambiente em casa ficava muito triste entre todos. Ela lembra que começavam a padecer com esta situação no dia que antecedia seu retorno, quando diz: “[...] na janta, as vezes que eu estava triste, o outro ficava triste, a gente via que o ambiente ficava triste, até minhas próprias irmãzinhas pequenas. Então foi a coisa mais dura, a separação.” (APÊNDICE C).

Anos se passaram, e essa separação semanal e até quinzenal da família não a fez desanimar, pois ela sabia que os estudos a ajudariam na realização de um sonho que tinha desde a infância, que era ser uma religiosa. A alfabetização no Instituto São Rafael lhe abriu horizontes, pois, a partir do aprendizado, era possível se defender sem aquela dependência da leitura e escrita dos outros, uma vez que ela já podia fazê-las sozinha. Certamente, estudar na fase adulta seria mais difícil, por essa razão ela reconhece que seus estudos desde pequena lhe

deram maior mobilidade e independência para o futuro, e o braille foi fundamental nessa fase de sua vida.

Mesmo passando por dificuldades por não enxergar, o carinho dos pais e demais familiares e ainda amigos e colegas de escola que sempre a rodeavam foi fundamental para aceitar e assumir sua deficiência. Foi com essa atitude de tantas pessoas que a ajudaram que Maria das Graças conseguiu chegar onde desejava, que era a vida religiosa. Apesar da cegueira, nunca pensou em desistir e continua sua vida com “[...] uma alegria interior [...] porque muitas pessoas continuam ainda me ajudando com a sua compreensão” (APÊNDICE C).

Maria das Graças compartilha que antes de dispor da Bíblia em braille, sempre precisava da ajuda de pessoas para fazerem a leitura para ela. Mesmo com esses voluntários que a ajudavam com muita boa vontade, era constrangedor pedir que lessem e relessem diversas vezes os textos que ela mais gostava ou, ainda, os que ela mais tinha dificuldades de entender. Ter a Bíblia impressa e poder retornar aos versículos mais interessantes e que mais chamaram a atenção é muito importante para quem tem costume de fazer suas leituras diárias, e poder fazê-las a qualquer instante lhe proporcionou mais liberdade e, principalmente, independência.

Ao ser questionada sobre o sentimento que a religiosa irmã Maria das Graças tem com o texto bíblico, ela diz sentir-se encorajada, pois o texto a incentiva cada dia a viver. Após citar o versículo de João 14.6, que diz: “Eu sou o caminho, a verdade, e a vida”, ela conclui: “[...] quer dizer, eu posso caminhar com coragem, posso caminhar com a esperança porque ele é o meu caminho, ele me ajuda. Ele é meu apoio e será o meu apoio sempre e a minha esperança.” (APÊNDICE C).

Ao citar Maurice Halbwachs, Candau afirma que as lembranças que guardamos de cada época de nossa vida se reproduzem sem cessar e permitem que se perpetue, “como pelo efeito de uma filiação contínua, o sentimento de nossa identidade.” (CANDAU, 2011, p. 17). Para a religiosa, o sentimento de encorajamento através das mensagens que a Bíblia proporciona demonstra não apenas sua identificação com a leitura, mas a compreensão de sua própria identidade para seguir seu caminho no dia a dia.

O cadastro junto à SBB para Maria das Graças receber gratuitamente os exemplares dos volumes da Bíblia em braille foi feito por uma colega religiosa que também cadastrou outras irmãs cegas da instituição, e quando começaram a receber o material, foram convidadas e fizeram uma visita à Gráfica da Bíblia em Barueri (SP) para conhecerem o projeto e como

são impressos os livros bíblicos em braille.

A partir do momento em que Maria das Graças recebeu os primeiros livros em braille, ela fala da importância que isso passou a ter em sua vida:

eu também estava me sentindo útil. Quer dizer, eu também posso. Eu também tenho como ler. Eu também sei, assim, quando a pessoa marca ou vai dar qualquer palestra, vai a tal lugar na Bíblia, eu também sou capaz de ir lá e procurar e dizer: “[...] eu também tenho possibilidades.” (APÊNDICE C).

Ainda citando Candau, ele nos diz que:

A memória ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2011, p. 16).

Maria das Graças expressou questões em sua narrativa que mostram a importância da memória e da identidade. Para ter um futuro melhor, a necessidade dos estudos seria fundamental para uma autonomia que lhe abrisse horizontes e lhe permitisse realizar o sonho de ser uma religiosa. A união, o desprendimento e o apoio da família tiveram papel preponderante em sua história, embora a distância dos familiares tenha ocasionado, muitas vezes, um sentimento de profunda tristeza. Mas foi na alfabetização, com os estudos, que lhe foi possibilitada a sonhada autonomia. O texto sagrado dos cristãos em braille lhe trouxe esperança e sentimento de ser útil, e, para ela, demonstrou a preocupação de pessoas com a vida dela, ao disponibilizarem essa literatura que lhe proporcionou a condição de dizer: “[...] eu também posso... eu também tenho possibilidades.” Isso demonstra, por fim, a categoria da inclusão que demonstra claramente que ela tem importância.

Como disse Candau, a memória nos modela e por nós é modelada, e de maneira sutil se mistura, se conjuga, se nutre com a identidade para proporcionar uma trajetória de vida, e nesse caso, esse é um breve resumo da história de uma cega que conquistou, pelo texto bíblico, um sentimento de coragem.

4.2 Nelson Brasília: uma interferência

Novamente, o autor dessa dissertação, para ouvir uma nova narrativa, após apanhar o entrevistado em sua residência em Osasco, na grande São Paulo, no dia 12 de junho de 2012, seguiu para o Shopping União de Osasco, onde, em meio a uma multidão de pessoas, na praça

da alimentação, iniciou o registro do depoimento sobre a vida do advogado, pai de família, senhor Nelson Brasília.

Ao referir-se a Crapanzano, Kofes afirma que “[...] a história de vida é resultado de uma ‘complexa negociação de constituição de si mesmo’.” (KOFES, 2001, p. 26).

Seguindo essa afirmação, dialogou-se em meio à conversas paralelas naquele Shopping acerca da “complexa negociação de constituição de si mesmo” do senhor Nelson, que nasceu na cidade de São Manuel, no interior de São Paulo. Quando pequenino, veio morar com seus pais na capital e depois, voltou para o interior, para a pacata Barra Bonita e, mais tarde, novamente, voltou a morar na capital paulista. Quando tinha apenas três anos de idade, vivendo com a família na roça, perdeu a visão em um acidente doméstico. Seu pai, que era colono, tinha a oportunidade de cuidar de uma porção de pés de café e em troca, o fazendeiro o deixava plantar no meio do cafezal o que desejasse. Embora essa permissão fosse dada, ele só podia plantar quatro tipos de sementes. Isso seria o sustento da família pois, após a colheita do café, já com a apuração do lucro da fazenda, os colonos recebiam seu percentual, que era chamado de *pagamento geral*. Esse pagamento era feito sempre na véspera do natal e pago uma única vez no ano. Quem havia feito um adiantamento de recursos durante o ano recebia somente a diferença, e quem não tinha feito nenhum *vale*, recebia o pagamento por inteiro.

O acidente doméstico com Nelson se deu entre os meses de abril e maio de 1952/1953. Na época, o pai não tinha dinheiro e, como consequência, foram para o hospital da pequena cidade; com atendimento precário e recurso inadequado para o caso do menino, com ajuda de um amigo, o pai pôde levar o filho para São Paulo. Com o atendimento na capital, após alguns exames, ficou constatada a cegueira, e nada mais poderia ser feito. Não havia possibilidade de cirurgia ou algum tratamento que pudesse recuperar pelo menos parte da visão do menino. A família ficou arrasada e até hoje, quase 60 anos depois, ainda se cobram pensando que poderiam ter sido feito algo que evitasse a cegueira. O próprio Nelson diz: “[...] eu também não gostaria de ter ficado, mas, infelizmente, era o que tinha que acontecer. Faltaram recursos.” (APÊNDICE D). Em nenhum momento da entrevista percebe-se algum sinal de desprezo, desgosto ou mágoa pela experiência que Nelson traz desde sua tenra infância junto com sua família.

Verena Alberti escreve que “[...] a história, como toda atividade de pensamento, opera por discontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou.” (ALBERTI, 2004, p. 13-14). Essa é a razão de uma

pesquisa de campo quando aproxima-se para conhecer melhor o que de fato ocorreu, para depois afastar-se para tentar compreender melhor o ocorrido e, posteriormente, explicar o que passou na vida daquela pessoa. Essa seleção de situações coletadas, a História Oral, dá condições de identificá-las, explorá-las e catalogá-las para uso futuro.

Sobre essa situação que se encaixa perfeitamente com a narrativa de Nelson, Meihy comenta:

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas, mais do que isto, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que possam entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem. (MEIHY, 1996, p. 10).

Constatado que não seria possível reverter a situação da cegueira de Nelson, de volta para a fazenda no interior, a família seguiu sua vida, suas atividades, e os filhos tiveram a oportunidade de estudar. O dono da fazenda contratava um professor rural para dar aulas às crianças, filhas dos colonos. Os irmãos de Nelson iam para a escola, mas ele não podia porque era cego, e não existia qualquer possibilidade de ele participar das aulas; no entanto, ele ia até a escola e ficava sentado na porta da sala ouvindo a professora ensinar as crianças a alfabetização. Ele conta que ficava maravilhado com o que ouvia da professora. Quando seus irmãos chegavam em casa, ele perguntava o que era aquilo que eles haviam aprendido, o que era um “b”? E seus irmãos pegavam o dedo dele e tentavam traçar na mesa o sentido da letra b. Embora ele não conseguisse entender o que aquilo significava, não deixava de acompanhar os irmãos diariamente.

Por volta dos nove anos, um tio-avô de Nelson veio de São Paulo visitar a família na roça e disse a seus pais que, apesar de o filho ser cego, poderia estudar. Seus pais acharam isso um absurdo; no entanto, ele disse ao sobrinho que seria possível ele aprender a ler. Foi quando explicou: “[...] existe um jeito lá em São Paulo onde você passa a mão e você vai sentir. Você quer?” E ele falou: “vamos hoje!” (APÊNDICE D). Apesar da contrariedade inicial e dúvida dos pais, o tio-avô levou Nelson para São Paulo e o matriculou, internando-o no Instituto Padre Chico, escola especializada na alfabetização de crianças com deficiência visual. Em apenas 15 dias de estudo com as freiras e professoras, com nove anos de idade, Nelson já sabia escrever todo o alfabeto braille e conseguia ler cartilhas. Naquela escola, conseguiu concluir todo o primário e o ginásio, e tudo o que aprendeu foi em braille, e isso o ajudou diretamente na sua desenvoltura intelectual e cultural.

Nessa altura de sua vida e com a chance que teve de estudar braille e concluir o ensino médio, Nelson avançou em seus estudos, fazendo um curso técnico e formando-se Técnico em Contabilidade. Depois, sem desanimar e querendo crescer na vida, com muita dedicação conseguiu fazer um curso superior e se graduou em Direito.

Quando Nelson trata da religiosidade em sua vida, ele compartilha que antes passou por uma fase de revolta acerca da cegueira das outras pessoas, e isto aconteceu quando estudou no Instituto Padre Chico. Estava alarmado por observar tantas pessoas cegas ao seu redor, e sempre teve uma preocupação para que ninguém se machucasse. Não queria que as crianças trombassem na mureta ou batessem a perna em algum lugar. Ficava muito preocupado com acidentes e não queria saber de crianças se machucando. Ele conta:

Quando eu comecei a ver toda aquela cegueira... até aquele momento eu imaginava que no mundo só existia eu de cego... que não tinha mais ninguém... mas quando eu fui lá ver aquele monte de gente, eu comecei a achar, então, que havia uma injustiça na face da terra. Para que cego... porque eu, lá na fazenda, na casa do meu pai, embora cego, ia ao pasto, eu pegava o cavalo, eu ia no chiqueiro e tratava dos porcos, eu tratava das galinhas, ajudava meu pai no amanho das cabras que ele tinha, ia para o café, ajudava na colheita do milho, do feijão, do arroz. Eu não tinha obstáculo. Para mim era tudo normal, eu só não via. Eu só não via. (APÊNDICE D).

Sobre essa atitude de Nelson e sua preocupação com o *outro*, escrevendo sobre “a narrativa na trama da subjetividade”, Ferreira e Grossi apontam que:

O princípio da responsabilidade possibilita-nos perceber no outro a condição humana, como também abre uma possibilidade de se respeitar as coisas que estão no mundo, pois essas se relacionam com o meu próximo. A responsabilidade pela natureza do mundo está em conceber dentro dele um outro que difere do eu e necessita aprender que, além da convivência, é preciso preservar o que é de todos. Assim é necessário cultivar o respeito pelo outro em sua singularidade, para que se concretizem os ideais de sobrevivência dos seres e a possibilidade de se viver bem. (FERREIRA; GROSSI, 2002, p. 129).

Todas essas lembranças, inclusive das brincadeiras que fazia com os irmãos na roça, agora vinham à sua mente pois estava se deparando com uma realidade que ainda não tinha vivido, de conviver com outras pessoas cegas, e isso o deixou muito chateado e até nervoso. Ele conta que certa vez um menino foi correr e acabou batendo a testa numa porta de vidro que quebrou e por pouco não cortou perigosamente o pescoço dele, podendo até vir a morrer, e isso o deixou ainda mais revoltado.

Um episódio que mudou completamente seu sentimento sobre essa revolta foi sua participação certo dia em uma missa num domingo, quando ouviu atentamente a pregação do padre que naquela ocasião falava sobre o cego de nascença, baseado no texto bíblico do

evangelho de João capítulo 9. Naquela prédica foram citadas as palavras dos discípulos de Jesus quando o questionaram sobre por que aquele homem havia nascido cego, se por causa dos pecados dele ou por causa dos pecados de seus pais. E a resposta de Jesus e a ênfase naquela missa foi de que nenhum deles tinha culpa daquela cegueira, mas apenas aquela situação existiu para cumprir a vontade de Deus. Diante disso, Nelson afirma: “[...] então eu senti que eu também era cego e que nós todos ali éramos cegos para cumprir a vontade de Deus. Foi onde a religião interferiu e eu pude aceitar a cegueira.” (APÊNDICE D).

Diante deste testemunho, fica clara a influência da Bíblia na vida de Nelson e o fato de que a mesma lhe trouxe consolo acerca de um dilema de vida que lhe causava desconforto e revolta.

Tratando de história, identidade e memória, Delgado nos diz:

A história oral, através da memória de sujeitos da História, produz evidências sobre processos históricos, constituindo, portanto, um esteio para o reconhecimento de identidades. [...] A identidade traduz um sentimento e uma convicção de pertencimento e vinculação a uma experiência de vida comum. [...] A memória é suporte vital das identidades reveladoras da pluralidade inata à vida humana. Portanto, História e memória, inter-relacionando-se por meio da produção de fontes orais, são processos cognitivos através dos quais grupos sociais podem melhor se autorreconhecerem. (DELGADO, 2010, p. 71).

Essa experiência primeira de revolta com o posterior “consolo bíblico” fez nascer em Nelson uma nova capacidade de socializar-se, lembrando de sua identidade pertencente a esse grupo comum de pessoas: os deficientes visuais, os cegos. Como ele mesmo disse: “Foi onde a religião interferiu e eu pude aceitar a cegueira.”

Ele conta que seu primeiro contato com a Bíblia aconteceu no Instituto Padre Chico, que era administrado por freiras da Irmandade de São Vicente, as irmãs Vicentinas. Para manter os alunos sempre ocupados, evitando fazerem travessuras, na parte da tarde tinham aulas de catecismo, e, naquele período, liam muito a Bíblia. As aulas eram normais na parte da manhã mas, durante todo o período da tarde, eles faziam o catecismo e tinham disponível apenas dois volumes da Bíblia em braille, e cada dia um aluno fazia as leituras repetidamente. Por causa dessa repetição diária, muitas vezes acabavam decorando textos bíblicos, graças a essa insistência das leituras durante o catecismo. Durante boa parte da sua infância e adolescência, ele teve esse contato com a Bíblia sem saber que estava, de uma certa forma, fazendo estudo bíblico. Sua percepção sobre isso se deu somente na fase adulta, quando ele entendeu que aquilo que as irmãs faziam já era estudo bíblico, embora do jeito delas, sem muita explicação e, sim, com muita repetição.

Ao perguntar sobre o sentimento que o cristão Nelson Brasília tem diante do texto bíblico, ele conta que ao ler a Bíblia, memorizando o texto bíblico e buscando significados nas parábolas, encontrou um dia a doutrina espírita. Ele diz que dentro dessa doutrina, não só aprendeu o significado das parábolas e preceitos pregados por Cristo, como foi entender o porquê Cristo deu esses preceitos, o porquê contou aquelas parábolas, em que momento ou circunstância ele se utilizou daquelas histórias e o que queria que fizéssemos com aqueles ensinamentos. Sobre esse seu sentimento com o texto bíblico, ele relata:

O espiritismo, em segundo, o catolicismo em primeiro, me deram orientação da Bíblia, me mostraram a Bíblia, me mostraram o evangelho. Mas o espiritismo me mostrou o porquê da Bíblia e o porquê do evangelho. Não só como assimilar, mas como viver a Bíblia, como viver o evangelho. Mas não viver como ficar gritando “*o sangue de Cristo tem poder*”, não. Viver entendendo o porquê o sangue de Cristo tem poder. Essa é a finalidade da religião para mim. (APÊNDICE D).

A leitura da Bíblia na vida de Nelson foi tão marcante ao ponto de ele perceber mais ensinamentos que aprendera quando estudava no Instituto sobre outros tipos de doutrinas, como as ensinadas pelo espiritismo.

A Bíblia em braille por intermédio da SBB surgiu na vida de Nelson através de um amigo, barbeiro, cristão evangélico, com o qual ele costumava cortar seu cabelo. Os filhos desse amigo também são barbeiros, e todas as vezes que ele ia fazer o corte, ficavam o tempo todo falando e discutindo sobre a Bíblia, sobre o evangelho e sobre religiosidade. Sempre foi uma discussão interessante e diferente, até que um dia, um deles perguntou: “[...] você tem Bíblia em braille?” Aí ele falou: “Não, não tenho.” “E como é que você sabe tanto?” “Não, eu não sei é nada. Eu estou aprendendo com vocês. Vocês vão falando e eu vou ouvindo.” (APÊNDICE D). Diante dessa resposta, lhe foi prometido conseguir o contato para ele se cadastrar por telefone para começar a receber a Bíblia conforme o programa da SBB de envio de volumes trimestral e gratuitamente pelos Correios, acompanhados de uma revista também impressa em braille.

Nelson já possuía diversos livros da Bíblia em braille, mas só tinha livros do Novo Testamento. Seu desejo era ter, ao seu dispor, também os livros do Antigo Testamento. Ao cadastrar-se na SBB, finalmente começou a receber os livros que tanto desejava, e ele comenta a importância que isso teve:

A facilidade que eu tenho hoje de não ficar só buscando na memória aquilo que eu gravei pelas incessantes leituras que eu fiz no Instituto Padre Chico [...] hoje eu tenho à minha disposição. Posso ler, entender e conversar sobre a Bíblia com muito mais particularidade. (APÊNDICE D).

A partir das cenas que Nelson viveu desde sua infância e que culminam na narrativa da importância da Bíblia em sua vida, quando ele afirma poder ler, entender e conversar com mais particularidade, se torna claro que suas crenças e suas narrativas servem de modelo, reconstruindo alternativas que saem dos embates em posições que perpassam da dor à alegria na expectativa de se viver uma vida normal como qualquer pessoa.

Nelson Brasília inicia sua narrativa com a família e fala dessa experiência, assim como foi com Maria das Graças, através do seu distanciamento dos familiares ao partir para a capital para estudar, ainda na infância. A alfabetização em braille foi o carro-chefe para um futuro melhor, e a determinação e dedicação o levaram a completar o ensino superior (como foi apontado no primeiro capítulo dessa pesquisa, apenas 11,7% dos beneficiados do Programa de Inclusão da SBB informaram ter curso superior). Esse desafio dos estudos com a separação da família lhe trouxe uma nova experiência de socialização e, ao mesmo tempo, de revolta com a cegueira dos outros. Essa revolta só foi dissipada quando do aprendizado que teve com a Bíblia, o que lhe leva a uma outra experiência na categoria da religião e da espiritualidade. O texto bíblico lhe causou uma “interferência religiosa” e foi fundamental para sua aceitação como cego. Somadas a essas categorias, a autonomia e a inclusão também se evidenciam quando ele destaca sua liberdade ao passar a receber os livros bíblicos que ainda não possuía, podendo compartilhar seus aprendizados particulares com outras pessoas da mesma forma que o fez muitas vezes com aqueles amigos em outro período de sua vida.

4.3 Evânio de Oliveira: um presente

Na sequência das entrevistas temáticas, essa que foi a última ocorreu na cidade de Sete Lagoas (MG), no dia 17 de junho de 2012, e o entrevistado foi o evangélico Evânio de Oliveira. Ao ser recebido em sua residência, no bairro Montreal, Evânio apresentou sua esposa, que também é deficiente visual. O casal possui dois filhos: uma menina de onze anos, que tem glaucoma e usa lentes corretoras especiais, e um menino de nove anos, também com glaucoma, que tem apenas 30% da visão e já passou por dez cirurgias.

Sobre a memória dos acontecimentos, Candau nos diz que:

Cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais está associado certo “nível de evocabilidade” ou de memorabilidade. Eles são representados como marcos de uma trajetória individual ou coletiva que encontra sua lógica e sua coerência nessa demarcação. (CANDAUI, 2011, p. 98-99).

Relembrar a história de uma família em que todos são deficientes visuais nem sempre traz recordações agradáveis, dado a contínua dificuldade de mobilidade e convivência. Essa evocação é necessária quando o que de fato aconteceu com a pessoa teve, e ainda tem, relevância e importância. Trazendo à tona esse museu de acontecimentos, Evânio conta que nasceu em Cachoeira da Prata, antiga Cachoeira dos Macacos, em Minas Gerais. Numa brincadeira de criança, ao jogar bola com uma cabeça de boneco, bateu o rosto em uma pilastra e perdeu a visão do olho esquerdo com apenas três anos de idade. Apesar desse acidente doméstico, a família não tomou nenhuma providência de imediato para tentar recuperar a visão daquele olho. Posteriormente, se mudaram para Sete Lagoas, onde seus pais o matricularam com oito anos numa Escola Estadual. Achando que todo mundo só enxergava com um olho, o menino continuou sua vida brincando e indo de casa para a escola com suas irmãs, até que, observando sua dificuldade nos estudos, a direção do colégio providenciou uma consulta no oftalmologista, que constatou que o menino também estava perdendo a visão no outro olho. Nesse período, já com nove anos, Evânio recebeu uma vacina na escola, e a situação de sua visão piorou dramaticamente, quando no dia seguinte, segundo ele, já não enxergava mais nada. Apesar de nunca ter sido constatado que o motivo da perda da visão do olho direito tenha sido a vacina, a dúvida sempre permaneceu para a família, pois sua irmã, que também tomou a mesma vacina no mesmo período, ficou cega pouco tempo depois.

Por ser um menino levado, fazia muita travessura e era muito ativo. Seus pais só constataram que o filho estava ficando completamente cego quando, certo dia, o pai o levou em plena chuva para fora de casa, no mato, e lá, sozinhos, perguntou ao filho o que estava acontecendo com ele. Evânio respondeu ao pai: “[...] eu não estou enxergando nada.” (APÊNDICE E). A partir daí foram em busca de um tratamento, mas já era tarde, não havia mais condições de algum tipo de tratamento que lhe permitisse recuperar pelo menos parte da visão.

A perda total da visão alterou muita coisa na vida desse garoto. Escrevendo sobre *lugares* no texto “A narrativa na trama da subjetividade”, Ferreira e Grossi afirmam:

Os relatos orais representam paisagens onde se esboçam algumas das questões, afetos e produções que estão mobilizando certa existência. Expõem o substrato de sua cena e as costuras de seu tecido, celebram transformações como condicionantes da realidade vital. Adestram a sua polifonia, murmuram a sua historicidade. (FERREIRA; GROSSI, 2002, p. 124).

Esses relatos de Evânio trazem à tona as questões que mobilizaram sua vida e mudaram *as vozes* da sua história completamente. A vida do menino precisava continuar, e

sendo impossível estudar em uma escola comum, a família providenciou a matrícula de Evânio no Instituto São Rafael, em Belo Horizonte, quando ele tinha entre treze e quatorze anos de idade. Em regime de internato e em plena adolescência, sua maior dificuldade foi ter morado 75 quilômetros longe da família enquanto estudava e era alfabetizado em braille. No entanto, os estudos lhe proporcionaram condições de escrever e enviar as próprias cartas para as pessoas, de fazer contas e saber os resultados, ou seja, essa nova experiência foi muito importante, pois abriu novas possibilidades no seu dia a dia.

Pouco tempo depois, teve que parar de estudar para trabalhar numa empresa de aparelhos de ginástica, na função de capoteiro, até voltar a morar em Sete Lagoas, onde, dois anos depois, conseguiu emprego para trabalhar no elevador do Hospital Nossa Senhora das Graças. Nesse período, Evânio foi para a Igreja Evangélica Novo Amanhã, e ali conheceu uma moça, também cega; dois anos depois, casaram e foram morar em Funilândia, que fica a pouco menos de trinta quilômetros de Sete Lagoas.

Agora com uma companheira ao seu lado e recebendo a ajuda dos familiares, ganharam um lote e construíram uma pequena casa, e aí vieram os filhos. Como o casal de filhos teve problemas de visão desde o nascimento, voltaram a morar em Sete Lagoas por causa dos recursos na área da saúde, onde vivem até hoje. Foram muitas dificuldades e inúmeros tratamentos e cirurgias para correção da visão dos filhos. Com todas essas circunstâncias críticas, Evânio conta que mesmo não tendo visão, entendeu ser necessário conhecer mais a Deus através da Bíblia, e que a cegueira não era empecilho para compartilhar isso com outras pessoas. Antes de receber a Bíblia impressa em braille, quando participava dos cultos na igreja, sempre precisou fazer anotações dos capítulos e versículos para depois, em casa, pedir para alguém reler os textos citados na igreja, para reescrevê-los em braille e, assim, memorizá-los, pois, segundo ele: “[...] porque eu sabia que eu ia precisar de levar uma dessas palavras para alguém depois.” (APÊNDICE E).

Ao ser interrogado sobre o sentimento que o evangélico Evânio de Oliveira tem com o texto bíblico, ele partilha que sempre que ia à igreja, costumava ouvir mensagens bíblicas sobre o evangelho de Marcos, capítulo 10 a partir do versículo 46, que narra a cura do cego de Jericó, e sempre pensava que o pastor estava se referindo a ele durante o culto, e que o mesmo havia iniciado a mensagem após sua chegada na igreja, ou seja, a intenção era de atingi-lo com a pregação. Imaginava as pessoas olhando para ele na expectativa de que fosse curado e tudo isso o incomodava muito, ao ponto de pensar em não mais participar daquela igreja ou de outra qualquer devido a essa situação. No entanto, percebeu que havia uma necessidade maior

de conhecimento bíblico, e que esse tipo de mensagem não era para ele especificamente.

Durante uma madrugada ouvindo rádio, Evânio ouviu um depoimento de um dos diretores da SBB que trazia informações sobre o lançamento da Bíblia em braille com distribuição gratuita, e para não perder a oportunidade, gravou em fita cassete aquela entrevista que estava sendo transmitida para poder saber como fazer seu cadastro. Pensou que se mandasse o pedido por carta em braille, talvez quem a recebesse não conhecesse o sistema braille e não faria sua inscrição por não ler o braille. Resolveu escrever duas cartas, uma a tinta e outra com máquina de datilografia para ter a certeza de que o documento chegaria de maneira que entendessem e o cadastrassem para o envio dos livros bíblicos em braille.

Evânio ele afirma sobre a Bíblia em braille:

Para mim, é um presente; eu falo que é um presente e eu falo até com aperto no peito de emoção. Porque é tão valioso, é tão valioso a gente ter acesso à Bíblia, que é hoje, para mim, um presente. Eu tenho a minha estante com todo o carinho... guardo com todo o carinho, leio bastante. (APÊNDICE E).

Ele ainda conta que deseja algum dia levar pelo menos dois volumes da Bíblia em braille em uma praça pública da cidade e começar a ler por alguns minutos ou por algumas horas, na certeza de que as pessoas desejarão querer saber o que está escrito e do que trata aquele livro em que aquele cego passa o dedo; e, com isso, ele poderá compartilhar com essas pessoas que se interessarem e se aproximarem dele um pouco daquilo que ele aprendeu sobre a Bíblia.

Meihy comenta sobre a revolução da palavra que:

Por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas, principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, além de migrantes, imigrantes, exilados, têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias. (MEIHY, 1996, p. 9).

Pode-se acrescentar a esses grupos de movimentos de minorias culturais e discriminados os deficientes visuais, que sempre ficaram à margem do acesso à literatura em geral num formato que pudessem ler ou ouvir e se desenvolver cultural e espiritualmente. Sem dúvida alguma, é direito de todos o acesso à informação, e, através da História Oral, é possível essas pessoas expressarem suas experiências do vivido através dos tempos.

Quando se narra a história de uma organização que viu essa necessidade e, ao mesmo tempo, o direito igual de toda e qualquer pessoa ter à sua disposição a Bíblia,

independentemente de seu credo religioso ou não confessionalidade, observa-se, através das narrativas de três usuários do texto bíblico em braille desde seu lançamento, e todos de diferentes denominações porém de matriz cristã, que a Bíblia em braille não apenas lhes deu coragem, mas exerceu alguma interferência ou, ainda, foi um presente para a vida de cada um, dando-lhes, como disse Meihy, sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias.

Falando sobre experiência e consciência coletiva, Delgado afirma:

Como processo social ativo, a memória tem como ponto de partida a vida em sociedade na qual se inscrevem as experiências individuais. Pressupõe diversidade de possibilidades e combinação de heterogêneas expressões algumas vezes visíveis e, em outras, omitidas ou ocultas. Dessa forma, estímulos exteriores são de real importância para o processo de reordenação e releitura de vestígios, trazendo para o presente motivações e sentimentos que outrora mobilizaram indivíduos, grupos e partidos. (DELGADO, 2010, p. 69).

Os entrevistados, na medida que foram recebendo os exemplares e passaram a fazer uso do texto bíblico, em todas as narrativas apresentadas neste capítulo, apontam para um desenvolvimento da autonomia, pois antes, sempre dependiam de terceiros para ajudá-los em suas leituras e meditações. Esse é seguramente o ponto principal desse texto, pois, com autonomia, a pessoa sente-se capaz de exercer sua cidadania, e poderá se desenvolver como qualquer outro indivíduo, buscando novas oportunidades para participar de uma vida social e cultural ao ponto de poder tomar decisões, constituir família, estudar, trabalhar e, inclusive, influenciar pessoas e governos.

Foi possível identificar nesse capítulo a tríade narrativa, memória e identidade, trazendo a história oral temática, cujo estudo apontou categorias como: gênero – dois homens e uma mulher; identidade – um advogado, um cantor gospel e uma religiosa; alfabetização – todos foram alfabetizados e conseguiram estudar; religião – todos cristãos sendo: um católico/espírita, um evangélico e uma freira católica; família – sempre houve apoio e incentivo, mesmo quando distantes; autonomia – na medida que foram alfabetizados e estudaram, passaram a ser mais independentes e autônomos; inclusão – o reconhecimento do valor e da importância de cada um; cidadania – sem qualquer discriminação, se sentiram e se sentem úteis nos seus respectivos lugares de convivência e relacionamentos. Na narrativa de cada um, observa-se temas similares entre todos: ficaram cegos quando ainda crianças; foram alfabetizados em braille na infância; tiveram que se separar da família para estudar, e essa foi a maior dificuldade encontrada; após os estudos, desenvolveram maior e melhor mobilidade e passaram a ter novas facilidades na vida; ao receberem a Bíblia em braille, se sentiram

valorizados e perceberam que poderiam ser úteis; passaram a desenvolver uma boa convivência com outras pessoas, a qual antes desfrutavam apenas com a família.

Essas narrativas de vida são de pessoas que não se conheceram, que nunca estiveram juntas mas que, ao receberem a Bíblia em braille paulatinamente e durante anos até completá-la, usufruíram de uma certa “independência” de sua espiritualidade, pois agora, não mais precisariam pedir para alguém ler a Bíblia para elas. Poder fazer isso a hora que bem entender trouxe satisfação, realização e valorização. São pessoas que compartilharam o vivido sem medo ou receio. Que tentaram, desde a juventude, crescer intelectualmente, buscando alternativas melhores para realizar seus sonhos. De maneira direta, experimentaram a inclusão que lhes mostrou valor individual e lhes possibilitou maior autonomia, sobrepondo o preconceito.

Neste sentido, a afirmativa de Delgado corrobora a importância de relatos e de que maneira os depoimentos orais são fundamentais para pesquisa, quando afirma:

Pelos depoimentos orais, atores sociais distintos podem se manifestar sobre o mesmo processo ou acontecimento. Mas, mais do que isso, cada depoimento colhido é, em si, multifacetado porque humano. Além disso, por ser uma dinâmica complexa, cada entrevista é também evidenciadora da heterogeneidade temporal que caracteriza a vida humana, pois traduz a interseção da experiência individual com o fio social da história. (DELGADO, 2010, p. 70).

Nesse processo que levou anos até se chegar ao texto final da Bíblia em braille, o qual foi disponibilizado a esses atores sociais distintos que aqui narram suas experiências, nessa mesma trama da subjetividade, misturam-se depoimentos humanos, desejos, esperanças e utopias.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como intento fazer uso da tríade história, identidade e memória, a fim de traçar um histórico da Bíblia em braille no Brasil, tornando evidente a viabilidade e importância do uso do método de História Oral para esse tipo de pesquisa. Assim, foi abordada a experiência de uma organização que por mais de seis décadas se dedica à tradução, publicação e distribuição do texto bíblico em todo o território brasileiro, proporcionando mais de duas centenas de modelos e formatos de Bíblias a toda e qualquer pessoa interessada. Desde sua criação, essa entidade sempre teve uma preocupação com a inclusão social, e, durante os anos de sua existência, tem trabalhado com muita dedicação para que todas as pessoas do país, indiscriminadamente, tenham acesso ao “livro sagrado”, que para os cristãos é fonte de cultura através da história e da espiritualidade.

Procurando a valorização da pessoa e a exaltação da importância e do significado que ela tem para a sociedade que a SBB incluiu em seus programas sociais o projeto *Imprensa Braille*. A partir desse projeto, durante quase uma década de tentativas para importação da Bíblia completa em braille, a organização se mobilizou para ter sua própria produção nacional do texto bíblico para os cegos. Foram anos de dedicação para disponibilizar a Bíblia impressa em braille no Brasil e com um formato e linguagem de fácil leitura, além do cuidado quanto à durabilidade, pois esse tipo de impressão requer papel especial e toda uma estrutura logística diferenciada.

Com lançamento oficial em 30 de novembro de 2002, em São Paulo, finalmente a Bíblia em braille chega às mãos dos deficientes visuais, para poderem usufruir de maneira independente, ao fazer suas leituras a qualquer hora do dia sem depender de outras pessoas para ajudá-los. Isso só foi possível graças às motivações e aos sentimentos que mobilizaram indivíduos que tinham o interesse de que essa literatura fosse disponibilizada aos deficientes visuais brasileiros.

Isso, de fato, é um processo social ativo, onde a memória tem papel preponderante para a vida em sociedade, tendo como base a consciência coletiva. Foi um grande passo de liberdade e “independência bíblica” inclusiva para o cego brasileiro. Sabe-se que as literaturas em geral em braille no Brasil são escassas, e a pessoa receber trimestralmente um volume contendo livros bíblicos e uma revista gratuitamente, com informações culturais, sociais, acadêmicas e outras diversas, fez com que os deficientes visuais se desenvolvessem na alfabetização, melhorando significativamente sua leitura.

Dentro da SBB houve pessoas interessadas na vida daqueles que não tinham esse acesso ao texto bíblico; assim, o Rev. Luiz Antonio Giraldi, com visão ampla e já pensando no futuro, abriu as portas da organização e envolveu muitas outras pessoas, tanto funcionários como voluntários, para juntos chegarem à realização do sonho que teve sua gênese anos atrás no coração de mulheres visionárias.

Mesmo com todo o esforço da SBB, está se alcançando apenas cerca de três mil deficientes visuais em todo o Brasil, para uma população de 536 mil cegos no país (segundo CENSO 2010). Todos os estados da Federação estão sendo alcançados, mas apenas pouco mais de 13% dos municípios brasileiros estão sendo atingidos com a disponibilização da Bíblia em braille. Fica claro que se não houver uma política de inclusão social a nível governamental, com grandes investimentos, será impossível a SBB sozinha realizar o feito de ter pelo menos um exemplar completo da Bíblia em braille em cada município brasileiro. Essa organização teve coragem de enfrentar esse processo de inclusão social, mesmo sendo um projeto demorado e de alto custo, provando que é possível fazer algo quando se tem interesse por uma causa inclusiva. O Brasil já possui uma legislação moderna sobre o tema, mas, infelizmente, falta vontade política. O país deveria ter gráficas que imprimem livros em braille para as escolas e, assim, muitos deficientes visuais teriam melhores condições e interesse pelos estudos. Felizmente, algo já está sendo feito mas ainda há muito para se fazer.

Na sequência da pesquisa, foi compartilhada com detalhes a história de vida de uma mulher que se doou desde o início para esse projeto. A história de Paula França é um testemunho vivo da memória da Bíblia em braille no Brasil nos últimos vinte anos. Pode-se afirmar com muita certeza que dificilmente se teria esse modelo e formato de texto em braille sem a ajuda dela e sua insistência e persistência por tantos anos.

Cabe ressaltar que, em nenhum momento, mesmo sabendo que sua atuação foi preponderante para a realização desse feito, essa figura alegre e sempre disposta desejou receber o crédito dessa conquista para os deficientes visuais do Brasil. Mas é impossível, ao ler os relatos de sua experiência, não reconhecê-la como sujeito construtor dessa história. Sua trajetória e envolvimento com a SBB levou a organização a uma melhora inclusiva que reforçou e definitivamente provou sua vocação social.

Foi a partir dessa narrativa que compreendemos a inclusão social dentro de uma perspectiva que aponta para a sensibilidade de perceber a deficiência do incluído. Toda essa experiência passada desde o início da década de 1990 deixou marcas para o futuro, pois, com sua narrativa do conjunto de conhecimento adquirido pela sua vivência, nos afastamos um

pouco para poder enxergar melhor sua história de vida e verificar sua intervenção na vida de centenas e até milhares de pessoas que buscam no inclusivo o direito à cultura e à religiosidade. É a valorização do ser humano em toda sua dimensão.

Com a narrativa da história de vida de Paula França, deparou-se com a necessidade de entrevistar pessoas cegas alfabetizadas em braille e que, por anos, já vinham recebendo os volumes bíblicos trimestralmente, para se saber qual a importância do texto nesse formato na vida de cada uma. Usando o método de História Oral Temática, foram entrevistadas três pessoas de matriz cristã, sendo: uma religiosa católica, um advogado católico/espírita e um evangélico. Buscou-se no exame dos testemunhos orais da irmã Maria das Graças, do doutor Nelson Brasília e do cantor Evânio de Oliveira, perceber as exposições que ordenam o que decorreu a partir das experiências de vida de cada um e as vantagens que incluem a reconstrução destas memórias para o lugar social que ocupam no presente. Visto isso, foi possível compreender a importância do texto bíblico em braille para essas pessoas.

Nas narrativas dos depoimentos orais, tratando do mesmo assunto, observou-se a dinâmica diferenciada de sentimentos e impressões sobre a Bíblia em braille na vida de cada depoente. Por ser um texto composto por diversos livros que contam a História de um povo, de sua cultura, suas experiências vividas e sua religiosidade, a relevância desse projeto, que já perdura por dez anos, ficou evidenciada nas histórias contadas pelos entrevistados. Esse acesso à Bíblia para cegos trouxe-lhes autonomia, desejo, esperança, inclusão, cidadania e melhorias na sua alfabetização, oportunizando-lhes outras fontes de compreensão cultural, conforme foi percebido nos relatos.

Se, por um lado, o método de História Oral permitiu o estudo sobre narrativa, identidade, memória e história, existe também outras possibilidades para evidenciar a questão da inclusão. Uma delas é a da espiritualidade, que também precisa ser apontada nesse estudo. Todo o projeto da Bíblia completa impressa em braille contempla não apenas as pessoas de matriz cristã, mas todas as pessoas que se interessam pela informação, pela educação e pela cultura. A SBB, com esse projeto, não trabalhou com o intuito de tornar as pessoas cristãs ou melhores cristãs, e sim, simplesmente disponibilizou o texto sagrado dos cristãos para todas as pessoas do país, levando inclusão a um grupo discriminado. Essa inclusão não é proselitista, e sim cultural, o que, sem dúvida, como se pôde perceber nos relatos, transforma os mais variados sentimentos em significações subjetivas. A identidade aliançada à memória, ao transcrever eventos do modo vivido, mostra mais uma vez que o método usado revela sua importância para essa pesquisa quando o relato desse acesso à Bíblia aponta o lado vantajoso,

em especial, na categoria da espiritualidade. As narrativas demonstraram o quanto o texto bíblico toca as pessoas, dando-lhes um sentimento de esperança em detrimento à cegueira, identificando-as como participantes na construção social e trazendo outra gama de sentidos em sua relação com o mundo vivido, e que, de uma certa forma, aponta para a legitimação da identidade como processo, e não como fixidez. Apontou-se para os sonhos, as utopias de cada um, que auxiliam na construção de identidades em plena formação. É o se sentir útil, valorizado, incluído num contexto de cidadania, tendo os mesmos direitos como: constituir família, trabalhar, estudar e determinar suas ações com autonomia rumo à construção do seu próprio futuro.

As declarações e narrativas descritas nesse trabalho incorporam o agrupamento de importantes informações da memória da história da Bíblia em braille no Brasil. Elas promovem uma troca de informações e experiências com essa história, com objetivo de conhecer um importante projeto de inclusão social liderado por uma organização sem fins lucrativos. Essa organização, junto a outros projetos sociais que já desenvolvia no país, com a disponibilização da Bíblia em braille impressa a toda e qualquer pessoa com deficiência visual interessada, sem qualquer tipo de discriminação, solidificou-se como uma importante sementeira de inclusão social no Brasil, que possui uma das mais avançadas legislações do mundo quanto à inclusão.

Foram apresentados relatos históricos e narrativas orais, que mostram um curto período de tempo, cerca de 20 anos apenas, mas que apresentam experiências de vida que mostram lições importantes para o coletivo. São lições de vida contadas e que deixam marcas nesse pequeno ponto, nesse trecho da história que coopera e ajuda a transformá-la em notável, como é a vida contada de Paula França.

As pessoas dessas histórias, ao compartilhar sua vida e suas experiências, deram existência às suas narrativas, tornando-as essenciais para a história da Bíblia em braille no Brasil. Seu compartilhar se tornou um mover de vitalidade que serve de exemplo para muitos: permitiram que suas recordações rememoradas viessem à tona sobre suas experiências na infância; expuseram as fraquezas e dificuldades das famílias; falaram de seu período de estudo, de dedicação, esforço, aprendizado e determinação; contaram as experiências de seu crescimento e amadurecimento até a fase adulta, permeadas por acontecimentos muitas vezes trágicos, sem ter vergonha de esconder ou camuflar seus devaneios, anseios, desejos de esperança e utopias, ao mesmo tempo, de demonstração de força, de luta, de perspicácia rumo ao desafiador mundo da inclusão, da autonomia, da religiosidade.

Sabe-se que as questões aqui abordadas necessitam de uma reflexão mais aprofundada, com maior dedicação ao tema, estando sujeitas a ser objeto de futuras pesquisas que possibilitem um avanço em estudos mais amplos, utilizando essa metodologia. Por ser uma pesquisa inédita, espera-se ter trazido à tona o tema, a fim de que o mesmo proporcione maior interesse por parte de outras organizações ou pelos governos, quer seja em âmbito municipal, estadual ou federal, para que juntos possam encontrar alternativas que permitam maior e melhor mobilidade entre os deficientes visuais de todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA NO BRASIL. “Luz para todos”. Barueri, n. 198, p. 11-17, jan./mar. 2003.
- A BÍBLIA NO BRASIL. “Projeto Deficientes Visuais”. Barueri, n. 182, p. 26, jan./mar. 1999.
- A BÍBLIA NO BRASIL. “A Palavra de Deus para pessoas com necessidades especiais”. Barueri, n. 183, p. 19, abr./jun. 1999.
- A BÍBLIA NO BRASIL. “Sociedade Bíblica do Brasil é utilidade pública”. Barueri, n. 181, p. 21, out./dez. 1998.
- ABREU, Elza Maria de Araujo et al. **Braille!? O que é isso?** 1. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008.
- ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes et al. “Conceituando deficiência.” **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, fev. 2000.
- ARAÚJO, Eliane G. de. **Vivendo o desafio: a libertação das deficiências físicas**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1980.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Proteção Constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 3. ed. Brasília: CORDE, 2003.
- ARAÚJO, Sonia Maria Dutra de. **Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos no Brasil: a história do Instituto Benjamin Constant**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 1993.
- BALIEIRO, Cristina; DEL PICCHIA, Beatriz. **O feminino e o Sagrado – mulheres na jornada do herói**. São Paulo: ÁGORA, 2010.
- BEVERVANÇO, Rosana Beraldi. **Direitos da pessoa portadora de deficiência: da exclusão à igualdade**. Curitiba: CAOPDI, 2001.
- BRAKEMEIER, Gottfried. **O ser humano em busca de identidade**. São Leopoldo: Aste e Sinodal, 1998.
- BRASIL, Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jul. 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: ensinando na diversidade: reconhecendo e respondendo às necessidades especiais**.

Brasília, 2003.

BRASIL, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 out. 1989.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual**. São Paulo: Laramara, 1993.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **O significado da deficiência visual na vida cotidiana: análise das representações dos pais-alunos-professores**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 1999.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CERQUEIRA, Jonir Bechara. **O legado de Louis Braille**. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, Edição Especial, out. 2009. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=10196>>. Acesso em: 6 abr. 2012.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

COELHO, Anna Paula de Mello Rocha. **Design e Inclusão Social: o estudo e o desenvolvimento de material didático para crianças cegas e videntes na Educação Infantil**. Dissertação de Mestrado em Design, Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

COÍN, Rivero; ENRIQUEZ, Maria I. R. “Orientação, Mobilidade e Habilidades da Vida Diária”. In: **Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. São Paulo: Santos, 2003.

CONDE, Antônio João Menescal. **Definindo a cegueira e a visão subnormal**. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=94>>. Rio de Janeiro. Acesso em: 17 dez. 2011.

CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. **O olho humano**. Disponível em: <http://www.cbo.com.br/pacientes/como_funciona_o_olho_humano.htm>. São Paulo. Acesso em: 18 dez. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da fraternidade de 2006: levanta-te, vem para o meio**. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br>>. Brasília: 2006. Acesso em: 12 jun. 2011.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

CUTHSFORD, T.D. **O cego na escola e na sociedade: um estudo psicológico**. São Paulo:

Campanha Nacional de Educação de Cegos, 1969.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2010.

DIMARANGE, José de Moraes. **Cego, eu?** Brasília: Diz Editoração/Fortaleza, Imprensa Universitária, 2004.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1990.

ECKHARDTT, Carmen Avani; OLIVEIRA, Regina Maria Machado de. **Aprender e ensinar: desafios da prática inclusiva**. v. 26, n. 49, p. 9-16. Porto Alegre: Educação, 2003.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva; SANTANOSA, Lucila Maria Costi. **O uso das tecnologias de informação e de comunicação na pesquisa escolar: um estudo de caso com os PNEEs com limitação visual**. Ciclo de palestras: Novas Tecnologias na Educação. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12997>>. Porto Alegre: 2004. Acesso em: 16 jul. 2011.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. **A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios**. Economia & Gestão, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 120-134, jan./jun. 2002.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. **Razão narrativa: significado e memória**. História Oral. São Paulo. ABHO, 2001.

FERREIRA, Carlos; OLIVA, Filipe; REINO, Vítor (Org.). **Mãos que leem: testemunho a Louis Braille**. Lisboa: Editoria Minerva, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC – FGV, 2000.

FREIRE, Ida Mara. **A experiência com a cegueira**. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 31, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?catid=4&itemid=10030>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Deficiência visual: o que é deficiência**

visual? Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual>>. São Paulo. Acesso em: 21 fev. 2012.

GIL, Marta. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

GIRALDI, Luiz Antonio. **A Bíblia no Brasil Império**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

GIRALDI, Luiz Antonio. **História da Bíblia no Brasil**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

GOÉS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Os conceitos de deficiência**: as diversas definições. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=83&blogid=1&itemid=396>>. Rio de Janeiro. Acesso em: 16 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Cartilha IBDD dos direitos da pessoa com deficiência**. 2. ed. (rev. e atualizada). Rio de Janeiro: IBDD, 2009.

KASCHEL, Werner; ZIMMER, Rudi. “Religião”. In: KASCHEL, Werner. **Dicionário da Bíblia de Almeida**. 2.ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005. p. 136.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEMOS, E. et al. **Louis Braille, sua vida e seu sistema**. 2. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 1999.

LEMOS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara. **O sistema braille no Brasil**. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 2, jan. 1996. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=43>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

LIMA, Niusarete Margarida. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Educação dos cegos no Brasil**. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1931.

MADURO, Otto. **Religião e luta de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MASINI, Elcie F. Salzano. **O perceber-se e o relacionar-se do deficiente visual**: orientando professores especializados. Brasília: CORDE, 1994.

MAZZARO, José Luiz. Políticas para inclusão educacional: o professor e o aluno com baixa visão. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 40-55, ago./dez. 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: 10 itens para uma arqueologia conceitual**. São Paulo: Oralidades, 2007.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONDIN, Battista. **Introdução à Filosofia**: problemas, sistemas, autores, obras. 10. ed. São Paulo: Paulus, 1980.

MONTILHA, Rita de Cássia Ietto. **Escolarização e reabilitação de portadores de deficiência visual**: percepção de escolares e ações de reabilitação. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Curso de Pós-Graduação em Ciências Médicas, Campinas, 2001.

MORAES, Marieta de. (Org.). **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

MOTA, Lubianca Neves da. **Caminhos para inclusão da pessoa com deficiência**: estudo de caso no SENAC/RS. Monografia (Conclusão de Curso de Administração de Empresas). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

NÉRI, Marcelo. **Retratos da deficiência no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

NOVI, Rosa Maria. **Orientação e mobilidade para deficientes visuais**. Londrina: Cotação da Construção, 1996.

NOWILL, Dorina Gouvêa. **E eu venci assim mesmo**. São Paulo: Totalidade, 1996.

OLIVEIRA, João Vivente Ganzarolli. **Do essencial invisível. Arte e beleza entre os cegos.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.

OLIVEIRA, José Antônio Saraiva de. “Eu e o Braille”. In: FERREIRA, Carlos; OLIVA, Filipe; REINO, Vítor (Org). **Mãos que leem: testemunhos a Louis Braille.** Lisboa: Editora Minerva, 2003.

OLIVEIRA, Regina Fátima Caldeira de; CERQUEIRA, Jonir Bechara. **Por que os livros em Braile são necessários?** Disponível em: <http://www.vezdavoiz.com.br/artigos_braille.htm>. 2005. Acesso em: 11 jul. 2011.

OMENA, Fabrícia Barbosa de. **A deficiência visual e as tecnologias: estudo em um Centro de Apoio Pedagógico na cidade de Maceió.** Pesquisa científica PBIC/CNPq 2007/2008. Revista Semente de Iniciação Científica. v. 3, n. 3. Maceió, 2009, p. 127-136.

PAROLIN, Isabel. (Org.). **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender.** São José dos Campos: Pulso, 2006.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** São Paulo: LTR, 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Deficiência visual: conceitos.** Disponível em: <http://www.pucminas.br/nai/dicas_visual_conceito.php> Belo Horizonte. Acesso em: 28 fev. 2012.

RODRIGUES, Davi. **A educação e a diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva.** Porto: Porto Editora, 2001.

ROUSSO, Henry. La mémoire n'est plus ce qu'elle était. In: **Écrire l'histoire du temps présent.** Paris: CNRS, 1992.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. **Os paradoxos do imaginário.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

SÁ, Sérgio. **Feche os olhos para ver melhor.** São Paulo: Sá Editora, 2005.

SALAMANCA. **Declaração de linhas de ação sobre necessidades educativas.** Espanha: Trad. e ed. CORDE, Brasília, 1994.

SANTIN, Sylvia; SIMMONS, Joyce Nesker. **Problemas das crianças portadoras de deficiência visual congênita na construção da realidade.** Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 16, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?catid=4&itemid=58>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986.

STOBAÜS, Claus Dieter, MOSQUERA, Juan José Mouriño (Org.). **Educação especial:** em direção à educação inclusiva. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VEIGA, J. E. **O que é ser cego.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

VITAL, Flávia Maria de Paiva. **Mobilidade urbana sustentável:** fator de inclusão da pessoa com deficiência. CET, Boletim Técnico 40. São Paulo, 2006.

WACH, Joachim. **Sociologia da religião.** São Paulo: Edições Paulinas, Coleção Sociologia da Religião, 1990.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coord.). **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC/SP, Museu da Pessoa, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

APÊNDICE

TRANSCRIÇÃO DAS NARRATIVAS

APÊNDICE A – 1ª ENTREVISTA

1ª Entrevista: 21.10.2011

Nome da entrevistada: Paula Regina França Ribeiro

Local da entrevista: Museu da Bíblia, Barueri (SP)

Data da entrevista: 21 de outubro de 2011

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Professor Orientador: Amauri Carlos Ferreira

Entrevistador: Marcos Adriano Lovera

Transcrição: Marcos Adriano Lovera

Data da transcrição: 14 e 15 de março de 2012

Conferência de fidelidade: Quéfren de Moura

Data da conferência: 28 e 29 de abril de 2012

Marcos Adriano Lovera – Paula França, a primeira parte da entrevista será sobre a sua vida no período da infância. Fale sobre seu ambiente familiar: quando você nasceu até a constatação da limitação de sua visão. Em que cidade você nasceu, sua família, sua religião...

Paula Regina França Ribeiro – Nasci em 1/8/59 em São Paulo... sou paulistana. Meus pais, minha mãe e meu pai, viviam juntos, mas eles não eram casados. Meu pai tinha um pouco de, assim... ele tinha um pouco de rejeição comigo, porque no começo, tinham assim uns boatos, causados pela irmã dele, de que eu não era filha dele. Então, sempre tive problema com meu pai na minha infância; até uns quatro, cinco anos ele nunca aceitou muito a minha pessoa. Quando eu tinha mais ou menos quatro anos, eu tive uma infância até legal, brincava muito com meninos, tinha... gostava muito de música. Tinha muita aptidão para dança, que eu assistia em muitos programas na televisão, quando eu enxergava... não tinha problema nenhum de visão. Assistia a muitos programas de televisão em que as meninas dançavam, então eu tinha muito perfil para dançar, tinha muita facilidade e também para

tocar. Até que minha mãe estava programando de me colocar numa escola dessas duas coisas: música e dança. E muito, muito cedo meu pai saiu de casa também... por volta desse tempo, dos meus quatro anos, cinco anos. E, também por volta de quatro anos, foi... minha mãe ficou observando que eu tinha um problema quando eu firmava o olho. Eu tinha muita dificuldade, e estava surgindo uma pintinha dentro do meu olho, branca. E eu mesma, quando olhava, via uma sombra dentro do meu olho, mas, como a gente era muito criança, não entendia o que era aquilo. Olhava, estava sempre aquela pinta ali. Mas eu achava tudo muito bonito: lua, sol, essas coisas eu sempre curti isso, não sei, se era também alguma coisa falando que eu não iria mais enxergar, mas era um negócio muito legal, eu gostava de tudo isso, de ver, mesmo com essa pintinha que estava lá no olho. Aí por volta de uns cinco anos, já comecei a ficar com mais problemas no olho. Foi quando a minha mãe, já sozinha, pois meu pai já tinha saído de casa, e a gente, eu, a minha mãe... tinha mais uma filha, que é minha irmã mais velha, um ano mais velha que eu... e a minha mãe observou isso e começou a me levar nos médicos, mas os médicos não sabiam o que eu tinha. Começaram a fazer muitos exames... muitos... não sabiam onde... a minha mãe não sabia mais aonde ir, porque já tinha ido a vários lugares. Minha mãe era de religião católica; ela ia também, como todo brasileiro normalmente vai, no espiritismo, então era uma fusão de tudo isso. E aí ela se deparou com o meu problema visual. Antes disso, um pouco, acho que uns dois anos antes desse problema em que ela começou a ver que eu estava perdendo a minha visão, eu tive uma febre muito grande que ocasionou, assim, de eu não poder andar também; fiquei com um problema na perna e não conseguir firmar o pé mais no chão. Foi quando ela me levou nas Clínicas, e lá se constatou que eu tinha um problema no pé. E aí, depois dessa febre foi que começou a dar esse problema também no meu olho. Então aí começou toda a problemática da vida da minha mãe, porque ela...

M.L. – Qual foi a reação dela quando percebeu que realmente você estava ficando cega?

P.R. – É! Não teve nenhuma reação, porque, na verdade, não tinha consciência que isso estava acontecendo. Porque o pai e a mãe, mesmo quando tem uma criança com problema, não entendem no começo. Só quando a coisa se agrava demais. Então ela começou a percorrer, tudo quanto era lugar quando ela viu que eu estava ficando cega, porque ela queria evitar que eu ficasse cega, mas ela não tinha noção, assim, da profundidade da coisa. Então eu comecei a ser... ser... como ninguém conseguia detectar o que eu tinha, ela, a gente começou a fazer exames em vários lugares, e a gente também não tinha convênio médico. Então a gente

começou a ir a lugares públicos, Hospital das Clínicas, que era público, e ninguém conseguia detectar o que eu tinha. Aí ela também começou a partir para o espiritismo... sabe, assim, essas coisas em que você vai, por ser mãe, no desespero. Dr. Fritz está ali do lado, vou ver meu... quer a cura da pessoa... você já está lá, a coisa se agravando... E nesse período, também, eu não consegui estudar. Porque, primeiro, meu pai, como eu falei, ele tinha uma certa birra que eu não era filha dele, ele não me registrou [risos]. Então as coisas foram se avolumando. Ele não me registrou; reconheceu a minha primeira irmã, mas não me reconheceu, e, ao mesmo tempo, eu não tinha convênio médico, pois ele também não me legalizou. Então minha mãe era obrigada a ir a tudo que é lugar público para ver o que eu tinha, e eles não detectavam. Até que o Hospital das Clínicas me... me... eu não sei se foi uma legalização deles, me colocaram como uma fonte de pesquisa, cobaia. Eu tenho uma hereditariedade com isso [risos]. Eu sei que eu fiquei um bom tempo no Hospital das Clínicas fazendo todo tipo de exames e ninguém sabia o que eu tinha. E a minha infância aí começou a ser mais não muito boa...

M.L. – Sempre no hospital...

P.R. – É sempre no hospital. Minha mãe, coitada, saía cedo de casa, pois naquela época não tinha metrô. Então a gente ia cedo de ônibus, era uma hora, uma hora e meia, duas de ônibus para chegar até o Hospital das Clínicas; ficava a tarde inteira lá. Eu lembro, como se fosse hoje, as visões... eu passava muito tempo na ortopedia, e não sei o quê... o pronto-socorro das Clínicas, que é barra pesadíssima... então, via toda aquela “gentarada” sem perna, sem nariz [risos], essas coisas assim... é muito interessante. Aí, tipo, eu lembro muito, daí enxergava, ainda estavam testando para ver o que... até que eu comecei a ficar totalmente cega. Aí minha mãe caiu no desespero e ia realmente a tudo que é lugar. Se falavam: “Ali ta tem um cara que cura!”, ela ia, coitada. E aí eu fiquei sem aprender, e mesmo porque minha mãe não sabia que existia esse outro recurso que era de cegos. Porque, na verdade, essa é uma informação que quase nenhum pai tem. Até hoje.

M.L. – Então, com as crianças, o seu relacionamento foi muito restrito?

P.R. – É, eu tive até uns oito, nove anos. Brincava bastante com meu vizinho, brincava de rolimã, sei lá, coisas assim, dublagem. Eu lembro que eu tinha até uma harpinha que eu

tocava, sabe, umas coisas assim. Mas, tipo assim, meninas também, eu tinha minhas bonecas, a gente brincava. Mas, depois, quando eu comecei a ficar com essa problemática toda, aí foi mais difícil, entendeu? Aí foi quase um isolamento, porque realmente era a corrida contra o tempo para ver o que eu tinha, e não conseguiam achar. Aí foi quando a minha mãe, a minha mãe também desistiu do catolicismo, se tornou uma espírita, e meu pai, realmente, definitivamente, saiu de casa mesmo, não quis mais saber de nada com a gente... e ela... e acho... e eu não estudava também, fiquei uma pessoa só dentro de casa.

M.L. – Aí já estava chegando à adolescência.

P.R. – Mais ou menos com uns dez, onze anos, e tal, e sem alfabetização. A minha cultura, na verdade, era muito televisão/rádio, sabe? Escutava muito rádio. Música, muito porque eu tenho um tio que ele gosta de música erudita, coral, essas coisas todas, e ele, quando eu era mais pequenininha, botava mais perto da gente, ele me colocava para escutar música erudita, ópera, não sei o quê... tá tá tá, muitas coisas, e eu acabei gostando de música. Eu já tinha aquela coisa de também querer estudar música e dança, e aí, eu lembro exatamente que minha mãe ia me colocar numa escola de dança, dessas de bairro, e não rolou porque eu comecei a ficar mais doente ainda; eu não estava enxergando. Aí foi uma frustração total, porque eu queria ser bailarina, queria tocar e tal, e não deu certo nada. Aí eu sei que comecei a ficar mais enfurnada dentro de casa, entendeu? Inclusive meio animalizada porque, à medida que você começa a se isolar, você começa a não ter mais contato com ninguém e aí fica meio um animal, não um animal agressivo, mas você não consegue tratar com as pessoas mais.

M.L. – E aí, nessa época, já havia acabado a sua infância? Era uma transição, perdão!

P.R. – Já era quase na adolescência...

M.L. – Da adolescência, já entrando na adolescência, como foi essa transição? Então foi se isolando... e os amigos?

P.R. – Fui me isolando e tinha mais contato com a minha irmã, que estudava, normal e tal, sem problema nenhum, e com minha mãe, minha família. Mais com a família. Minha mãe, como corria muito para ganhar dinheiro, porque meu pai não dava muita grana, não dava

quase nada, não dava nada... [risos] aí ela... a gente ficava mais com a família, entendeu? Não tinha muito contato, devido à minha mãe ter a responsabilidade total, com a gente, de criação, ela tinha medo que acontecesse alguma coisa, de, sei lá, uma judiação, sabe assim? Muita responsabilidade, de pai e mãe. Então, ela, na verdade ela não deixava a gente sair muito para festinhas, para reuniões, essas coisas todas; ela não deixava de medo, entendeu? De medo por, pela responsabilidade, que ela era uma mulher sozinha praticamente. Meu pai, ele estava sempre... assim, estava vivo e tudo, mas era um pai ausente, totalmente ausente. E, mais ou menos com uns nove anos... que eu tinha... ela, minha mãe, nessa busca toda de procurar coisas, procurar coisas para mim, a parte de saúde, para ver se eu ficava curada; ela foi para Campinas, foi para São Roque para arrumar uma curandeira. [risos] Fiz operação espiritual, no bom cli... na Aclimação, [risos] eu conheço todo o tipo de religião que você possa imaginar, de cultuação de coisas pela minha infância, entendeu? A minha infância foi assim, nesses lugares. Então ela viu na televisão um depoimento de um médico que era um cientista. Ele estava dando uma entrevista na TV Cultura, um assunto de banco de olhos e tal, e naquela época, porque eu não sou tão nova, sou de 59, então era tipo, mais ou menos em, acho que em 60 e poucos, ela viu esse médico e esse médico estava falando das pesquisas que ele tinha sobre oftalmologia, etc. e tal, só que, como não tinha *e-mail*, não tinha nada dessas coisas naquela época, ela acabou não sabendo quem era o cara, e procurou em tudo que era lugar... sabe quando a mãe sente que tem que levar o filho, naquela época, naquele cara? Não conseguiu. E nessa época ela pesquisou mesmo, sabe? Mas não conseguiu... aí a minha avó, ela era não alfabetizada, ela tinha uma professora que dava aulas de alfabetização para ela. Minha avó tinha uns sessenta anos, acho, e coincidiu de a irmã dela, dessa professora da minha avó, ter ido nesse médico, que o ca... esse médico curou essa moça de uma... ela estava ficando cega também de uma doença venérea que ela tinha pego nos olhos. E aí, a minha mãe me levou nesse médico. Aí ela me levou nesse médico e esse médico falou: “Não, vamos agora fazer uma pesquisa de tudo, todo o histórico dela de parte sanguínea, tudo.” Aí minha mãe falou assim: “Não, mas ela foi ao Hospital das Clínicas, fez isso!”. “Não, não quero. Eu quero tudo que for coisas particulares.” Toca minha mãe gastar dinheiro, negócio de...

M.L. – Dificuldade financeira, tinha?

P.R. – Muita! Muita.

M.L. – E agora, passando então para uma nova fase de tratamento, pago.

P.R. – Pago, porque eu ia numa coisa pública. Aí eu sei que a minha mãe foi atrás do meu pai, meu pai também falou que iria ajudar, então. Eu tinha avó, avô, mas sabe, naquela época, 60 e poucos, uma mulher separada... por mais direita que a minha mãe fosse, não era direita para a sociedade, entendeu? Minha mãe só trabalhava e cuidava da gente, coitada, minha mãe não saía para nada, sabe, assim? Só vivia para a gente. Aí, tipo, ela foi, ela foi atrás dos laboratórios que o meu médico mandou. Tudo laboratório de ponta e fazendo “n” exames. Minha vida [risos] foi fazer exames, cutuca daqui, faz exame de lá. Aí que eles encontraram o problema que eu tinha, genético. Genético não, ah não é genético... quando passa na... da placenta, na placenta, como chama? Não é genético... congênito!

M.L. – Congênito.

P.R. – Aí foram verificar, eu tinha... porque eu tinha muita coceira, tinha uns negócios estranhos, sabe? No corpo. E aí, nunca deu nada, e, por [meio de] um laboratório particular, que tinha uma médica muito meticulosa, foram ver, eu tinha quatro, não sei se era quatro ou cinco graus de sífilis.

M.L. – Nossa...

P.R. – [risos] E a minha mãe não... tipo, aí a família inteira... é uma coisa, isso aí é coisa “off”, hoje em dia falar de sífilis é normal, mas naquela época, falar de sífilis, cara...! [risos] Porque era só mulher da rua que tinha, vamos ser honestos. Tipo, aí a casa caiu de novo. [risos] E aí, tipo assim, eu estava com um grau de sífilis tão alto que, tipo, a vista não era nada em começo do que iria dar depois se não tratasse, entendeu? Que o próximo passo seria eu ficar uma pessoa totalmente acamada. Entendeu? Totalmente impossibilitada de andar e tal. E aí, começaram a fazer tratamentos violentos comigo. Na época a penicilina era, coisa assim, dose maciça mesmo, sabe? Eu tomava uma injeção de Benzetacil por dia. Dor pra caramba! Aí, tipo, fiz esse tratamento. Como era muito forte a minha, o grau de sífilis que eu tinha, eu tive que tomar, primeiro, via oral, líquido, depois em drágea para depois tomar injeção. Para você ter uma ideia. Eu fiz um tratamento de Benzetacil acho que durante seis meses. Eu não tinha mais aonde aplicar a injeção. Aí foi quando zerou, entendeu? Porque se não zerasse, eu

iria ficar uma deficiente física também. Porque a médica falou que tinha outros casos mais avançados em que a pessoa ficava totalmente acamada. Aí a minha mãe fez exames, a minha irmã fez exames, não deu nada. E meu pai não quis fazer exame, entendeu? Não sei, não sei, não sei. Aí está na boa, de boa. Não fez, não fez, tal. Aí começou a tratar... aí tive que esperar a mudança de idade para passar da adolescência, da infância para a adolescência para o médico começar a fazer os procedimentos. E na época, eu ainda enxergava um pouco. Eu lembro, tipo assim, que eu sempre fui muito ligada às coisas, então eu me lembro da revolução de 64, os caras na rua prendendo gente, os estudantes sendo espancados. Tudo isso eu me lembro. Minha mãe pintava muitos quadros, e meu tio, eu tinha um tio também, que era automobilista, que pintava muitos quadros também. Me lembro tudo dessa coisa visual, sabe assim? Sabe, toda essa coisa visual, e essas coisas trágicas. Eu lembro que as ruas eram muito sujas, e via aquela gente, tudo na rua, tudo mendigos. Todas essas coisas eu lembro até hoje, sabe? Isso marca as pessoas. Aí depois eu fiquei cega. Aí fiquei cega, totalmente cega. Também sem estudar, não se esqueça disso, que eu nunca... sem estudar. E aí, que mais? Deixa ver... aí com quinze anos, mais ou menos, o meu médico, o Dr. Furma, que eu não falei até agora desse médico, Dr. José Furma, médico dono da cadeira da Escola São Paulo, do Hospital São Paulo... um cientista mesmo, um cara supercriterioso, ele me falou que podia fazer uma operação inédita no Brasil. Como sempre, eu sempre cobaia. Sempre as novidades caíam na minha mão. Aí ele falou que iria fazer uma experiência comigo, se eu topava ir fazer essa operação. Eu tinha dois problemas ocasionados desse problema da sífilis: uveíte e catarata. Se eu tivesse tratado desde o começo, tivesse visto... se todos os lugares em que eu fiz, em hospital público, os exames... se tivessem dado, eu não tinha ficado desse jeito, entendeu? Tinha feito um tratamento e eu não... talvez teria um problema de visão, mas não tão agudo. E aí ele falou: “Vamos fazer a operação.” Fiz. A família toda na expectativa de eu ficar boa. Pois para as pessoas que enxergam, isso é muito importante, então. E a gente, o deficiente, ele acaba entrando nessa situação toda de querer ver... voltar a ver, é muito importante ver. Aquela coisa toda. E aí a minha família toda esperando tudo isso. Fiz a operação, foi um sofrimento essa operação porque eu também ainda tinha um resíduo desse problema meu... ainda tive que fazer mais um pouco de tratamento, injeções diversas... parecia uma viciada, assim, sabe? [risos] Deu um problema na operação pós, um problema nos olhos, e tive que fazer infiltração no olho, injeção no olho, *ixi!* Coisas de montão assim. E aí fizeram tudo aquilo, e eu lembro como se fosse hoje... o médico foi ver e não ficou boa... não deu certo. E foi uma decepção *total* para a família, sabe? Eu chorei pra caramba. Falei:

“Nossa, que coisa, todo mundo atrás disso, e tal, não sei o quê.” Eu sei, eu acho que eu tinha uns dezesseis anos quando teve esse baque todo, entendeu? E a minha mãe, queria que eu ficasse boa, coitada. Aí, tipo, foi quando o médico falou: “Olha, não teve sucesso. Não posso fazer nada. Vamos fazer assim, eu sou um cientista, de seis em seis meses você volta aqui, [risos] conforme o avanço da ciência, você volta.” Eu falei: “Está bom”, mas foi um arraso, sabe assim, quando acaba com você? Porque aquilo era uma coisa muito importante. Você está entendendo que eu estou falando que “era”? Eu estou conjugando bem assim para você entender, depois, no final das contas, a história. Aí, eu falei: “Pô, mas agora então, peraí eu...” porque a família só se concentrava nisso: hospital, saúde, etc. A minha parte educacional, nada, entendeu? Nada. Aí foi quando o pessoal acordou... não peraí, vamos ver onde ela vai estudar, vamos ver como que pode fazer, como que pode ser. Tudo. Mas ainda não se movimentaram. Então, eu passei dos dezesseis aos vinte e um também no mesmo processo. Assistindo televisão, escutando no rádio, fazendo crochê, tricô, cuidando de casa – porque eu fazia de tudo dentro de casa – escutando muita música, sempre gostei muito de música, e nada de escola. Mesmo porque o meu pai não me registrou. Você lembra da história? Aí a minha mãe definitivamente se separou do meu pai e falou: “Não, agora eu vou...”; inclusive ela já estava muito envolvida no espiritismo, entendeu? Ela já era uma pessoa, assim, que cuida das outras pessoas, dá consulta, sabe essas coisas assim? E quando ela fazia isso, no tempo em que ela fazia isso, ela conheceu uma pessoa, e aí essa pessoa se interessou por ela. Um sargento da polícia militar. Acabou vivendo com ela e quis levar minha mãe, e minha mãe, na verdade ela tinha um problema que ela morava em casa de aluguel e tinha um terreno que ela tinha comprado com muita dificuldade. Aí o cara falou: “Não, a gente vai morar junto, e você vai... eu vou construir para você essa casa, e tal, vou assumir as suas filhas, e tá tá tá.” E aí, tipo, nesse processo aí, a gente conviveu. No começo era muito bom. Seis meses. [risos] Depois disso, ele era um cara irascível, dominador, ditador, etc. e tal, e aí a coisa começou a pegar. Ele não gostava da minha irmã porque a minha irmã tinha mais cultura que ele. Eu ele aceitava um pouco mais, mas ele, tipo, era meio psicopata. Depois a gente acabou vendo, entendeu? Porque ele, na verdade, ele falou que queria me assumir, inclusive me assumir juridicamente, mais para um fator, assim, de exhibir, de se apoiar naquela situação. Eu sei que depois de um certo tempo ele acabou me registrando como filha dele. Antes disso, eu não chamava Paula Fran... Paula Regina França Ribeiro. O meu nome era outro. [risos] Porque, na verdade, a minha irmã se chama Márcia, Márcia França, e a minha mãe tinha a pretensão de que o meu pai verdadeiro me registrasse. E eu era Marta. [risos] Marta França. Ó, estou

abrindo toda essa... você falou para abrir a vida. Então aí, tipo, não é, não tenho vergonha de nada do que aconteceu, então está tudo certo. Aí, ele mudou o meu nome. Mudou o meu nome para Paula Regina. Sabe? Quando eu vi isso, fiquei... ele falou que ia me registrar, mas eu não sabia que ia mudar o meu nome. Aí decidi lá na hora do cartório. Mudar meu nome. Eu lembro que até minha avó, meu avô foram lá para ajudar como testemunha e tal. Meu avô chegou, falou assim: “Nossa, ele mudou o seu nome!” Sabe assim, tipo assim, nossa, mais um, mais um baque. Falei: “Puts, nossa, mais uma coisa”, aí mudou. Até que eu me acostumassem com a situação. Foi tudo, na minha vida é tudo assim. É tudo ou nada. [risos] Então, então aí mudou, eu tive que assumir uma nova função, porque não era mais aquela pessoa. Agora, aquela pessoa era mais sofrida, era mais problemática. Quando eu comecei realmente a assumir a questão de ser Paula Regina... aí abriu o espaço para eu estudar. [risos] Aí foi uma outra conquista, entendeu? Aí eu comecei a ser essa outra pessoa. Não que eu tenha duas personalidades, não é isso, mas a própria vida vai te levando para outros caminhos. E aí eu fui alfabetizada em três semanas. Eu tinha uma vontade de estudar medonha. O Braille...

M.L. – Isso já era mais ou menos com que idade, Paula?

P.R. – Ah, já estava... não, ainda não tinha... desculpe, eu ainda não tinha começado a estudar, não. Eu comecei a estudar depois da segunda operação. Eu fiz mais uma operação, na verdade. Aí foi mais uma pesquisa. [risos] É que eu sou muito branca, o pessoal me acha com cara de rato. Rato de tubo de ensaio.

M.L. – Laboratório.

P.R. – É, aquela coisa toda. Então, aí o médico chegou para mim e: “Olha, agora...” eu ainda não estava estudando. “Agora veio uma pesquisa que veio da Europa.” Ele viajava muito, sabe? Congresso, Japão, Inglaterra. E trouxe em 97 uma operação, uma operação muito nova no Brasil que seria com laser, a laser, o bisturi era a laser, e aí ele me propôs mais uma operação. Ele não iria cobrar a mão de obra dele, só o anestesista e o hospital. E eu ia ser cobaia de novo. A mão de obra dele era troca de eu ser a cobaia dele. Era uma operação piloto no Brasil, para que, em cima dessa, se desse certo, se fizesse nas outras pessoas o correto. [risos] Aí eu fui, não tinha nada a perder. Aí a família teve que juntar dinheiro para fazer tudo

isso. Porque era no hospital Albert Einstein. Maior trampo para conseguir a grana. Aí minha mãe conseguiu. Eu fui fazer a operação lá. Fiz a operação, o processo de pós-operatório também foi bem difícil. Na época era muito doloroso, não sei se ainda é, mas é uma chatice operação de olho. Dor na cabeça, sabe? Parecia que você tinha tomado uma pancada na cabeça. E aí eu operei, e em pouco tempo eu comecei a voltar a enxergar um pouco, entendeu? Mas quando você volta a enxergar, e você enxerga tudo, depois fica cega e depois você volta aos pouquinhos, você volta a enxergar, você fica dessincronizado, você não consegue fazer o movimento junto com a visão. Tive que fazer um treinamento para poder tentar, tentar.

M.L. – Reaprender.

P.R. – Reaprender. Então era tudo muito complicado fazer tudo aquilo, mas era divertido. Então eu tinha que aprender como olhar para poder subir um degrau. Mas não era uma visão total, entendeu? Essa operação era uma operação, assim, em que ele colocou uma, chama “entreocular”, uma lente dentro do olho no lugar do cristalino. Se o fundo do olho tivesse em condições, mandando mensagens para o cérebro, o nervo ocular, tudo direitinho, eu iria voltar a enxergar. Então eu voltei a enxergar. Eu enxergava... assim, eu enxergava a pessoa, mas não enxergava o que era a fisionomia da pessoa, entendeu? A roupa da pessoa, a cor da pessoa, eu enxergava, entendeu? Voltei a enxergar assim. Eu nem usava bengala, nem nada, e não tive treinamento de bengala, etc. e aí, voltei a enxergar.

M.L. – E aí foi alfabetizada.

P.R. – Aí fui para a escola. Eu aprendi em três semanas o Braille. Só que eu estudava lá em Guarulhos, e a professora também era cega. E era... não era muito conceituada dentro da escola, nem muito respeitada. Porque ela era cega e ela tinha uma série de problemas de dependência, ela era muito dependente de uma pessoa que trabalhava com ela que não tinha uma cultura muito boa. Então os professores discriminavam um pouco os alunos, então eu fui alfabetizada em três semanas. Fiquei um pouco nessa sala de recurso, que chamava sala de recurso. Aí eu fui encaminhada já para a quarta série, do nada assim. E aí não tinha livro. Brasil, o Brasil, naquela época ainda, agora está um pouco melhor, mas ainda não está bom, mas naquela época era muito ruim. Então, não tinham livros, os livros que tinham da escola já

tinham vindo de outros alunos, e a gente usava, mas não estavam iguais à matéria em que se estava, então muita coisa tinha que gravar, gravar aula, estudos sociais, essas coisas. Eu lembro até que, como a quarta série tinha quatro matérias, a professora de estudos sociais começou a dar aula e não tinha livro. Eu fui falar com a professora: “Eu trago um gravadorzinho e tal, e gravo a sua aula”, e a professora: “Negativo, de jeito nenhum, imagina, vai que eu estou falando alguma coisa aí, e o pessoal... você grava e pode usar contra mim.” Estava pós-ditadura, aquela coisa de militarismo. [risos] Eu sei que eu sofri pra caramba nessa sala de aula, porque a professora não me aceitava. E as outras me aceitavam, embora eu vi, eu estava vendo que eu estava com muita defasagem. Porque quarta série já passou por todo aquele processo de terceira série de alfabetização numérica, leitura, aquela coisa toda. Sei que fiquei um ano nessa escola e a professora não aceitava que eu estudasse com ela. Eu sei que, ó, eu comecei a fazer as provas, prova oral e tudo. Sei que eu tirei notas muito altas com essa professora. Porque eu falei: “É você ou serei eu, então, vai ser eu”, falei para ela, para mim mesma. Então eu fui bem na matéria dela. Eu sei que no final do ano eu acabei tendo que sair, vim morar em São Paulo com a minha avó. E a professora até pediu desculpas, sabe? Ter feito o que ela fez, porque reconheceu que eu tinha capacidade de estudar com ela, mas ela não me deu essa condição, entendeu? Mas, tudo bem, eu vim estudar em São Paulo, num colégio que se chama Silva Jardim. E eu tive que sair de Guarulhos para São Paulo porque meu padrasto começou a ficar enfurecido contra mim e contra a minha irmã, entendeu? A história é bem complicada porque, como eu falei, ele era meio psicopata. Centralizador e tal. E a minha mãe também teve um menino com ele, um, acho que foi em 73, eu não me lembro da data de nascimento do meu irmão. E a minha mãe teve um parto muito difícil, quase morreu. Passou da hora do parto, muitos dias, o hospital mandou ela de volta para casa, pois ela não tinha dores, e passou da hora do parto, entendeu? E aí ele nasceu também com problemas, o meu irmão. Olha que história, hein? [risos] Ele nasceu com um problema físico, pois ele teve uma lesão gravíssima no cérebro. Só que ninguém falou no hospital. [risos] Ele ficou vinte e um dias isolado tomando tranquilizantes, pois estava cheio de convulsões, e não conseguiu, não conseguiu reag... ele não sugava, não enxergava, não fazia nada o meu irmão. Eu sei que depois que eles tiraram a medicação dele, ele acabou voltando. Aí os médicos entregaram o meu irmão sem falar nada para minha mãe, e, tipo, aí veio para casa, ficou com ele seis meses, sei lá, e depois disso ele não sentava, chorava muito para comer. Aí foi quando a gente tomou consciência de que ele tinha algum problema, e foi quando a gente foi ao médico e viu que ele estava com um problema muito grave. Ele não sentava e não falava. Aí começou o processo

de tratamento. Como minha mãe ficou muito envolvida com esse processo de tratamento do meu irmão, psicologicamente e tudo mais... e o meu padrasto era um cara muito ignorante, na verdade, de dizer... porque ele era um homem muito problemático, entendeu? Psicologicamente. Ela começou se envolvendo com ele e ele começou a ficar com essa perseguição comigo e com a minha irmã. Nós fomos obrigadas a sair de Guarulhos para São Paulo porque morávamos em Guarulhos.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

P.R. – Então, e aí, eu fui obrigada a morar em São Paulo, e foi quando eu fui estudar nesse colégio aí. E foi ótimo para mim ter saído de Guarulhos para São Paulo para estudar, porque essa escola não me dava o recurso de que eu precisava. Enquanto isso, a gente visitava esporadicamente a minha mãe porque a minha mãe foi proibida de ver a gente. E a gente vice-versa, ao ponto de o meu padrasto ameaçar a gente de morte, sabe, assim? [riso] Jornal sensacionalista? [riso] Isso aí.

M.L. – Como estava sendo essa sua experiência de voltar a enxergar, agora alfabetizada em Braille e essa readaptação?

P.R. – Foi complicada, porque não tinha tudo de que eu precisava. Eu saí de Guarulhos porque o meu padrasto estava me perseguindo, mas também porque a escola não me dava condições. Então eu fui... eu vim para São Paulo. Lá tinha um pouco mais de condição, mas não tinha a condição de que eu precisava também. Naquela época era muito difícil estudar. E as professoras, poucas, de alfabetização Braille. Uma coisa eu ganhei, porque a minha professora com quem eu vim estudar em São Paulo, ela enxergava. E eu comecei a voltar a enxergar, então, ela começou a explorar um pouco mais a minha visão. Então eu comecei a fazer números ampliados, um pouco de letra... eu aprendi a fazer conta com o barítimo, que é o ábaco. Voltei da quarta série para a terceira porque eu não tinha condições nenhuma de continuar depois disso. [risos] E aí, comecei a me integrar um pouco mais, entrei no orfeão da escola... quase não gostava de música, como eu sempre falei, nunca gostei de música. [risos] E aí, comecei a estudar mais, mas mesmo assim era muito difícil. Era muito difícil porque os livros que a gente tinha no primário... até dava para dar uma contornada, entendeu? As provas iam para ela, ela transcrevia em Braille, mandava para o professor, eu respondia em Braille,

dava para a professora e voltava para a sala de recursos para a professora fazer a transcrição, traduzir o que estava escrito lá e a professora dar a nota. Eu nessa época já comecei a estudar com alunos que enxergavam. Ficava na frente da classe e começava a menina a ditar o que tinha lá. Mas não tinha livros, entendeu? Muito difícil estudar assim. Aí, quando eu entrei, na época era o ginásio, primeira série, daí foi pior. [risos] Porque, veja bem, eu não estou falando pior assim como uma coisa dramática, tá? Mas como uma realidade difícil. Não é nada, nada tão pior assim quanto pode ser, entendeu? Porque a gente tem que... são coisas que acontecem na vida da gente para superar. Não é uma coisa “ó, que drama!”, não é isso, mas era difícil. Então, tipo, os livros de matérias, no ginásio você tem matérias, seis, sete matérias. E eu sempre estava em débito com as matérias. Porque eu mudava de livros... porque os livros mudavam muito de nome, de título, de autor, aquela coisa toda de alfabetização. Não era aquela coisa contínua, em que, da sétima série, do primeiro aluno passava para o quinto aluno daqui a cinco anos. Não era assim. Cada ano mudava um título diferente. Então eu pegava o livro no começo do semestre, exemplo assim: história vai, aí eu tinha que ir na... numa biblioteca que tinha em São Paulo, que era uma biblioteca do Centro Cultural São Paulo, que hoje é a biblioteca Monteiro Lobato, ali no centro de São Paulo, aqui em São Paulo. E ali eles transcreviam, só que demorava uns seis meses. Quando vinha o primeiro volume, eu já estava numa matéria muito à frente, entendeu? Então, toda a minha cultura que eu aprendi na escola, mais era oral, entendeu? Era tipo assim: fulano que lia na lousa e eu prestava atenção. Não tinha gravador também. A coisa é que enchia o saco ficar gravando toda hora, então, tipo, eu prestava atenção, entendeu? Tudo eu prestava atenção. Tanto que hoje eu sou uma pessoa muito... eu presto, tudo, todo mundo não sabe, mas eu acho que estou sempre prestando atenção no que está acontecendo, em tudo. Porque eu sentava na sala, e eu ficava prestando atenção no que a professora estava falando. Aquilo era minha prova. Eu sentava do lado do meu colega, ele lia o livro para mim, entendeu? Não era tanto ler, eu não lia bem, entendeu? Eu não lia nada bem. Sabe, eu, leitura zero, entendeu? E aí era assim sempre, sempre foi, entendeu? Eu ia atrás dos meus livros, eu copiava as coisas à mão, quando eu precisava de uma coisa em inglês, às vezes a professora conseguia fazer uns textos para a gente, na máquina em Braille, porque não tinha impressora. E assim ia vivendo. E aí, tipo, passei um processo assim, usava óculos de ampliar algumas coisas, fazia número com letra garrafal para fazer conta. Eu sabia todas as linguagens... fui aprender nessa escola, na outra não tinha porque a professora não enxergava. Tanto que até hoje eu não acho certo uma pessoa deficiente visual dar aula para outra pessoa deficiente visual que tem um resíduo ou sei lá. Eu

não acho. Porque ela não consegue passar tudo o que precisa. Mesmo posturas, deficiente tem muita postura errada. Eu tinha muitas posturas, era uma pessoa supertímida, um pouco agressiva. Por toda minha infância, infância punk. [risos]

M.L. – Nesse período, Paula, você experimentou muito preconceito? Que tipos por exemplo, de preconceitos que mais marcaram?

P.R. – Ah, de tudo que você possa imaginar. Uma por não ter pai. Outra por ser deficiente visual, outra por ser filha de mãe separada. Praticamente foi solteira, naquela época. Uma dose... coisa muito... na escola, com os colegas, os colegas te tratavam bem, mas quando eles viam que você era cega, nem pensar. Namorado, nem pensar, muita discriminação.

M.L. – É isso que eu queria lhe perguntar. Justamente, você chegou a ter algum relacionamento, namorou? Se namorou, por quanto tempo?

P.R. – Na minha adolescência, não. Nem na minha mocidade. Demorou bastante porque eu estava tão envolvida com a minha saúde, com a minha escola, com a minha... eu estava tentando me resolver, entendeu? Aí, a gente ainda era espírita, e a minha irmã também me ajudou muito, lia os livros para mim. A minha cultura era sempre oral, tá? Sempre. Lia livros, papion, essas coisas, tudo, Jorge Amado, tudo oral. E...

M.L. – O estudo, você conseguiu ir adiante, chegou a ir para uma faculdade?

P.R. – Não, eu fiz até o ginásio, completei o ginásio. Aí, depois disso, a gente morava na casa da minha avó, e a minha avó faleceu. A gente foi morar sozinha... não, um pouquinho antes, a gente... a minha mãe teve um despertamento, e ela foi para a igreja evangélica, foi para a Cristã do Brasil, meu padrasto também. Mas mesmo assim ele não ficou uma pessoa boazinha. [risos]

M.L. – Entendi.

P.R. – Muitos problemas, para, inclusive, fazer o tratamento do meu irmão. Ele atrapalhou bastante. Ele achava que, uma vez que meu irmão teve um problema de acidente na hora do

parto, era daquele jeito e pronto, entendeu? Então, meu irmão tem um comprometimento muito grande, teve lesão nos quatro membros, teve a fala comprometida, um monte de coisa. E aí, tipo, minha mãe praticamente vivia com ele, junto com ele, e ele não deixava a gente ficar muito com meu irmão. Depois que isso foi acontecendo, mas tipo, complicadíssimo... então, e aí a minha mãe foi para a igreja. E depois disso, a gente foi para a igreja. A gente foi para a igreja Presbiteriana. A minha irmã namorou, começou a namorar um primo de terceiro grau, e ele levou a minha irmã para a igreja Presbiteriana do interior, e depois eu fui para a igreja Presbiteriana de São Paulo. Igreja Presbiteriana do Brasil, Ebenézer. Ali começou a ficar a coisa mais bacana. Porque aí eu comecei a cantar no coral, dois corais, e eu já estava enxergando um pouquinho melhor, já ia à igreja sozinha. Tudo isso é uma coisa muito bacana para quem não enxerga.

M.L. – Aí optou em mudar de religião mesmo, nessa experiência?

P.R. – A opção foi isso mesmo, entendeu? E eu, como tive... eu sempre, quando me envolvi com alguma coisa, era muito ativa. Eu me envolvi foi muito com a igreja. Então eu cantava em dois corais, fazia, participava muito. Tanto que eu fui fazer, eles falam, profissão de fé, eu nem fiz exame, quase. Porque meu testemunho lá na igreja era muito bacana e tal. Eu sei que eu conheci um pastor, que era Adélio Mendes, e ele começou a falar de pessoas nos sermões dele, pessoas que eram missionários, que eram deficientes missionários. Tinha uma moça, não sei aonde, acho que no Espírito Santo, que era missionária cadeirante, sabe? Essas coisas assim... eu comecei a ligar a minha cabeça assim a essas coisas. Eu sempre fui muito idealista. Então, aí a igreja abriu um caminho novo, para mim sabe? De socialização, de colegas, amigos. Aí a minha avó morreu, e eu estava morando com a minha irmã; depois a minha irmã se foi, saiu de casa e foi morar com o meu cunhado em outro lugar, e aí eu comecei a morar sozinha. Mas o pessoal todo ia na minha casa, sabe? Era tudo muito legal, a gente era... tinha como uma comunidade. Mas não, nada sexual, sabe assim? Uma comunidade mesmo, não era bagunça. O negócio nosso era mais, assim, curtir sabe, a amizade, a convivência.

M.L. – Estar junto.

P.R. – Podia rolar isso, mas não era isso, entendeu? Não era... a verdade nunca foi entendeu? E aí nós ficamos nessa amizade, e aí, eu comecei a estudar, a fazer, fechar o meu curso do

ginásio. Hã, que mais? Querer estudar música que eu não... eu gostava de música e não conseguia estudar, não tinha grana, nada. Eu sei que aí, um tempo, eu falei: “Pô, eu acho que eu quero ser missionária, e tal”, aquela coisa toda. Que mexe com a cabeça da gente e tal, aí a igreja tinha conseguido para eu estudar, eles iam patrocinar no Instituto ICBEU, em Minas, em Patrocínio, sabe? Eu ia estudar lá, lá era uma igreja, uma igreja não, uma escola que tinha... escola com música sacra, tudo isso me atraiu. Aí estava tudo preparado, o Conselho já tinha falado com o pessoal da escola, já estavam me encaminhando para lá. Lá, fui visitar, inclusive, a escola com um amigo meu e tal. Ver como era o esquema, e era liderado por americanos e tal. A minha mãe ficou viúva! [risos] E aí, pô, aí eu falei: “Puts, vou deixar minha mãe sozinha com meu irmão?” A minha irmã era bem afastada nesta época, porque ela já estava cuidando da vida dela, muito concentrada na vida só dela. E aí...

M.L. – Você retrocedeu!

P.R. – Aí a igreja queria que eu fosse. [risos] E eu pensei: “Pô...”, mas eu fiquei num conflito, sabe? Foi um dos meus primeiros conflitos. “Mas eu vou deixar a minha mãe e vou para a igreja, eu vou ser missionária?” Não entendi? Entendeu? [risos]

M.L. – Sim.

P.R. – Eu não entendi. Mas até aí eu nem sabia, eu nem estava preocupada com o assunto de Bíblia, de ter Bíblia, entendeu? Nunca, porque eu ouvia, era tudo oral! [risos] Para mim, estava tudo resolvido, era tudo oral. Música era tudo oral, tudo. Aí, tal, vou para, vou viajar, vou morar numa cidade que ficava a onze horas de São Paulo. Minha mãe viúva? Com toda a dificuldade que eu sabia que ela tinha? Meu irmão é acamado, entendeu? Aí eu pensei bem, conversei com algumas pessoas. Umás pessoas viraram a cara para mim. Pessoas do Conselho, meus amigos. [risos] Outros falaram: “Não, o certo é você ficar com sua mãe, e tal.” Refleti muito bem e falei: “Não, não vou.” A minha missão é aqui em São Paulo, eu tenho que ficar com a minha mãe, pô. Foi ela quem me criou. Andava comigo em tudo quanto era lugar, médico, pai de santo, tudo. [risos] Eu vou deixar a minha mãe? Aí fiquei, fiquei, falei “não”. Se Deus tinha um caminho para mim lá, tem um caminho também aqui para mim, por que não? Entendeu? Aí eu entrei numa outra escola, depois de um tempo. Foi um baque, sabe assim? Porque já estava preparada para ir. Era o meu caminho... era esse, entendeu? Aí,

eu não fui. Fui estudar no Instituto Bíblico do Brasil, uma escola indenomina... indenomina... ué?

M.L. – Interdenominacional.

P.R. – Não, indenominacional, não tinha denominação. Entendeu? E ali na, acho que na Aclimação, nosso... [risos] Aclimação, é, lá na Aclimação, comecei a estudar com eles, e tal, conviver com a minha mãe, cuidar da minha mãe... conviver com a minha mãe. E larguei praticamente tudo de novo, entendeu? Para ficar com ela. Cuidando da minha mãe e do meu irmão, porque ele tinha problema. Minha casa ainda estava para acabar de construir, porque meu padrasto estava construindo, sabe? Pelo menos assim, sabe? Mas eu fiquei, aí, tipo assim, a gente sofria com problemas de enchente. Coisas diversas, muitas aventuras. [risos] Muitas aventuras. Aí eu acabei largando daquela igreja lá porque eu vivia com eles, achava que eles não tinham nada a ver comigo socialmente, entendeu? Porque era uma igreja de nível alto. E eu, para ir à igreja, como eu voltei a morar em Guarulhos, era lá em São Paulo, tinha que pegar um ônibus que demorava quase uma hora para chegar. Muitas vezes eu pegava enchente para chegar lá, então eu falei: “Pô”, entendeu? Não tinha essa infraestrutura, entendeu? Por mais que as pessoas me dessem carona, não tinha nada a ver comigo. Bom, aí eu fui estudar nesse Instituto Bíblico... foi como eu... aí que eu fui me ligar: “Pô, cadê a Bíblia? [risos] Cadê os livros?” Porque não tinha livro nenhum, sabe? Não tinha livro nenhum...

M.L. – E o Braille, onde é que fica? Quer dizer...

P.R. – Não, não tinha nada. Não tinha nada de Bíblia, não tinha livro... não tinha Bíblia. Bíblia, a matéria-prima! Não tinha Bíblia. Está entendendo? Como começou a história? Pô, e como que eu vou estudar? Porque tinha que fazer exegese, tinha que fazer um monte de matérias. Não tinha Bíblia, certo? Não tinha Bíblia! Por mais que você tivesse uma fita, um negócio... mas não tinha Bíblia. Não tinha Bíblia e não tinha livros teológicos. Aí eu acabei o meu curso, em pouco, era qua... três anos de curso, dei um gás, fazia mais de uma matéria por dia, duas matérias por dia. Acabei concluindo em dois anos, em vez de três anos, o curso. Oral, oral. Fiquei em “DP” [dependência] de muitas matérias porque também não tinha Bíblia, e as pessoas que eu pedi para gravar os livros de teologia, também não gravaram. [risos] Então eu fiquei, depois de um tempo eu consegui fechar meu curso de liderança cristã

nessa escola, entendeu? Mas eu falei assim: “Pô, liderança cristã, vou fazer o quê? Vou dar aula? Mas eu não tenho Bíblia!” [risos] Como que eu vou fazer? Caramba. Aí está, voltei para minha vida mais ou menos normal. Eu ainda estava um pouco nessa igreja que eu estou te falando, que é a Presbiteriana, do Brasil. Bom, em suma, fiquei, aí depois de um tempo que eu me formei, veio um cara me procurar. Como eu era deficiente, representante da classe estudantil dos deficientes [risos], ele veio fazer a seguinte pergunta: “Ó, Paula, nós estamos com uma menina deficiente na FEBEM, tá? Ela é cega, ela é mineira, pai e mãe mineiros. A mãe morreu quando ela tinha sete anos, ela tinha um tumor na cabeça e ficou cega por causa desse tumor. O pai trouxe ela para São Paulo e ele era alcoólatra. Quando ele trouxe, a mãe já tinha falecido. Quando ela adquiriu a maioridade, ele abusava dela sexualmente.” [risos] Só história boa, né? Notícia boa. [risos] E essa menina, ele batia nela. Tinha uns onze anos, não, dezesseis anos, mintos. Dezesseis anos. Acho que ela chamava Márcia, a menina, não me lembro, é tanta coisa que passou na minha vida. Acho que era Márcia. A Márcia Cristina. E ela está... ela... aconteceu o seguinte: ela namorou com o menino para quem que ela lavava roupa, ela lavava para fora para ganhar uns trocados, porque o pai não dava dinheiro para ela... e ela ficou grávida do cara, do outro, do cara do... que ela lavava roupa. E o pai soube, deu uma surra nela e ela, de vingança de tudo que o pai dela fez para ela, tocou fogo na casa. [risos] E foi embora para a rua e a polícia passou, a ROTA passou e pegou e levou ela para a FEBEM, lá na Penha. E essa... [risos], e eu falei: “Mas o que eu tenho com isso?” [risos]

M.L. – Quando eu entro nessa história?

P.R. – É que... que eu... aí tipo, ele falou assim: “Não, é que a mãe dela era evangélica, e ela, lá na FEBEM, está frequentando uns grupos da gente lá na FEBEM.” Porque nessa época, a FEBEM, os grupos da FEBEM, começaram a abrir para os evangélicos fazerem cultos lá e tal. E ela estava no setor de... aí, como que é?... o intermediário entre o infrator... não é cadastramento... um negócio assim, intermediário sabe? Não, nem infrator e nem abandonado é totalmente. “E está com perigo de ela ser mandada para a rua, de novo, que ela vai adquirir, aliás, estão já segurando ela um bom tempo porque ela já passou da época de ficar lá na FEBEM. E, a gente como evangélico, queria saber de você se você sabe de algum orfanato ou asilo que seja evangélico para ela ficar?” Entendeu? Por isso que eu entrei na história. [risos] E um colega meu que era lá da escola veio falar isso para mim. Sérgio Masculli, um cara superbacana. Ele era católico e depois se tornou evangélico, e era até meio missionário, e tal.

Falei: “Ó, não sei, eu sempre fui assim... não sei no que posso ajudar, mas eu vou visitar a menina para saber o que é.” Combinei com uma pessoa que eu nem sabia quem era no metrô e fui lá, ver a menina na FEBEM. Entrei na FEBEM, altos muros, parecia um campo de concentração. Altos cadeados, chaves de ferro etc., e a menina estava lá, no meio de um monte de meninas. Algumas surdas, outras infratoras e já estavam começando a pegar a menina para abusar. Bateram tanto na menina que a menina abortou. E aí, fui levando. Não sei o que vou fazer, mas vou ver se consigo encontrar um lugar para ela ficar. Porque o que ela queria... ela que queria que fosse um lugar evangélico... essa menina, entendeu? Toco a procurar, nada. Não achei em lugar nenhum, entendeu? Nada. E aí que a gente começou a pensar, ir para outros lugares, entidades. E aí eu telefonei para uma entidade que se chama Dorina Nowill, aqui em São Paulo, e falei com a telefonista. Falei que eu tinha esse problema e queria falar com a assistente social de lá. E aí ela falou assim: “Ah, eu vou te encaminhar, e tal, para essa assistente social, tal.” Ela encaminhou, a mulher me desencorajou de fazer qualquer coisa com essa mulher, porque era encrenca, era problema ficar com uma pessoa nessa situação. Aí falei: “Bom, vou procurar, ainda vou procurar.” Aí, eu voltei a falar algumas vezes lá com essa entidade. E a telefonista um dia me ligou, falou para mim, ela era batista... ela falou assim para mim: “Olha, não sei o que você faz, não sei o quê, mas a gente está... você é evangélica também?” Falei: “Eu sou!”. “Então, a gente está querendo montar um grupo para... porque a gente está vendo que os deficientes não tem onde cultuar, assim, com o mesmo grupo, com a mesma identidade. Se você quiser, você vai num lugar assim, assim, assado, e a gente vê de fazer alguns encontros.” “Ah, tudo bem!” Marquei com ela, e nesse ínterim, montei uma verdadeira equipe para tirar essa menina lá da FEBEM. Tiramos, usamos a menina até com... para fazer exames com o nome de outras pessoas, pois ela não podia sair de lá. Encontramos um asilo para essa menina, na Zona Leste. E depois essa menina foi encaminhada para Santos, no Lar das Moças Cegas. Aí acabou que a menina queria que eu sempre visitasse ela e tal. Ligava para mim a cobrar, aquela coisa toda. Eu falei para ela: “Ó, não tem condições de ficar fazendo isso. Eu já fiz a minha parte com você.” Que eu sou bem assim, sabe? Eu faço o que tenho que fazer e vou embora, fazer outra coisa. Sempre fui assim, viu? Falei: “Olha, não posso acompanhar você. Já te dei a corda, a linha, agora você pesca.” [risos] Aí, já rumei para outros lugares e, ao mesmo tempo, fui para ver esse pessoal, eram seis pessoas que se reuniam. Nessa época eu estava namorando um cara que era baterista, era músico, que eu conheci na escola de música, pois eu estava começando a estudar música. Estudava violão e flauta doce, e aí nós fomos nesse encontro aí, dessas pessoas, e lá nessa

casa dessas seis pessoas, eram três pessoas... não, duas pessoas que enxergavam e as outras eram cegas ou quase cegas. Tinha uma menina que estava fazendo uma Bíblia em braille com uma impressora nacional. O sonho dessa menina era fazer uma Bíblia em braille. Ela tinha mais sonho de ter Bíblia em braille do que eu que fiz teologia. [risos] É verdade. Porque, não, porque eu vivia uma vida com tanta coisa. [riso] Sabe? Que eu queria estudar Bíblia, eu queria estudar, ser teóloga, mas não deu certo, entendeu? Eu já tinha passado para outro estágio da minha vida, entendeu? Aí, tipo, ela queria ter a Bíblia completa e tal, e a gente começou a se reunir na casa dela; era uma menina, filha de um empresário muito grande em São Paulo... Filizola, que é dono daquelas balanças Filizola. Ela ficou cega por diabetes, alguns excessos que ela teve na mocidade e depois se tornou evangélica. E aí começou a fazer todo um trabalho na casa dela de estudo bíblico, essas coisas todas, mas com aquela insatisfação. Ela, como não enxergava e não tinha mais a visão, queria ter a Bíblia em braille. E aí que a gente começou a... uma dessas pessoas é aquela moça da fundação que eu falei, Fundação Dorina, que era telefonista e me encaminhou para lá; então, uma delas era batista. Essa menina era batista, e a gente começou a se reunir na igreja dela. Nessa época eu já comecei a fazer... a ter uns cliques de ter... eu sou empreendedora, sabe? Eu sou muito empreendedora... de fazer as coisas... e nós íamos nesse lugar, só que tinha que pegar metrô, pegar ônibus. Era um lugar meio afastado, e começamos a fazer algumas estratégias para reunir os deficientes. Porque a gente queria resgatar deficientes que estavam nas igrejas mal-acomodados, porque os caras entravam na igreja, não conseguiam se adaptar, uma por não ter Bíblia, e outra porque não aceitavam os deficientes porque queriam que eles fossem curados. Aquela coisa toda de igreja carismática, e tal, ninguém aceita o deficiente. A deficiência do deficiente. E aí começamos a montar estratégias, montamos até um nome para isso tudo. Associação dos Deficientes Evangélicos do Brasil, tal. E nessa época, lá nesse lugar e tanto no seminário, eu tinha pego alguns livros... um livro da Bíblia, o Novo Testamento, sabe? Porque tinha alguns livros no Brasil. Assim, algumas coisas muito isoladas. Até era uma publicação que veio de Portugal... era o Novo Testamento, só. E a gente estava vendo que a impressora que essa menina tinha, que era nacional, o relevo do Braille era muito ruim. Era uma coisa assim, que nem o xerox que você pegava, descartava e jogava fora. Não tinha durabilidade, não tinha nada. Mesmo assim a gente estava tentando, entendeu? Aí, tipo, me deu um clique assim, sabe? Li o livro da Sociedade Bíblica, que era da Sociedade Bíblica, a Portuguesa. Este livro que eu tinha visto lá no seminário. Até um colega meu disse: “Lá na Regional de São Paulo, na Tiradentes, tem essa Bíblia em Braille, se você quiser, a gente compra para você, e

tal. Só o Novo Testamento.” Mas nem fiz caso, porque eu já estava saindo do seminário. E aí na casa da... na igreja dessa menina aí que a gente ia, ela mostrou também esse livro. Só que todo mundo estava querendo tudo, da Bíblia. E eu comecei a me tornar, nessa entidade, uma espécie assim de relações públicas. E achar que ali onde a gente estava, estava muito mal situado. Que a gente, o trabalho não ia vingar ali por causa da acessibilidade. O que é acessibilidade, entendeu? Na época ninguém sabia o que era acessibilidade. Eu que ficava pensando essas coisas: “Como é que eu vou chegar num lugar tão longe assim? Só que eu vou desistir no meio do caminho?” Foi quando o pessoal falou: “Não, acho que era legal a gente sair daqui”. Mas a menina que era batista não queria que a gente saísse de lá. Para se tornar uma entidade dogmática. E como eu estudei numa escola que não era dogmática, não era denominacional, eu já vinha com aquela concepção, de não ser nada, só para aquilo. Aí eu comecei a fazer pesquisa. Fui à igreja Batista, e eu falei assim: “Não, tem que ser”... olha só, a cabeça. Sem saber que podia. [risos] “Tem que ser uma igreja que fique do lado do metrô, bem situada, que tenha uma sala para a gente poder se reunir e tenha uma acessibilidade legal para a gente continuar fazendo esse trabalho.” Mas nem sabia aonde ir! [risos] Aí comecei a fazer pesquisa, você acredita? Fazer pesquisa, assim, falar com um, falar com outro, onde tem uma igreja assim que seja grande, que seja... que não queira tornar o trabalho como um patrimônio nacional, e tal. Aí fui numa igreja batista, que era... tinha até um trabalho de hospital e tudo, sabe? Ambulatório ali na Vergueiro, na Joaquim Távora. E fui numa outra igreja, na travessa da Vergueiro, Presbiteriana do Brasil, que era a minha denominação na época. E fui conversar com um pastor que se chama Eudes. Esse pastor Eudes falou para mim... era uma igreja imensa, sabe assim? Tipo dois quart... um quarteirão que ia de um lado ao outro da... a frente ficava na Vergueiro e nos fundos dava numa outra rua, bem, bem do... assim, ermo, sabe? Tinha quadra de esportes, um monte de coisas. Aí eu conversei com o pastor. Falei: “Pô, eu preciso disso, disso... será que seria possível? Não sei se pode...” O cara, de prima, assim, sabe? Chegou para mim: “Espera um pouquinho, vamos lá em tal sala, tal lugar. Olha, nós temos essa sala, o que você acha? É, está bom.” Pensei que ele não ia me oferecer nada. “Ah, nós temos essa estante para vocês colocarem os livros, dois banheiros, essa sala aqui vocês podem fazer a reunião de vocês, culto etc., e a entrada é independente, na Rua Manoel de Pádua.” Legal, então. “O que o senhor quer dizer com isso, pastor?” “Não, a igreja, a sala é de vocês.” Naquele momento a gente começou. Aí eu fui falar com o pessoal. O pessoal achou legal, menos a menina. [risos] Porque ela não queria que saísse da igreja dela. Mas, se não fosse assim, o trabalho não ia, não ia, vingar, entendeu? Não ia. Aí eu

fundei essa entidade e já pensando no assunto Bíblia, que não tinha matéria-prima, entendeu? E tentar também fazer um trabalho mais legal para os deficientes se sentirem bem nas igrejas. Porque sempre chegava alguém que queria curar... eu mesmo ia dar algumas palestras, como eu já tinha curso de teologia, nossa, era um sufoco! Porque eu entrava para fazer a palestra no final da... do... na saída, todo mundo já queria se reunir para fazer imposição de mãos, para ser curado, entendeu? [risos] Altas aventuras.

M.L. – Isso me lembra daquele texto do Evangelho de Marcos, em que Jesus cura aquele cego em Betsaida, e ele unta o barro, cospe nos olhos dele, ali, aquele lodo... Como é que você vê isso tudo? Esse pessoal ir numa igreja e já querer curar, e já achar que o caminho é esse?

P.R. – É, o caminho é esse, sempre o caminho do milagre. Mas é que nem uma vez eu dei um testemunho na minha igreja, antes de eu ser batizada. O lance, a cura não é essa. A cura para mim é à medida que eu comecei a sair de casa, a frequentar a igreja, a participar de um monte de coisas bacanas... a cura é dentro da pessoa, entendeu? A visão é dentro; não tem essa, a visão é muito mais além do que o olho, entendeu? Então eu me senti uma pessoa curada naquele momento, entendeu? Que eu era uma pessoa atuante, entendeu? Embora...

M.L. – Você se sentia útil também...

P.R. – Embora muitos deficientes não achem isso porque buscam, desesperadamente, a cura, a visão material. A visão espiritual também está lá, mas, às vezes, a pessoa não entende. É que eu tenho uma vida tão ativa, com tanta coisa que acontece e que já aconteceu, que às vezes tem coisas sendo secundárias, está entendendo? As coisas vão passando e o mundo vai rodando, então você tem que ir para outro lugar, se não, se você fica parado ali, você se afunda, você entendeu? Não dá para parar.

M.L. – E você teve essa ideia de querer a Bíblia em Braille? Já estava naquela sala...

P.R. – Na verdade, na verdade a ideia central não era minha. [risos] Falo a verdade. A ideia era deles, entendeu? Porque eu já tinha feito meu curso, entendeu? Tipo, isso já... para mim, já tinha solucionado na minha cabeça. Eu não tinha esse sonho de ter a Bíblia na mão. Não tinha, depois que eu passei do seminário, que eu vi que era uma coisa importante, que eu tinha

que estudar a Bíblia, assim. Porque o oral para mim era suficiente, era suficiente, entendeu? E aí eu fiquei chateada porque *eles* não tinham. Porque isso para eles era muito importante, entendeu? É diferente, entendeu? Não era isso mais, para mim não era mais isso. Eu já passei, eu já tinha passado, entendeu? Não é que a Bíblia não seja importante, mas para mim, não era mais importante com essa importância, esse sonho, sabe? De pessoas. Todo o lugar que eu ia, deficientes conversavam e falavam: “Pô, nosso sonho, nosso sonho, poxa, nosso sonho...”. E aí, eu comecei, não sei como que foi, eu comecei a me ligar na Sociedade Bíblica, assim, não sei, não me lembro. Eu sei que houve um comentário dessa Bíblia interconfessional, dos trabalhos da Sociedade Bíblica com essa moça que era radicalíssima. Que é a mesma do telefone que me convidou para fazer parte do grupo, e a mesma da igreja que queria fundar uma entidade, e que depois ela fundou mesmo, uma entidade Batista. E a mesma que foi contra as minhas ideias de sair da igreja, da igreja dela, e a mesma que chegou, falou para mim: “Não, a Sociedade Bíblica é uma entidade, você não conhece. Esses livros interconfessionais, são livros... como se fala, que não são canônicos, que não são voltados diretamente ao texto puro. Imagina, uma linguagem... eles têm agora uma linguagem de hoje.” Naquela época estava começando a surgir. “E é uma linguagem completamente chula, não tem nada a ver, uma coisa completamente nada a ver com a Bíblia, com o original.” Eu falei: “Como? Mas será?” [risos] Eu sempre fui assim, sabe? “Será?” Eu nunca acreditei muito no que me falavam. Eu só acredito quando eu presencio, entendeu? Eu vejo que aquilo é uma verdade para mim. Aí foi quando eu falei: “Não, peraí, peraí, o negócio, a entidade é nacional, é mundial!” Comecei a me envolver, a ter mais informações, a conversar com pessoas nas igrejas, falando: “Mas o que é isso, o que é a Sociedade Bíblica?” Um olharam para mim, “Ai que coisa horrível, esse pessoal é muito ecumênico!” Outras falavam: “Não, é uma entidade séria.” Foi quando, para ver se eu conseguia os livros que estavam lá na Regional parados, que era então convencional, pensei: “Bom vou ver se eu consigo uma doação para a gente colocar nessa entidade, ADEVEB, do Novo Testamento, que eram quatorze volumes. Quem sabe eu consigo franquear, ou eles me dão e de repente a gente consegue falar com os deficientes que têm essa ideia... pelo menos de nada, ter alguma coisa.” Aí, quando eu fui lá, conheci o Reverendo Ivan, num comércio que ele fazia. [risos] Nas reuniões políticas lá, e tal. Fiquei esperando um pouco por ele... não conhecia, também. Fui falar com todas as pessoas que iam lá falar com ele, para pedir alguma coisa, para pedir algum favor, para pedir folhetos. Todo mundo ia lá com o Reverendo Ivan. Era um cara de visão. Um político nato. [risos] Aí eu cheguei para ele, conversei e falei: “Ó, sou dessa entidade, tal.” E ele ficou fascinado,

assim, sabe? “Eu queria ver se o senhor não podia me ceder, sei lá.” Aí ele me cedeu, e aí eu voltei com essa resposta: “Pô, eu consegui, não sei o quê.” Mas aí depois eu decidi voltar de novo lá. Porque eu falei: “Pô, será que a gente é brasileiro, pessoal bem... terceiro mundo, ah, vai ver que o que não tem aqui, tem lá fora. De repente, Portugal, ah, sei lá. Em português.” Porque tinham umas coisas que estavam vindo da Igreja Luterana, algumas porções que também estavam escritas, nessas porções, Sociedade Bíblica. “Vai ver que tem lá, quem sabe?” Fui também em nome dessa entidade. Fui nessa entidade, conversei com ele e falei: “Ó, vou voltar lá e vou perguntar se tem.” Aí falei com o Reverendo Ivan de novo. “Ah não sei, mas eu vou falar com uma pessoa que viaja pelo mundo inteiro.” Para ver se tinha. “Aí você vem aqui.” Não sei se ele marcou pelo telefone, sei lá, ou eu fui lá. Eu sei que ele falou: “Você vem que a gente... eu vou conseguir com que você converse com essa pessoa.” Aí nessa cuca eu já tinha acabado o seminário, já tinha feito... estava estudando música. E aí encontrei com o Reverendo Giraldi, lá. Falei com ele: “Pô, será que tem, será que não tem?” Ah, já não estava mais namorando, ou não? Acho que eu ainda estava namorando. Não, eu já estava, eu vivi com um cara três anos. E era músico também, só que depois descobri que ele era viciado em cocaína. [risos] Aí não deu certo. Muito complicado. Depois eu parei de namorar, sabe? [risos]

M.L. – Desistiu.

P.R. – Fiquei um tempo. [risos] Eu sei que depois ele morreu de *crack*. [risos] A gente fala assim, com um certo humor, para não ficar uma coisa chata. [risos] E aí, conversei com o Reverendo Giraldi, e o Reverendo Giraldi: “Não, a gente não sabe se tem, mas a gente vai procurar se tem. Você entra em contato comigo, e tal, não sei o quê.” Aí era em Alphaville a sede, não sei como que foi, eu sei que de repente, em pouco tempo, eles... a gente começou a conversar muito sobre isso, e ele... eu fiquei em cima dele. [risos]

M.L. – Do Giraldi?

P.R. – Do Giraldi!

M.L. – Por que você achou que essa instituição poderia disponibilizar a Bíblia em Braille?

P.R. – Não, porque eu falei: “Pô, eu comecei a pesquisar, falar, pô, tem Bíblia em tudo quanto é tradução, em tudo que é lugar do mundo, pô, acho que eles devem ter.” [risos] É a dedução, não é? [risos] Bah! [risos]

M.L. – Bah, tchê!

P.R. – Se tem Bíblia em tudo que é tradução, por que não em Braille? Por que não? Se a gente é, se é um povo subdesenvolvido, por que aqui não tem, mas lá tem! Não é verdade? Aí o Reverendo Giraldi começou a girar pelo mundo e eu fiquei amiga da Dona Ester, que era a secretária dele, na Sede em Alphaville.

M.L. – Sim.

P.R. – A Dona Ester segurava qualquer pessoa na... para não conversar com o Reverendo Giraldi. Mas de mim ela ficou amiga, se identificou com a história, entendeu? [risos] E viu que eu era uma pessoa persistente, quase uma sarna. Porque eu ligava muito para ele, entendeu? E aí, e aí, e aí o pessoal me apertando. E eu falei para o pessoal lá: “Olha, melhor eu ir sozinha, porque muita gente falando, não vai dar certo.”

M.L. – Houve resistência da SBB no começo? Quem a apoiou?

P.R. – Apoi... o Reverendo Ivan apoiou. Inclusive o... depois o Reverendo Ivan me apoiava, pois eu trabalhava numa casa de recuperação de drogados. Aí eu mudei para a Igreja Presbiteriana do Brasil, lá em Guarulhos. E o meu namorado morreu de overdose, então eu comecei a me envolver com essas coisas. [risos] Tudo é fonte de aprendizado e a vida faz a gente se envolver com outras coisas para a gente aprender, então eu comecei me envolver, me envolver com o Reverendo Giraldi. Giraldi não, com o Reverendo Ivan por causa das Bíblias que ele distribuía, então eu fazia campanha na... para Vitória Altruísta, um negócio que veio dos Estados Unidos, de viciados. Traba... andava muito com ladrão, com ex-viciado [risos].

M.L. – Alguém que chegou...

[FINAL DO DEPOIMENTO]

APÊNDICE B – 2ª ENTREVISTA

2ª Entrevista: 22.10.2011

Nome da entrevistada: Paula Regina França Ribeiro

Local da entrevista: Museu da Bíblia, Barueri (SP)

Data da entrevista: 22 de outubro de 2011

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Professor Orientador: Amauri Carlos Ferreira

Entrevistador: Marcos Adriano Lovera

Transcrição: Marcos Adriano Lovera

Data da transcrição: 16 e 17 de março de 2012

Conferência de fidelidade: Quéfren de Moura

Data da conferência: 30 de abril e 1º de maio de 2012

Marcos Adriano Lovera – Paula, quantos anos você insistiu com a Sociedade Bíblica até chegar à produção da Bíblia em Braille? Quanto tempo isso levou?

Paula Regina França Ribeiro – O primeiro contato, assim, definitivo, depois que eu falei com o Reverendo Ivan e depois que falei com o Reverendo Giraldi, era para fazer uma pesquisa fora do Brasil, pois pensava que tinha a Bíblia em português fora do Brasil... foi o primeiro contato... foi, em média de 90, assim, 90. A concretização do contato, quando ele voltou com a notícia que fora do Brasil não havia a Bíblia completa em português, foi mais um menos em 91. Inclusive ele me convidou, ele fez até um texto me entrevistando, tal, aquela coisa toda de saber de uma pessoa que está interessada nesse tipo de tema... aí, tipo, isso foi em 91. Acho que uns dez anos, de nove a dez anos de insistências, sabe? E, tipo, aí, quando eles viram que fora do Brasil não havia completa, algumas porções, no caso da Bíblia que eu falei interconfessional que estava sendo distribuída pela Sociedade Bíblica e que era um convênio com a Sociedade Bíblica de Portugal, então essa Bíblia, inclusive eles venderam, eles doaram para várias entidades, até a entidade que eu fazia parte, a ADEVEB, eles também doaram. Então tipo, foi esse contato que a gente foi fazendo, fazendo e em média, a gente começou a conscientizar o... a Sociedade Bíblica, acho que foi em 91 também, onde a gente constatou que não tinha nada fora do Brasil completo. E foi quando ele falou: “O

que a gente gostaria de fazer?” No caso, eu, como representante das pessoas que tinham ido à Sociedade Bíblica. Porque antes disso, antes de eu entrar nessa conversa, já tinham ido alguns outros deficientes, não sei quantos, a média de quantos, mas eu sei que tinham falado com a Sociedade Bíblica. Mas não teve nenhum, assim, resultado, não sei por que, não sei qual é a motivação que não deu certo com essas outras pessoas. Eu sei que comigo, como eu entrei mais como representante da entidade e como, assim, um pedido, assim, uma coisa, eu sempre entrei na Sociedade Bíblica, assim, pedindo, nunca exigindo nada, e o que ele tinha comentado comigo é que muitos estavam exigindo uma coisa que pensavam que tinha no Brasil. Mas eu, com ele, com o Reverendo Giraldi e mais contato com uma série de pessoas no Brasil, vendo se tinha ou não Bíblia completa, constatei que realmente não tinha entendido? Então era uma defasagem que estava acontecendo muito grande. Então aí a gente começou a conversar sobre isso, a... eles me perguntarem como seria, o que seria melhor. Para... não sei por que também, eles me acharam uma pessoa confiável. Não entendi, não sei, não sei. Eu sei que a coisa foi rolando tão rápido, tão naturalmente assim, que o Reverendo Giraldi chegou para mim um dia, nessa época também a filha dele, a Alice, também trabalhava, e ela também se identificou muito comigo. E aí chegou um dia, ele falou isso para mim: “Paula, o que você acha?” – eu estava representando essa ADEVEB, como relações públicas dessas pessoas – “que você acha, qual tradução poderia ser melhor?” Eu falei: “Olha, sinceramente, pela dificuldade que eu tenho, que eu tive, de não ler livros direito, de nunca ter material, eu copiava todas as minhas coisas, ou a mão ou ficava sem texto”, sei lá, eu falei para ele: “Olha, tinha que ser uma linguagem bem, assim, acessível.” Porque o que eu... primeiro eu conversando com as pessoas, mesmo que pessoas que enxergavam, eles diziam que a Bíblia era uma... um livro com os textos muito rebuscados, que não se entendia bem o que queria dizer aquilo, entendeu? Era uma coisa, assim, meio, meio distante. A pessoa achava bonitas as palavras, mas a essência da coisa, não se entendia. Então, eu falei: “Eu acho que seria legal uma coisa mais simples. Se houvesse, não sei se isso existe...” Aí foi quando ele falou assim: “Olha, nós temos uma Bíblia que chama Linguagem de Hoje”. Eu não conhecia o texto, tá? Da... assim, tinha ouvido um pouquinho, de ler aqui e ali, mas muito pouco. Não tinha aquela coisa de... aquela fluência. Era um livro muito combatido naquela época da... assim, uma tradução, na verdade. Muito combatido naquela época pelos tradicionais das igrejas. Então, aí eu falei assim: “Bom, se esse tipo de texto existe, seria legal para as pessoas entenderem melhor.” E ele explicou que a Bíblia, a Linguagem de Hoje, era uma Bíblia mais acessível, em que todos os tradutores tinham feito uma pesquisa com as pessoas nas ruas, sobre como

elas falavam. Eu falei: “Pô, isso é legal!” E aí começaram a vir as ideias – eu sou cheia de ideias – e eu falei: “Pô, de repente, também isso vai ajudar o deficiente visual a ser alfabetizado!” Começou na... sabe? Uma coisa na outra. E aí o que eu fiz?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

P.R. – O que eu fiz? Eu conversei com esse pessoal dessa entidade que eu representava e falei: “Olha, está com essa proposta de ser esse texto.” Eles ficaram assim: “Ah, não! Imagina, um texto deste, a gente queria realmente uma outra tradução, uma mais que a gente usa em nossas igrejas, e tal.” E, na verdade, eu via que o pessoal, assim como eu, não estava me excluindo, estava incluindo. Seria uma coisa mais legal de se ter na mão, pela dificuldade que a gente tinha de leitura... ter uma coisa mais acessível para a gente entender. Porque o que adianta o livro a gente ter na mão e não entender? Aí foi quando eu realmente falei assim: “Bom, eu estou achando que não vai dar mais para eu continuar com esse trabalho com essa entidade.” Eu me afastei desse trabalho, da... coloquei algumas pessoas que eu já via que estavam capacitadas para trabalhar lá no meu lugar. Vi que estava, já estava andando, que não ia acabar o projeto que eu tinha desenvolvido com eles lá. E falei: “Não, agora vou me isolar. Eu vou estar na fase de eu começar a andar sozinha para ver se eu consigo chegar aonde eu tenho que chegar, que eu não sei onde que é...” [risos] Porque, é assim, eu falei: “Pô, mas eu preciso ver com o jeito que eu tenho, já que tiveram outros deficientes que foram e não foram ouvidos, do jeito que eu sou... não sei como é, mas eu sei que eles ouviram o que eu falei. Então é entrar e ficar, e aguardar, como uma pessoa aguardando um presente para ser doado. Então eu vou aguardar para ver o que vai ficar, mas não pode ter que ser muita gente falando, porque se tiver muita gente falando, vai negatar tudo isso que estou aos poucos conseguindo. Essa confiabilidade e o projeto em si.” Aí foi quando eles começaram a me consultar, para várias coisas: o que poderia ser, como poderia ser, e a, tipo assim: “Paula, vamos fazer essa Bíblia mesmo?” Eu falei: “Não, vamos.” Eu sabia que oitenta a noventa por cento daquelas pessoas que eu era representante naquela entidade eram contra. Mas devido ao que eu achava que era importante, eu falei: “Não, vamos fazer isso aí! E se é isso que o senhor quer...” ainda falei isso para ele, eu lembro assim: “Se é isso que o senhor acha bom, e é uma Bíblia que vocês estão querendo lançar no mercado, é toda assim numa linguagem acessível, eu acho que isso aí vai ser bom, eu acho que vai ser bom, pelo lance de fazer uma coisa de alfabetização, um projeto de alfabetização com os deficientes.” Porque... tendo essa Bíblia na

mão... porque eu achava que ia ser uma coisa rápida... [risos] a gente vai poder ler melhor! E aí foi assim: a gente, eles começaram a fazer uma cotação aqui no Brasil, pois eles não queriam fazer fora do Brasil. Fizeram a cotação com uma entidade muito forte aqui em São Paulo. Eu tinha alguns amigos nessa entidade que era forte em São Paulo, que trabalhavam com a parte de publicações nessa entidade. É... não, eu não gostaria de falar, esta, dessa, dessa...

M.L. – Tudo bem.

P.R. – Porque é um bastidor da história. Pode ser citado, mas o nome é complicado se citar, entendeu? E eu sei que foi feita uma cotação para eles fazerem, acho que eram cinquenta livros, e os números seriam bem maiores. A quantidade de livros da Bíblia no total seria cinquenta, cinquenta volumes a mais, uma coisa assim, eu não me lembro direito. Mas o preço seria... era exorbitante, assim! E, na verdade, como me falaram, falaram assim: “Olha, sinceramente, eles realmente aumentaram porque eles acham que a entidade tem dinheiro e a gente...” Eu falei: “Não!” O Reverendo Giraldi e a equipe chegaram para mim e falaram: “Paula, é o seguinte: o que você acha dessa entidade?” Eu já tinha a informação dos bastidores, pois eu entrei... eu entrava em muitos lugares. Assim, agente secreto. [risos] Aí eu falei: “Não, não é legal fazer ali não porque estão querendo tirar dinheiro de vocês.” Não era esse o objetivo; eu queria que tivesse o livro, não que tirassem o dinheiro deles. Aí foi que ele falou assim: “Ah, então vamos ver fora do Brasil, pois tem uma entidade de voluntários nos Estados Unidos que faz esse tipo de livro, eles vão fazer para a gente! Você ficaria com a gente, trabalhando?” “Eu ficaria”, eu falei. Comecei a trabalhar na Sociedade Bíblica como voluntária. E fiquei um bom tempo trabalhando.

M.L. – Não lembra a data?

P.R. – Ah, em datas eu sou péssima. Eu sei que, tipo, foi a partir de 92, 93. Não, 92 mais ou menos. Aí começamos a fazer, ver o que era melhor. Aí eu conheci toda a parte de estrutura de publicações, e eu fiquei fascinada, é um negócio muito bacana! E eles me explicando como que era o serviço deles, que eu também não tinha noção nenhuma, entendeu? E me ensinando como poderia ser, e como eu poderia ajudar e qual era a minha opinião sobre isso, aquilo, como seria o papel, como seria isso, como seria aquilo. Até então a gente estava pensando que

iria ser uma coisa super-rápida. Aí foi quando também eu conheci o Rudi, que eu chamo ele de Rudi porque realmente a gente era amicíssimo no começo, ele não era Secretário. Ele estava vindo dos Estados Unidos e a mulher dele também há pouco tinha falecido, sabe? Umassas coisas assim. A gente ficou amigo mesmo, ele começou a me ensinar assim como ele ensinou várias pessoas da Sociedade Bíblica, inclusive o Paulo Teixeira, que foi aluno dele, também. A gente era amigo, assim, de conversar, de bater papo, tomar café juntos. Todos os três, então, aí, o Cláudio Morgenstern, com quem também eu trabalhei, que era um crânio, o cara. Aí, tal, ficamos amigos, começamos a conversar e eles mandaram... começaram a mandar os textos para os Estados Unidos. Só que, assim, lá é um trabalho bacana, mas tipo assim, eu tinha que mandar daqui para lá, toda a codificação que usava aqui em São Paulo, aqui no Brasil, entendeu? Porque o Braille é uma coisa muito específica na hora que se acentua as letras e tem sinais específicos. Você não... não é que nem usar o “a”, o “a” tem a bolinha, então você coloca o risquinho para a direita, para a esquerda, essas coisas todas para dar a acentuação. Não, são sinais específicos. Para as vogais, entendeu? Então, cada, cada vogal, dependendo da, como é... na... no país, ela tem um acento, um sinal específico completo, entendeu? O “a” tem cinco sinais diferentes para falar que é “a” grave, “a” agudo e tal. E eu tinha que passar tudo isso para eles lá. Aí o que acontecia, eu fazia eles mandarem imprimir lá o primeiro livro, eu acho que é... foi o de Salmos. Foram classificando quais eram os livros mais cotados, mais lidos, então eles me deram o primeiro livro para eu ler, de Salmos. Então, primeiro eles mandaram imprimir lá. Depois essa impressão veio para o Brasil, e essa impressão eu revisava e aí, eles me ensinavam como que era revisar, como que era contar onde tinha erro, as linhas, as palavras etc. Mas era um trabalho muito complicado porque eu tinha que mandar tudo que estava errado para eles. E aí o Rudi, ele fazia isso por escrito e depois mandava para eles lá, por e-mail, entendeu? Então era... nossa... era muito. Eu sei que o livro de Salmos demorou uns dois anos. Aí depois decidiram fazer Rute. Um trabalho muito longo, entendeu? Porque que eu achava, pô, de repente a tecnologia de fora era melhor que a nossa, você está entendendo? Era... ia ser muito mais rápido fazer lá fora. E pelo contrário, entendeu? Tudo tinha que passar aqui. Era uma coisa tipo formiga: ia para frente, voltava para trás, ia para frente. Aí aquilo já estava me dando desespero. Aí, tipo assim, quando eu me afastei lá dessa entidade, eu me afastei com a intenção de falar para eles: “Olha, eu vou para lá, mas eu vou para trabalhar para que vocês tenham logo esse livro”, entendeu? E eles me cobravam, entendeu? Me cobravam. E ligavam, falavam: “E aí, quando vai ser?” Tá! E no mesmo tempo, nesse tempo aí que eu estou falando tudo isso, eu era voluntária e tinha

uma pessoa que revisava junto comigo. Que é o que não enxerga que enxerga junto com o texto matriz. Eu estudei, eu gosto muito de música, sempre gostei; eu também estudava música. Estudava música. Fiquei um bom tempo na escola, escola de música convencional, não foi assim conservatório, nada. E aí eu aprendi, eu sou autodidata na musicografia braille; peguei os sinais do Braille, da musicografia braille, que existe toda uma... também tabela de coisas de braille. E eu aprendi, eu aprendi a musicografia braille, fiz um curso por correspondência. O que também era uma coisa muito rara, também esse negócio de musicografia, no Brasil, em São Paulo, principalmente. Tinha uma entidade em São Paulo, que é a Dorina Nowill, que fornecia alguns livros de musicografia, métricas, essas coisas todas. Mas foi muito difícil também estudar música. Porque não tinha livro para estudar etc. E eu não queria estudar, sabe, por... já fazia tudo em áudio, áudio sem audiodescrição... era tudo escola convencional, copiando, ouvindo e tal. Eu queria ter a partitura, sabe? Que nem eu estava fazendo com a Bíblia. Então eu comecei a me envolver com partituras, com música... eu tipo, eu estudei primeiro instrumento, foi flauta doce, depois violão, depois eu fui estudar flauta transversal... fiquei um bom tempo estudando flauta transversal. Tocava já legal, já e todas as partituras eu copiava a mão. Eu perdia tipo 1 mês de aula para copiar as minhas partituras, sabe? Em vez de estudar o instrumento, até que eu consegui um dos primeiros métodos de flauta transversal do Brasil que eu... o meu professor me orientava e eu ia lá nessa entidade e pedia. Os preços dessas coisas eram supercaros, sabe? Desses métodos. Então, muitas vezes eu ia lá, conversava com as pessoas e eles me franqueavam. Então era tudo... foi muito complicado, e a minha opção a partir desse momento que eu comecei a estudar música era fazer tudo, tanto a Bíblia, ter a Bíblia em Braille, como as partituras em braille, e se não tinha eu ia me acabar para ter, entendeu? Eu comecei a fazer um trabalho, assim, tanto com a Bíblia como com a musicografia. Tinha coisas que existiam já editadas, pouquíssimas coisas. Eu pegava nessa entidade e colecionava. Quando eu pegava alguma coisa de alguém que estudava música e não estava mais usando, eu guardava também para mim, sabe? Fui fazendo um acervo de partituras, de coisas. Então, tipo assim, aí eu comecei [risos] a colocar na minha ideia: “Tenho que fazer um acervo de musicografia braille”, entendeu? Assim, uns dez, sei lá, demorei uns vinte anos para fazer isso. [risos] Tipo, então aí eu fiz essas coisas simultaneamente. Estudei vários instrumentos para desenvolver métodos, partituras de vários instrumentos para ter. Porque eu falei: “Pô, não tem, não tem, sei lá, de bateria.” Eu não estudei bateria, mas, tipo, eu ia lá atrás do professor referência que tinha um método bacana e resgatava aquilo, e pedia para transcrever no meu nome, entendeu? E falei: “Bom, o que não

tem?” Outros instrumentos, foram vários, entendeu? Coisas que eu não estudava ou coisas que eu achava interessante estudar para pesquisar o instrumento. E transcrever, transcrevia. Aí, no mesmo tempo, a transcrição com a Bíblia em braille. Mas nada estava andando, entendeu? Aí, como eles iam fazer cinquenta anos no teatro ali no Anhembi, vieram várias caravanas e tal, aí a filha do Rev. Giraldi já me conhecia, já tinha ido a alguns recitais que eu tinha feito, tal, e ela falou assim: “Paula, você não gostaria de tocar no evento, lá? Para que desse uma ênfase de como que é um deficiente ativo, e tal, faz as coisas, tal. Você não gostaria de tocar?” Falei: “Ah, eu não, não é? tal.” – “*Mas toca!*” Ela insistiu, insistiu. Falei: “Está bom, vou tocar.” Mas eu pensei que era uma coisa simples, entendeu? Não tinha... eu sempre nunca tenho ideia do que estou fazendo, entendeu? [risos] Onde eu estou, o que estou fazendo. Mister Magoo, mister Magoo mesmo, sabe assim? Então, [risos] aí tipo assim: “Está bom, vamos fazer isso aí.” E aí eles aproveitaram isso também para falar que em pouco tempo a Bíblia em braille já estaria completa e que os Salmos já estavam prontos, mas não estavam ainda totalmente prontos, entendeu? Foi uma coisa para dar um chute, assim, um acordar. Aí eu fui lá, eu sei que eu recebi a partitura pelo correio. Eu copiei a mão e o meu professor estudava comigo a partitura, só que eu nunca consegui passar com ninguém essa partitura dessa música que eu ia tocar na flauta. Era eu tocando solo, e falaram: “Ah, você vai tocar com alguém, lá, e tal.” Aí no dia que eu fui ensaiar, aí que eu fui [risos] me dar conta que eu tinha que tocar junto com a orquestra e coro. [risos] De mais de, tinha acho que umas duzentas pessoas de coro, umas cento e poucas pessoas na orquestra com duas regências. E eu fui ensaiar na igreja Assembleia de Deus e, tipo assim, quando eu vi aquilo, eu falei: “Nossa, não tem condição de tocar com essa gente, não!” [risos] Aí fui falar com um dos maestros, porque eu fiquei tão nervosa! “Não, minha filha, se acalma, não sei o quê.” Falei: “Não maestro, mas eu, moço, não era isso, eu pensei que era uma coisa menor...” – “Não, não, mas você vai tocar tudo em casa, você vai tocar, não tem problema, não sei o quê.” Bom, isso era um sábado. Aí eu voltei para a minha casa. Era aquela *Mais perto quero estar*. É isso, é acho que é: tã-rã-ra-ri-ra-rã, sabe? Tã-ri-ra, eu não sei o nome dessa música, eu não me lembro mais.

M.L. – É do Jairinho. Eu acho que é.

P.R. – Tã-tã-tã-tã. Tã-rã-ra-ri-ra-rã, sabe? Aí, tipo, eu lembro que o maestro até fez um outro arranjo, um outro tom para que eu pudesse tocar com a flauta, era em “fá”, ele deixou para... ah, eu não lembro! Eu sei que é isso, o evento ia ser dos cinquenta, era numa quarta-feira, eu

fui fazer o ensaio num sábado. Fiquei desesperada como eu ia dar conta daquilo. [risos] Aí, voltei para minha casa, falei para a mãe: “Mãe, canta aí que eu quero tocar junto”, pois eu não conseguia tocar junto com alguém fazendo alguma coisa, entendeu? [risos] Aí eu fiquei estudando. Estudei, estudei. Aí cheguei lá no evento, toda aquela badalação lá no Anhembi, telão, não sei o que lá. Aí eu falei: “Pô, eu acho que eu não estou preparada.” [risos] Mas tudo bem, vamos lá. Aí, eu falei: “Bom, de repente o maestro que falou lá comigo pode me ajudar, não é verdade?” [risos] Aí eu fiquei, levei a minha partitura na mão, fiquei estudando, estudava, estudava, no meio dos músicos. Ficava lá... eles tocando os hinos de abertura e tudo, e iam ficar todos posicionados. Eu fiquei lá no meio deles para estudar. Eu sei que a gente combinou de dar uma passada antes do evento, assim. Não conseguimos, pois os músicos não chegaram no horário. Eu só consegui afinar o instrumento e esperar a coisa acontecer. Aí eu falei: “Bom, vou chamar um dos maestros, que é aquele que conversou comigo, para ele me ajudar.” Aí chamei: “Ó, maestro Massambani”, da igreja Assembleia de Deus: “Dá para o senhor me ajudar?” Ele falou: “Mas como eu vou ajudar você?” Eu falei: “Eu não sei, sabe? Mas o senhor tem que me ajudar.” Entendeu? Aí ele falou: “Tudo bem, na hora que você for tocar, você me chama que eu te ajudo.” – “Tá bom.” Na hora que eu fui tocar, o público todo, falaram da Bíblia, daquela coisa toda que ia rolar e tal. O público todo, aquela coisa. Tinha acho que umas cinco mil pessoas no público, dentro do teatro, e umas outras quatro mil nos telões fora. Aí você se sentia assim: “*Uau!*”, falei assim. E eu assim, ó, tremendo, apavorada, “O que vai acontecer?” Aí, tipo assim, na hora em que eu fui tocar, eu falei: “Chama o maestro.” Ninguém achava o maestro. Todos os telões chamem o maestro Massambani. E agora? E eu falei: “Bom, o que pode acontecer? Eu faço de con... eles tocam, eu faço de conta que estou tocando e o microfone para, entendeu?” [riso] Uma estratégia. Aí de repente ele apareceu e falou assim para mim: “Olha, eu não sei como que eu vou te ajudar, mas eu, olha... você.” Ele ajoelhou no chão assim, foi coisa de Deus mesmo. E começou a reger pelas minhas costas e batia as... os cortes, porque eu estava apavorada, é tocar com a orquestra sem saber as paradas sabe, porque tem os cortes da música, tudo. Aí ele fez tudo cert... essa regência. E o público adorou, queria bis. Eu falei: “Não, mais um e eu morro, eu desmaio.” Aí... [risos] aí foi muito bom, muito bom, aquela coisa toda, aquela ovação, aquela coisa toda. E foi, assim, bacana, um momento bacana. E o pessoal todo perguntando da Bíblia, e quando eu saí de lá, falei: “Mas e aí, não tem nada!” [risos] “Não tem ainda nada. Puxa, mas que coisa, não tem nada.” Aí eu comecei a apertar: “Vamos fazer? Quando que vai fazer? Não, nós vamos fazer fora do Brasil, acho que é muito melhor.” Eu falei: “Está bom, então vamos esperar mais um

pouco, esperando, esperando, esperando, esperando.” Eu sei que nas minhas esperas eu comecei a aprender mais o trabalho, comecei a ser a pessoa que lê as cartas. Na Sociedade Bíblica sou eu que leio as cartas em Braille. E a gente transcrevia essas cartas, cópias dos que enxergam, e fazia a correspondência. Via os materiais que tinha de áudio, via toda essa... essa consultoria toda, comecei a avaliar para eles. O que seria bom e o que não seria.

M.L. – Nesse período você já tinha perdido de novo a visão?

P.R. – Ah é, perdi de novo a visão. Aí, aí foi uma coisa mais definitiva. Eu tinha só uma lateralidade de olho que via luz, claro, escuro... eu já tinha operado e já tinha perdido de novo. Também foi um baque legal na minha vida, mas falei: “Bom, tem que continuar a viver.” E dentro desse contexto aí eu fui aprendendo as coisas da Sociedade Bíblica. Tudo que eles me ofereciam, porque eu achava fascinante. Tudo, tudo, como eles faziam as traduções, tudo, tudo. E aí a gente ficou esperando fazer o [livro] de Rute. Eu sei que também depois veio o de Jonas e nada. A Bíblia completa, nunca, entendeu? Nunca. Em contrapartida, fui continuando a fazer a minha... o meu acervo musical de partituras. Aí comecei a... já estava... eu nado. Já estava nadando, fazendo hidroginástica – um monte de coisa que eu faço – em uma academia que não é especializada para deficientes visuais também, então. E nada da Bíblia, até que um dia me ligaram e falaram: “Pô, e a Bíblia?” Começaram aquela coisa, sabe? E a Bíblia? A Bíblia, a Bíblia. E nada da Bíblia. E eu falei, eu lembro que eu falei com algumas pessoas da Sociedade Bíblica: “Quando que isso vai acontecer?” Porque nunca acontecia. “Não, mas a gente está providenciando, a gente não tem verba. A gente está para conversar sobre isso, sobre a verba, porque essa verba é uma verba muito alta, e ra-ra-ra, não sei o que, não sei o que lá.” – “Mas poxa, vocês me prometeram! E eu falei para eles que também isso ia acontecer e não acontece nada! Como que pode?” – “Não, não, mas vai acontecer, vai acontecer, vai acontecer.” E aí, como eu falei, eu tinha o telefone do Rev. Giraldi, da casa dele, que a Dona Ester tinha me dado. Tentei falar com o Rev. Giraldi várias vezes no escritório dele e nada. [emoção] Eu falei: “Tá bom, eu decidi.” Falei: “Eu decidi.” Chorando, chorei muito por isso, sabe? Foi uma coisa assim, sabe? Que acontece. [emoção] Era muito complicado. Você esperar muitos anos para a coisa acontecer. Não para você, para os outros, entendeu? Entendeu, então, complicado. [emoção] E eu falei para o reverendo: “Olha, é assim, vai ser assim. Se isso não se resolver daqui a uma semana, eu não vou mais ficar.” Decidi para mim mesma. Não, no osso. Porque isso aí é uma mentira. Falar numa coisa que

não existe? Para que essa propaganda toda, entendeu? No meu ponto de vista. Aí eu falei: “Não, eu vou ligar para o Rev. Giraldi, para a casa dele e vou conversar com ele. Não vai ser de pastor para a ovelha, não vai ser nada não. Vai ser de pessoa para pessoa”, entendeu? De pessoa comprometida para pessoa comprometida. Aí eu liguei para a casa dele. Ele gosta muito de mim. Aí, tipo, eu falei: “Ó, reverendo, é o seguinte: a partir de hoje, não trabalho mais, nem de voluntária, nem de nada. Cansei, entendeu? Para mim isso aí tudo é uma mentira, uma balela. O que vocês me prometeram, o que eu prometi para eles, não é verdade, então, estou fora, entendeu? Muitos anos eu estou esperando isso e eles também. A necessidade é deles, não é minha.” Entendeu? Eu falei: “Não quero mais trabalhar.” Ele disse: “*Mas Paula!*” – “Não, eu não acho certo.” Agora eu falei para ele, falei para ele, fui bem disciplinada: [risos] “Agora o problema, eu entrego nas suas mãos, a responsabilidade é sua, viu? Porque o senhor que me prometeu.” A primeira vez que eu encontrei com ele na... [emoção] lá na Regional, ele me prometeu entendeu? [emoção] Ele falou: “Não, nós vamos arrumar.” Entendeu? Eu confiei, pô. Eu falei: “Pô, mas quase dez anos esperando? Não!” Falei: “Eu não aguento mais isso. Isso é mentira demais. Porque para mim...” – eu falei para ele: “... esse negócio de tocar e fazer badalação em festa, isso aí não resolve nada, não tem nada a ver comigo”, eu falei para ele. “Isso aí é para gente que tem cabeça fraca, essa vaidade eu não tenho.” Falei para ele: “Ficar no meio de badalação não me interessa, eu não sou pessoa assim.” Não sou mesmo. [emoção] Aí eu falei para ele: “Eu não quero mais trabalhar, e a partir de hoje, não vou mais trabalhar. E agora a responsabilidade é sua, tá?” [risos] Foi bem assim: “Eu não quero...”

M.L. – Foi uma palavra que marcou, foi um marco na...

P.R. – “Eu não quero mais saber, não quero mais saber.” Ele... ele... se for conversar com ele, não sei se ele vai falar isso, mas é verdade. “Estou falando, agora não quero mais saber. Lavo as minhas mãos, tá? E o senhor, durma com isso.” [risos] “Boa noite para o senhor.” [risos] Porque eu estava doida, sabe? Muito tempo esperando. Depois que eu falei, desliguei, falei: “Nossa, coitado! O cara tem setenta anos, como que eu vou fazer um negócio, falar essa essência dele.” Maior respeito por ele, tá? Mas, sabe, quando você não aguenta mais o negócio? Aí eu falei: “Bom, aí tal.” Eu soube depois que no dia seguinte tinha muitas coisas na pauta da reunião lá que eles iam fazer sobre coisas que iam acontecer, e tal. O primeiro assunto que ele pegou foi esse. O primeiro assunto que ele fez, arrumaram dinheiro não sei de

onde. Foi, acho que cento e sessenta mil, não sei. Colocaram seu Célio para ir lá na Europa para fazer pesquisa. E eles decidiram que não ia ser mais fora do Brasil, pois não estava resolvendo mesmo, entendeu? Porque na verdade, eu acho que esse pessoal da direção sabia, mas não sabia a fundo, do que... pensava que o que estava acontecendo fora do Brasil estava sendo uma realidade, entendeu? Sendo uma coisa efetiva, que estava andando. Daí eu expliquei para eles: “Não, isso não está acontecendo. Está demorando demais, não tem condições de eu ficar passando o negócio daqui para lá, essa situação, sendo que inglês não tem acento. A gente passar tudo isso para lá sendo que pode fazer tudo aqui.” Falei: “Pô, por que não pode fazer aqui?” Aí eles compraram a impressora grande, a impressora industrial, depois compraram uma pequena e aí me chamaram, como *freelancer*, e falaram: “Olha, Paula, nós estamos fazendo já a compra.” E eu falava assim para eles: “Eu só acredito vendo.” Entendeu? “Eu só acredito vendo e só vou ficar mais um tempo aqui se realmente isso aí for verdade. Se não for, também estou saindo de banda.” Aí foi quando eles me chamaram para fazer... como seria o papel, como seria o formato, como seria a diagramação, como seriam as linhas, quantas linhas seriam, quanto o rodap... porque o Braille convencional, a paginação é no lado superior direito. E a gente optou por fazer a numeração no lado inferior direito para que a pessoa paginasse, já achasse o número da página. Fizemos uma série de adaptações, coisas assim que a gente começou a ver que... eles me davam essa licença de trabalhar com eles e de entender qual era a minha dificuldade quando eu pegava um livro em Braille, entendeu? Os livros, os versículos, os versículos eram dentro do texto que iria ficar muito... que o texto é muito... o Braille é muito denso, de informações, então, tipo, eles tiraram a numeração de dentro do texto para colocar nas laterais. A gente fez uma pesquisa também de livros que tinha fora do Brasil, também em Londres, e tal que também usavam esse tipo de diagramação assim da numeração lateral e o rodapé para orientar as pessoas; a gente bolou tudo isso. Em cima de tudo isso a gente montou também um guia de leitura. Com todo o vocabulário e mais a reformulação da diagramação da Bíblia, da Bíblia não, do livro em Braille. Porque o livro, na verdade, não era assim. O livro mais fino seria de 30 linhas, mais com 35, 40 toques de percurso assim, horizontal. Porque o livro que tinha do Braille, que tinha na literatura normal, era largo, grande, feio, completamente sem portabilidade, embora a Bíblia fosse um livro grande. Aí, tipo, fizemos também a divisão dos livros, quantos volumes seriam. E assim foi, entendeu? E acho que em um ano a gente conseguiu formalizar tudo isso, formatar tudo isso. E aí eu comecei a revisar. Eu também sou revisora, já tinha experiência. Aí ia revisar, trabalhava de segunda a segunda. Trabalhei durante nove meses, de segunda a

segunda, entendeu? Em média de cinco a seis horas por dia, porque depois eles me consideraram gente grande. “Ó, nós temos, também, nós te damos um tempo. Tempo é isso, nove meses.”

M.L. – Diante disso tudo, qual é a importância da Bíblia em braille, no seu entendimento, na vida religiosa da pessoa com deficiência visual?

P.R. – A vida religiosa, tudo depende de como ela encara. Se é uma coisa importante, realmente, isso. Eu acho que, no caso de algumas pessoas, é o lance de mudar de vida mesmo, de ter uma coisa, um texto que ela pode tocar e ler e se sentir identificado. Assim como uma pessoa que enxerga. Porque é tudo, as pessoas são iguais, dependem só... a deficiência não muda nada. Agora o fato de o deficiente ter a Bíblia completa, eu acho que ele se tornou, na cabeça dele, um cidadão completo, entendeu? Não só na parte religiosa, entendeu? Porque é um reconhecimento de que ele existe, entendeu? E eu até estava vendo agora, na revista, tem um negócio sobre línguas minoritárias, então a pessoa gosta de ler conforme a língua do coração, aquela coisa toda. Então, a Bíblia é uma coisa que a pessoa, tateando a Bíblia em braille, no caso, ela se sente mais identificada, também é independente, porque a pessoa não fica dependendo de alguém para ler aquele texto. Embora muitos gostem também de áudio. Então, mas eu acho que o fator de se ter, mesmo a pessoa não ter na casa dela a Bíblia completa – porque os livros são parcelados, a pessoa... é um só livro que a pessoa recebe –; depois disso tudo que aconteceu, o deficiente, acabou em, de três em três meses, tendo um roteiro de cadastramento e recebimento. Então, tipo assim, ele demora para receber, acho que cerca de quatro anos para ter uma Bíblia completa. O esquema que a Sociedade Bíblica fez para o cara ter a Bíblia completa. Acho que você... mas ele tendo um livro, mas ele sabendo que ele tem todos, que ele foi... que realmente reconhecerem que ele é uma pessoa, entendeu? Que ele precisa daquilo. É muito bom, é muito importante para a cabeça dele.

M.L. – É um impacto social.

P.R. – É um impacto social. Eu lembro que quando a gente lançou essa Bíblia, primeiro no Memorial da América Latina, foi um fato histórico, aquela coisa toda. E, nossa! O pessoal ficou muito emocionado, inclusive eu, porque, puts, um trabalho desse, na minha cabeça... Mas eu lembro que falou no Fantástico, em alguns jornais, então aquilo foi fomentando,

entendeu? Nas igrejas, embora no primeiro momento eles não tenham... tiveram aquela coisa de querer aquele texto. O fato de ser deficiente não tira o preconceito da cabeça do pessoal. Mas eu, com o tempo eu vi que as pessoas começaram a ler, que as pessoas começaram a mandar as cartas e vi que muitas pessoas, foram alfabetizadas mesmo, entendeu? Tipo, Norte, Nordeste, não tem muita entidade de deficiente que alfabetiza e... pelo menos naquela época. Não sei como está agora, mas, tipo, é uma coisa assim muito distante de São Paulo. Sul e Sudeste o pessoal tem mais informação. E lá não. Então a gente recebia cartas, assim, muito... coisas, erros terríveis, tanto de braille, de sinais de braille, como de alfabetização. Eu vi que eles melhoraram.

M.L. – Você acha que a Bíblia em braille influencia a vida do deficiente que é alfabetizado?

P.R. – Sim. Não, e mal alfabetizado também! Entendeu? Não só a parte... veja bem, eu não considero só a parte espiritual. As duas coisas tem que andar junto, entendeu? Então, ela, a Bíblia, ela foi uma coisa modif... assim, um motivo para que eles se alfabetizassem mais e para que eles também chegassem perto de Deus, entendeu? Então, tipo, são as duas coisas que estão andando juntas. Porque, na verdade, eu acho assim, a pessoa que enxerga, ela já foi alfabetizada, ela lê a Bíblia, ela... para ela, é uma coisa tão comum ter livro na mão, ter livro, ter placa, ter. A gente não tem nada disso. Então, tipo assim, para o cara que enxerga, é uma coisa assim que toca. Agora, o fato de o cara ler o livro religioso mais o fato de ele não ter... uma coisa, acho que uma coisa mais profunda, entendeu? Entendeu o que eu estou falando? É mais profunda no sentido, assim, não tirando a importância da parte espiritual, mas como a pessoa não tem as duas coisas, se torna uma coisa, uma redundância, entendeu? Para o deficiente, entendeu? Uma coisa de ser reconhecido, porque o deficiente muitas vezes é excluído, tanto pela sociedade, e às vezes, muito mais pela família, entendeu? Então é complicado isso.

M.L. – E para você, Paula, como foi ter participado desse projeto todo sabendo a influência que isso poderia trazer na vida das pessoas; quer dizer, a Bíblia em braille agora disponível? Como foi para você, Paula, quer dizer, a influência que você pôde ter, a importância que isso tem para a vida das pessoas... a sua realização, o seu sentimento sobre isso de ter agora o texto completo e saber que isso pôde, pode ajudar e você pôde ajudar tanta gente?

P.R. – Olha, sinceramente, eu não gosto de ficar pensando muito nisso, entendeu? Não gosto, entendeu? Não gosto. Eu, às vezes, quando eu venho nesses eventos como eu vim hoje aqui, para mim é muito tocante. Você vê, de repente você é um ponto de referência para eles também, entendeu? Então eu não gosto de ficar pensando, porque é uma coisa muito grande, na verdade. É uma coisa muito... é um diferencial de vida. É uma coisa que você chegou com um compromisso, entendeu? E é melhor a gente nem pensar.

M.L. – E você conhece pessoas que já foram impactadas, já testemunharam isso para você, também deficientes visuais?

P.R. – É, de escrever carta. Falar: “Olha, depois que eu li a Bíblia em braille, eu mudei”, ou “Depois que eu recebi a Bíblia em braille, eu estou estudando melhor.” Entendeu? Sabe essas coisas, assim? E gente que escreveu assim: “Ah, por favor, orem por mim porque eu sou deficiente visual, eu não aceito a minha cegueira, e tal.” E depois a pessoa escreve de novo: “Não, mas agora a coisa está melhor porque eu estou lendo a Bíblia.” Sabe assim? É complicado, mas, tipo assim, eu não gosto de ficar pensando, não gosto, não gosto. Acho que é melhor não pensar, porque senão, se eu ficar pensando, eu não faço as outras coisas que eu tenho que fazer, entendeu? Porque isso daí nada mais é do que uma coisa que aconteceu, que eu ajudei a cooperar, na parada toda. Fui uma pessoa motivadora, pelo meu jeito de ser, que eu sou muito, eu sou muito atrevida no que eu faço, assim, vou atrás mesmo, entendeu? Mas veio uma coisa lá de cima falando para que eu vá... não é uma coisa assim aleatória: Vá! Entendeu? É uma coisa que eu sinto: faça isso ou faça aquilo. Olha, agora é o momento certo de você ligar para o fulano de tal, como aconteceu na Sociedade Bíblica. Antes de acontecer isso, muitas pessoas... e eu ligava no momento certo, entendeu? Aconteceu isso, entendeu? Então, mas eu não gosto de ficar pensando, não gosto também de ser uma... não quero me considerar uma pessoa... me considerar uma pessoa melhor do que as outras. Aquelas babaquices todas, não quero. Não quero isso na minha vida, entendeu? Eu venho, eu faço, às vezes as pessoas ficam me assediando um pouco, sabe? Eu não gosto, não gosto, acho chato, chato porque na verdade eu não sou nada disso, entendeu? Eu fiz o que eu tinha que fazer. E pronto, acabou, não tem nada mais para fazer. É que nem aquele lance lá do texto, do servo inútil, aquela coisa toda. Não tem nada. A gente fez o que tinha que fazer, pronto, acabou, não tem nada e eu estou fazendo ainda, entendeu? O problema é esse, a minha consciência é essa. O que eu fiz? Ah, comecei alguma coisa que estou fazendo, não acabou. Foi o caso assim...

depois eles me efetivarem aqui, eu sou agora consultora aqui dentro da Sociedade Bíblica, não só na área de publicações, mas ação social etc. E ao mesmo tempo, trabalho aqui no Museu. Trabalhar, trabalhar, representar a Sociedade Bíblica num monte de lugares. Fazer exposição aqui para os deficientes também tocarem. São coisas, são milhares de coisas que você tem que fazer, não é uma só. A Bíblia é... foi uma coisa, entendeu? Não desmerecendo ela, entendeu? Mas, é um quebra-cabeça que a gente vai montando, entendeu? Tem um monte de coisa para fazer, entendeu? Não tem fim.

M.L. – Talvez, pegando essa sua palavra para a gente fechar, então, a última pergunta seria: no seu entendimento, qual a relevância, então, da Bíblia em braille para a vida das pessoas que estão tendo esse acesso?

P.R. – Como assim?

M.L. – A relevância, a importância, você entende ou não, que é importante a pessoa ter esse texto? E isso é útil para a vida da pessoa?

P.R. – Sim, aliás, não só a Bíblia, qualquer coisa de informação, e essa era uma informação que estava faltando. Porque, na verdade, muitas pessoas estavam esperando isso aqui no Brasil. Muitas pessoas em Portugal também estavam. Muitas pessoas estavam nos países que falam o português na África. Se eu não pensar que isso é relevante, isso daí é muito importante para eles, *muito, muito importante*. Não sei a dimensão, não sei, mas eu sei que é uma coisa... você viu o grau das pessoas que estavam aqui nesse evento. Eles não vieram só pelo evento; eles vieram por causa da Bíblia. Museu da Bíblia. Então, e a gente, que nem, nós tentamos também fazer com que a Palavra de Deus ficasse viva através do Concurso Literário, que eu desenvolvi junto com a Sociedade Bíblica. Através do pessoal de teatro, pessoal de teatro que veio aqui não sabe de Bíblia, só de teatro. E eles fizeram uma contestação, contextualização, contextualização que fala, é isso? Para que essa coisa ficasse viva, pois só vai marcando. Aí o cara vai lá no texto em braille e lê. “Pô, foi esse texto aqui que foi lido.” Então, eu acho que é uma coisa... eu acho que deve de ser uma coisa muito importante para eles. Sabe, mundialmente, porque a Sociedade Bíblica vive distribuindo isso pelo mundo inteiro. Então, a nossa Gráfica, aqui, a impressora nossa... estão com duas impressoras grandes, industriais. E esses livros são exportados, entendeu? Então, tipo, é relevante. As

peessoas mandam cartas, mandam cartas de Portugal porque lá não tem a Bíblia completa também. Entendeu? É complicado, é muito, é muito, mas é melhor nem pensar. [risos]

M.L. – Está bom Paula, eu agradeço.

P.R. – É isso que você queria?

M.L. – Isso. Agradeço a oportunidade.

P.R. – Espero que tenha surtido efeito, que a coisa role bacana e que eu tenha sido útil mesmo, entendeu? E que o meu depoimento não seja muito chocante, porque eu sou muito direta. É o jeito, também, de eu ser, de trabalhar, de fazer todas as coisas que eu tenho feito. É o jeito de eu... é o jeito que eu consegui fazer minhas coisas. [risos] Em cima disso, hoje, só para concluir, eu ainda tenho mais um trabalho que eu estou fazendo, que não é com Bíblia. É esse negócio de musicografia braille. Então, eu tenho, eu trabalho numa escola em que eu dou aula de musicografia braille para pessoas que enxergam. Então, aquele menino, Rafael, é meu aluno. E a gente imprime partituras que eu transcrevo, porque também não tem no Brasil. Entendeu? São coisas muito mais profundas. E o que acontece, que o deficiente passa... ele não tem nada viu? Ele não tem, não tem. Não pense que ele tem, não. Que a Bíblia, inclusive os deficientes, vivem falando: “Não pode ter uma outra tradução? Não pode ter um outro livro?” Entendeu? Tem coisas faltando que, veja bem, a Sociedade Bíblica tem quantas traduções em português? Assim? Livros?

M.L. – Três.

P.R. – E desses livros, não tem um monte de outras publicações? Aventuras da Bíblia, um monte de coisa para criança. Não tem nada, só tem uma Bíblia na linguagem de hoje para o deficiente. É pouco também, entendeu? Então, é por isso que falei: “não fiz nada.” [risos]

[FINAL DO DEPOIMENTO]

APÊNDICE C - 3ª ENTREVISTA

Entrevista: 10.06.2012

Nome do entrevistado: Maria das Graças Cal Dias

Local da entrevista: Rodovia Raposo Tavares, km 26, nº 26.200 - Cotia - SP

Data da entrevista: 10 de junho de 2012

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Professor Orientador: Amauri Carlos Ferreira

Entrevistador: Marcos Adriano Lovera

Transcrição: Débora Cecchin Lovera

Data da transcrição: 16 de agosto de 2012

Conferência de fidelidade: Quéfren de Moura Camargo

Data da conferência: 25 de setembro de 2012

Marcos Adriano Lovera – Irmã Maria das Graças, em que cidade a senhora nasceu e desde quando ficou cega?

Maria das Graças – A minha cidade de origem, onde eu nasci, se chama Ervalha. Devido à minha deficiência, quando nasci, assim, enxergava um pouco, mas como era deficiente, deveria ter uma especialidade para mim na escola. Então eu mudei para Belo Horizonte com 5 anos. Lá fui criada, e meus familiares também mudaram para lá... meus pais. E na minha escola fui... entrei para estudar no instituto São Rafael, havia 6 anos, estudar em braille. Foi por isso que meus pais mudaram, para também me favorecer.

M.L. – Então a reação da sua família quando percebeu que a senhora tinha visão baixa foi de tomar uma providência para levá-la a um lugar que pudesse lhe dar assistência.

M.G. – Sim.

M.L. – E a senhora então teve a oportunidade de estudar e frequentar uma escola, no caso, o Instituto São Rafael, em Belo Horizonte, desde os 6 aninhos de idade?

M.G. – Desde os 6 aninhos de idade.

M.L. – Quais, irmã, as suas maiores dificuldades quanto a essa questão da leitura, aprendendo o braille? Em que a senhora encontrou mais dificuldade naquele início?

M.G. – Tive mais dificuldade no início com a separação dos meus pais. Quando... primeiro por que eu deveria ficar interna, por que meus pais não poderiam me buscar a cada dia, por que tinha meninos menores do que eu e eu era a mais velha... então, nesta separação, a cada fim de semana, assim, às vezes uma semana sim, uma semana não, e quando chegava a hora da separação, que era... para mim e para meus pais era muito duro. A gente começava a sofrer na véspera. Na janta, às vezes que eu estava triste, o outro ficava triste, a gente via que o ambiente ficava triste, até minhas próprias irmãzinhas pequenas. Então foi a coisa mais dura, a separação. A primeira dificuldade.

M.L. – A alfabetização abriu novos horizontes para a senhora? E quais foram?

M.G. – Muitos, porque em braille eu poderia... posso e... sentia que poderia me defender em qualquer coisa. Eu já não era mais aquela pessoa que não sabia ler. Que precisava depender lendo, escrevendo. E até mesmo para realizar o meu sonho, que eu tanto desejava, assim, de ser uma religiosa... desde pequenina. Então, se eu não soubesse braille, para mim iria ser uma dificuldade, porque eu poderia vir aqui e aprender em braille mas, para mim, era mais dificultoso, porque eu ia aprender depois de grande. E quando era criança, tudo quando é criança se torna mais fácil.

M.L. – Qual a relação entre a cegueira e a importância da religião na sua vida?

M.G. – A importância da cegueira é ter sabido aceitar e assumir. Mesmo com a dificuldade, porque a gente passa um pouco de dificuldade não vendo... Muitas vezes querendo ver e não pode, mas, assim, eu tive muitas pessoas que me amaram, me deram carinho, como meus pais e tantas outras pessoas no colégio, em que eu era rodeada de carinho, então me ajudaram a aceitar e assumir a minha própria deficiência. Agora, como religião, eu me sinto contente porque eu cheguei até o ponto que eu queria chegar. E jamais quero desistir e sinto, assim, uma alegria interior, porque diz que a exterior demonstra... a exterior demonstra a interior,

então eu sinto alegria imensa porque muitas pessoas continuam ainda me ajudando com a sua compreensão.

M.L. – Antes de ter a Bíblia em braille ao seu dispor, como a senhora estudava a Bíblia? Como era essa experiência?

M.G. – Ah, para mim era um pouquinho mais difícil porque todas as pessoas que eu pedia para ler liam com boa vontade. Sempre liam com boa vontade e me ajudavam com boa vontade, mas nunca é como a própria pessoa ler. Se tenho dificuldade naquela frase, vou lá, voltei e vou naquela frase, vou com o dedo: “Ah, essa aqui eu gostei mais, essa aqui me chamou mais atenção.” Então, a pessoa, por mais que a pessoa lia, não podia “Ô, fulana, lê para mim de novo?”, e podia ir atrás, liam... liam e leem com facilidade, com disponibilidade, mas nunca... é diferente se a pessoa tem na própria mão e lê a qualquer dia a qualquer momento.

M.L. – Sendo uma cristã católica, uma religiosa, que sentimento a senhora tem pelo texto sagrado?

M.G. – Ah, eu tenho um sentimento, assim, de coragem. Que na Palavra de Deus ele me incentiva a cada dia a viver. Principalmente, ele me confirma, tem uma coisa do evangelho, que ele me confirma dizendo: “Vem a mim, eu sou, se sentir seu fardo pesado, vem a mim.” Depois fala: “Eu sou o caminho, a verdade, e a vida.” Quer dizer, eu posso caminhar com coragem, posso caminhar com a esperança porque ele é o meu caminho, ele me ajuda. Ele é meu apoio e será o meu apoio sempre e a minha esperança.

M.L. – Como a senhora ficou sabendo que existia a Bíblia em braille? E quem fez seu cadastro para a senhora passar a receber o texto bíblico impresso em braille?

M.G. – Ah, foi uma missionária aqui, uma irmã dessas que, assim, nossas, da nossa congregação que ficou sabendo e perguntou se a gente queria cadastrar, e aí ela foi e pôs o nosso nome lá, o nome de cada uma. Não só o meu, mas o das minhas companheiras também. E assim a gente começou a receber, ficou em contato com eles pelo telefone. Depois um dia a gente foi lá, fez fotografia. E ficamos quase a tarde toda lá.

M.L. – Desde que a senhora passou a receber a Bíblia em braille, qual importância isso passou a ter na sua vida?

M.G. – Ah, importância que passou a ter em minha vida, que eu também estava me sentindo útil. Quer dizer, eu também posso. Eu também tenho como ler. Eu também sei, assim, quando a pessoa marca ou vai dar qualquer palestra, vai a tal lugar na Bíblia, eu também sou capaz de ir lá e procurar e dizer: “Eu também tenho possibilidades.”

[FINAL DO DEPOIMENTO]

APÊNDICE D - 4ª ENTREVISTA

Entrevista: 12.06.2012

Nome do entrevistado: Nelson Brasília

Local da entrevista: Praça de alimentação, shopping Osasco - Osasco - SP

Data da entrevista: 12 de junho de 2012

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Professor Orientador: Amauri Carlos Ferreira

Entrevistador: Marcos Adriano Lovera

Transcrição: Priscila Cecchin Lovera

Data da transcrição: 19 de agosto de 2012

Conferência de fidelidade: Quéfren de Moura Camargo

Data da conferência: 25 de agosto de 2012

Marcos Adriano Lovera – Senhor Nelson Brasília, em que cidade o senhor nasceu e desde quando ficou cego?

Nelson Brasília – Interessante sobre a cidade da qual me dá origem, porque é mais de uma, embora só se possa nascer em uma. Eu nasci em São Manuel, estado de São Paulo. De pequenino vim para São Paulo, depois voltei novamente, só que desta vez, já para Barra Bonita, vizinha de São Manuel e, depois, então, voltei para São Paulo. E hoje estou em Osasco. Então, na verdade, nasci em São Manuel. Eu perdi a cegueira... eu perdi a vista, fiquei cego, eu tinha meus três anos de idade. Acidente doméstico. É... na cidade de São Manuel. Nesta região, diga-se de passagem, fala-se cidade, mas eu sempre morei no meio rural. Sempre no campo, sempre na roça. Na roça eu perdi a visão!

M.L. – Qual foi a reação da sua família com essa experiência e que providência eles tomaram?

N.B. – Muito bem! Disse que morava na roça. Agora vamos considerar a roça uma família de trabalhadores rurais, operários do campo. Aqui em São Paulo, nós moramos em fazenda, e os operários, lá, os empregados, tinham o nome de colono. Então meu pai era colono. Não era

assalariado. Ele era uma espécie de... dividia com o dono da fazenda o que ele produzia. A fazenda dava o café. Uma porção de pés de café que meu pai teria que cuidar e, em compensação, a fazenda deixava que meu pai plantasse no meio do cafezal o que ele quisesse. Mas o que ele quisesse era sempre arroz, milho, feijão e mandioca, que servia para o sustento. E após a colheita do café, depois que a fazenda apurava o lucro dela, então ela pagava um percentual para o meu pai. É engraçado que isso tinha um nome interessante, chamava pagamento geral. Porque esse pagamento era feito sempre na véspera do natal. Então, era o pagamento do ano. E lá nós chamamos de *pagamento geral*, que era quando as pessoas recebiam. Aquele que não tinha se socorrido da fazenda durante o ano recebia seu dinheiro por inteiro. Mas quem se socorria antes, e hoje nós chamamos de vale, tirasse vale... então, já não tinha seu pagamento por inteiro. Sendo assim, eu fiquei doente nos meses de abril e maio daquele ano, quando eu tinha 3 anos de idade, isso nos anos 52, 53. Naquela oportunidade, meu pai não tinha dinheiro, então nós não tínhamos recursos. Fomos para o hospital da pequena cidade. Lá no hospital da pequena cidade, não fui atendido ao contento. Alguém conseguiu ajudar meu pai, que me trouxe pra São Paulo, mas quando eu cheguei a São Paulo, já não tinha mais possibilidades. Então adquiri a cegueira. A família ficou desorientada, a família ficou... realmente se perdeu. A família até hoje, passados tantos anos, quase 60, a família até hoje não se conforma, porque eles entendem que talvez eu não devesse ter ficado cego. Eu também não gostaria de ter ficado, mas, infelizmente, era o que tinha que acontecer. Faltaram recursos.

M.L. – Durante... depois desse período, o senhor teve a oportunidade de frequentar uma escola e aí estudar braille?

N.B. – É... na minha vida tudo que se acontece é quase que romanesco. É quase uma, é quase uma história, é quase um filme. Eu vivia lá pelas fazendas junto com a minha família na casa dos meus pais, junto com meus irmãozinhos, e eu queria frequentar a vida normal diária deles. Lá na fazenda nós recebíamos, pela vontade do dono da fazenda, nós recebíamos um professor. Professor rural. Professor escolar que tinha essa prática. O fazendeiro contratava para ir alfabetizar as crianças. Me parece que tinha até incentivo do governo nesse sentido. E eu via que os meus irmãozinhos, os meus coleguinhas, todos iam para a escola. Todos. Mas eu não podia, porque eu era cego, eu não podia. Então eu ia, me sentava na porta da escola e ficava ouvindo a professora dizer: b com a faz ba, b com e faz be, b com i faz bi. E eu ficava

maravilhado com aquilo. O que é b, o que é a, o que é bi. Quando os meus irmãozinhos voltavam da escola, os coleguinhas: “O que é um b?” Então meu irmãozinho pegava meu dedo e tentava traçar na mesa o sentido do b. Mas aquilo não entrava na minha cabeça. Aí, um dia, isso eu já tinha meus 9 anos, veio visitar minha casa um tio do meu pai, tio-avô meu que morava em São Paulo, e disse ao meu pai: “Olha, o teu filho, apesar de cego, também pode estudar.” Meu pai achou um absurdo. Minha mãe achou um absurdo. Aí ele chegou para mim e disse: “Você quer aprender a ler?” Falei: “Ah, quase já sei porque, ó, b com a faz ba, b com e faz be, b com i faz bi.” “Não, você sabe falar, mas é ler mesmo.” “To falando...” “Não.” “Mas se eu pegar o papel, eu olho aqui e não vejo nada.” “Não... existe um jeito lá em São Paulo onde você passa a mão e você vai sentir. Você quer?” Falei: “Vamos hoje!” (risos) Aí meu pai (risos) não gostou porque eu já senti rapidamente... (risos) Minha mãe também não gostou. Mas, com isso, meu tio me trouxe para São Paulo e fui internado no Instituto Padre Chico, exclusivamente para alfabetização de crianças cegas. Ali no Instituto Padre Chico, para ser sincero, eu fui alfabetizado rapidamente. Porque finalmente eu pude saber o que que era b com a faz ba, b com e faz be. Eu fui sentir o que era letra. As freiras e as professoras me ensinaram. Com 15 dias eu já sabia escrever todo o alfabeto braille. Todo. Com 15 dias eu já conseguia ler cartilha. Isso com os meus 9 anos. Então eu não tive nenhuma dificuldade de alfabetização. Absolutamente nenhuma. Dominei o braille assim que eu tive o contato com ele. E ali dentro do Padre Chico tinha-se o governo municipal, o governo federal e o governo estadual, mantinham uma escola normal. Uma escola, não só de alfabetização, como um curso primário completo e curso ginásial. E eu fiz meu curso primário, e meu curso ginásio todo em braille ali dentro do Padre Chico.

M.L. – A alfabetização lhe trouxe novos horizontes, não é? O que o senhor vislumbra com esses estudos?

N.B. – Bom, é evidente que todo aquele que sabe ler tem a oportunidade de conhecer tudo que o homem cria. Tem a oportunidade de conhecer tudo que Deus permite ao homem descobrir na face da terra. É claro que a partir do momento que eu fui estudar, fui estudar... fui tendo conhecimento daquilo que a vida nos proporciona. Os horizontes são amplos. Os horizontes são enormes. Tanto que eu, ali, aprendendo o braille, eu ali sendo alfabetizado e eu ali fazendo meu curso primário, meu curso ginásial, pude fazer depois, saindo dali, um curso de

técnico. Técnico em contabilidade. E depois pude fazer o curso superior. Sou formado em Direito.

M.L. – Qual a relação entre a cegueira e a importância da religião e da religiosidade na sua vida?

N.B. – Olha aqui, quando cheguei ao Instituto Padre Chico, eu ficava espantado de ver tanta gente cega. E eu tinha, inclusive, por incrível que pareça, dó de encontrar aqueles ceguinhos, embora fosse eu também um ceguinho. E fazia de tudo para evitar que os meus coleguinhas trombassem numa mureta, batessem a perna. Mesmo eu também não vendo. Mas eu tinha aquela acuidade de ajudá-los. E eu não gostava que os ceguinhos se machucassem. Quando eu comecei a ver toda aquela cegueira... até aquele momento eu imaginava que no mundo só existia eu de cego... que não tinha mais ninguém... mas quando eu fui lá ver aquele monte de gente, eu comecei a achar, então, que havia uma injustiça na face da terra. Para que cego... porque eu, lá na fazenda, na casa do meu pai, embora cego, ia ao pasto, eu pegava o cavalo, e eu ia ao chiqueiro e tratava dos porcos, eu tratava das galinhas, ajudava meu pai no amanho das cabras que ele tinha, ia para o café, ajudava na colheita do milho, do feijão, do arroz. Eu não tinha obstáculo. Para mim era tudo normal, eu só não via. Eu só não via. Meus irmãos pulavam o buraco, eu pulava também. Mas às vezes a extensão do buraco era muita e eu caía dentro, mas era normal porque meu irmão me mandou pular. E eu comecei a sentir a cegueira quando me deparei com os outros meninos cegos. Não gostei de saber que tinha cegos. Fiquei chateado. Comecei a ficar nervoso. Uma vez um menino foi correr, nós tínhamos umas portas de vidro... ele bateu a testa na porta de vidro, a porta de vidro quebrou e ele passou com a cabeça... quase que ele morre estrangulado naquela porta de vidro. Aí eu fiquei super-revoltado. Foi quando na missa do domingo o evangelho foi sobre o cego de nascença. Aí o padre leu, leu, leu, leu, leu, falou, falou e teve um determinado momento em que alguém pergunta para Jesus: “Por que que este homem é cego? É porque ele pecou ou porque os seus pais pecaram?” Jesus disse a ele: “Não, ele não é cego nem porque ele pecou muito menos porque seus pais pecaram. Ele é cego apenas para cumprir a vontade de Deus.” Então eu senti que eu também era cego e que nós todos ali éramos cegos para cumprir a vontade de Deus. Foi onde a religião interferiu e eu pude aceitar a cegueira.

M.L. – Antes de ter a Bíblia em braille ao seu dispor, como o senhor estudava a Bíblia? Como foi essa experiência?

N.B. – Lá no Instituto Padre Chico... era um colégio, embora tivéssemos os nossos professores, mas a administração do lar e a administração espiritual eram feitas por freiras religiosas da Irmandade de São Vicente, pelas Vicentinas. Então as irmãs, no sentido de nos manter sempre ocupados, não bagunçando, não fazendo barulho, depois da aula matinal que nós tínhamos, aula normal de 1º, 2º e 3º ano, na parte da tarde, depois do almoço, nos davam cursos de catecismo, a tarde toda. E nesse curso de catecismo nós aprendíamos a ler a Bíblia. Nós ficávamos lendo a Bíblia. Existia Bíblia em braille, um ou dois volumes, que a irmã dava cada dia para um dos meninos ler. O menino ia lendo e a gente ia repetindo. Ele ia lendo e a gente ia repetindo. De tal forma que a gente chegava a decorar trechos da Bíblia. E eu não sabia que aquilo era estudo bíblico. Eu fui saber que isso era estudo bíblico depois de me tornar adulto, quando me deparei com a Bíblia. Mas eu tenho a Bíblia já de ensaio e de estudo desde a minha adolescência, desde a minha infância, praticamente.

M.L. – Sendo um cristão católico e com experiência no espiritismo, que sentimento o senhor tem com o texto sagrado?

N.B. – Catolicismo, espiritismo, judaísmo, hebraísmo, evangelistas... são todos ismos e ita, e estas que o homem cria. A religião é uma, a religião é Deus e na terra é Cristo. Eu aprendendo a ler a Bíblia, aprendendo a ler a Bíblia decorando os trechos da Bíblia, buscando significados de parábola... eu encontrei um dia a doutrina espírita. Dentro da doutrina espírita eu não só fui aprender o significado desta ou daquela parábola, deste ou daquele preceito pregado por Cristo. Não só fui aprender o significado como eu fui entender o porquê Cristo deu este preceito, o porquê Cristo contou aquela parábola. Em que momento, em que circunstância, o que queria ele com aquilo. O que queria ele que nós fizessemos com aquilo. O espiritismo, em segundo, o catolicismo primeiro, me deram orientação da Bíblia, me mostraram a Bíblia, me mostraram o evangelho. Mas o espiritismo me mostrou o porquê da Bíblia e o porquê do evangelho. Não só como assimilar, mas como viver a Bíblia, como viver o evangelho. Mas não viver como ficar gritando “o sangue de Cristo tem poder”, não. Viver entendendo o porquê o sangue de Cristo tem poder. Essa é a finalidade da religião pra mim.

M.L. – Como o senhor ficou sabendo que existia a Bíblia em braille e quem fez seu cadastro para o senhor passar a receber o texto bíblico impresso em braille?

N.B. – Bem, agora, aqui, então nós já vamos falar de uma entidade em particular, não só a Bíblia. Então a Bíblia eu sempre conheci. Mas então vamos falar da Sociedade Bíblica do Brasil. A Sociedade Bíblica do Brasil apareceu para mim vindo através de um amigo. O meu barbeiro. Eu cortava o cabelo, e aí um dia, discutindo Bíblia... esse meu amigo era evangélico. Ele e toda a família dele. Ele cortava o cabelo e tinha os três filhos que também cortavam o cabelo, que também eram barbeiros junto com ele. Então eu ia lá cortar cabelo e era um falar de Bíblia e um falar de evangelho e um falar de religiosidade o tempo todo. Eles começavam a conversar, então eu começava a discutir de maneira diferente com eles. De maneira diferente, a minha maneira de ver o evangelho. A minha maneira de ver os preceitos e as colocações que a Bíblia e o evangelho trazem. Aí um amigo perguntou: “Você tem Bíblia em braille?” Aí eu falei: “Não, não tenho.” “E como é que você sabe tanto?” “Não, eu não sei é nada. Eu estou aprendendo com vocês. Vocês vão falando e eu vou ouvindo.” “Pois eu vou te dar uma Bíblia em braille.” Então ele ficou de me dar uma Bíblia em braille. Mas o que ele me deu foi o seguinte: ele me deu um telefone e eu liguei para esse telefone e atendeu como Sociedade Bíblica, e eu perguntei se lá tinha Bíblia em braille. Sim, tinha Bíblia em braille. Então eu tinha interesse de ir lá buscar. “Não vem buscar, a gente manda pra você.” Então me passaram para um departamento chamado “Ação Social”. Lá eu fiz um cadastro. Só que eu fiz um cadastro para receber a Bíblia completa porque eu queria ministrar estudos bíblicos com outras pessoas. Mas acho que a atendente lá não atendeu direitinho (risos) e me fez um cadastro e começou a me mandar os volumes mensalmente. “Me manda os volumes da Bíblia.” Foi assim que eu tive o contato com a Sociedade Bíblica.

M.L. – Desde que o senhor passou a receber a Bíblia em braille, qual a importância do texto, agora impresso, à sua disposição? Como é para o senhor ter esse texto ao seu dispor?

N.B. – Bem... antes de receber a Bíblia eu já tinha o Novo Testamento com os quatro evangelhos, Atos dos Apóstolos e as Cartas de Judas, João, Pedro e Paulo. Eu já tinha. Mas eu tinha extrema curiosidade e extrema vontade de ler o mais. De ler Gênesis, de ler Deuteronômio, de ler Êxodo, de ler Números, de ler Provérbios, de ler Salomão. Eu tinha uma extrema vontade de ler o Velho Testamento. Agora eu comecei a receber a Bíblia. Embora eu

receba volume a volume, de quando em quando me chega um. Já recebi Provérbios, já recebi Deuteronômio, Levítico, já recebi Gênesis, já recebi Êxodo. A facilidade que eu tenho hoje de não ficar só buscando na memória aquilo que eu gravei pelas incessantes leituras que eu fiz no Instituto Padre Chico... hoje eu tenho à minha disposição. Posso ler, entender e conversar sobre a Bíblia com muito mais particularidade.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

APÊNDICE E - 5ª ENTREVISTA

Entrevista: 17.06.2012

Nome do entrevistado: Evânio de Oliveira

Local da entrevista: Rua das Dálias, 363 - Bairro Montreal - Sete Lagoas - MG

Data da entrevista: 17 de junho de 2012

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Professor Orientador: Amauri Carlos Ferreira

Entrevistador: Marcos Adriano Lovera

Transcrição: Débora Cecchin Lovera

Data da transcrição: 16 de agosto de 2012

Conferência de fidelidade: Quéfren de Moura Camargo

Data da conferência: 25 de agosto de 2012

Marcos Adriano Lovera – Senhor Evânio de Oliveira, em que cidade o senhor nasceu e desde quando ficou cego?

Evânio de Oliveira – Nasci em Cachoeira da Prata, e perdi a visão do olho esquerdo com mais ou menos três ou quatro anos de idade. Bati, correndo atrás de uma cabeça de boneco... bati o rosto na pilastra e perdi a visão do olho esquerdo. Não houve... não se procurou tratamento e, assim... vim para Sete Lagoas, mudei para Sete Lagoas.

M.L. – Qual foi a reação da sua família e quais providências tomaram?

E.O. – Até então, essa não foi uma providência. Não tomaram providência nenhuma com relação a essa perda da visão do olho esquerdo.

M.L. – E o senhor tinha que idade mais ou menos?

E.O. – Eu estava nessa faixa, de 3 a 4 anos de idade.

M.L. – Posteriormente, o senhor perdeu mais a visão? Como foi isso?

E.O. – Perdi totalmente a visão do olho esquerdo. E como eu estava com essa idade, de 3 ou 4 anos, eu me acostumei com a visão do olho... só do olho direito, e eu pensei que todo mundo enxergasse só de um olho. Não tive, assim, problema nenhum, até então.

M.L. – Então a família acabou não tomando uma providência de médico, para fazer o algum tratamento ou cirurgia, mesmo?

E.O. – Não.

M.L. – O senhor teve a oportunidade de frequentar uma escola e estudar braille?

E.O. – Estudei depois que perdi a visão do olho direito, já morando em Sete Lagoas. Estudei na escola Nardi Meireles. Hoje ela não existe mais, aqui em Sete Lagoas. A escola viu que estava com muita dificuldade para ver com o olho direito, com que eu estava enxergando, e me levou ao oftalmologista, e lá constatou que eu estava perdendo mesmo a visão do olho direito. Eu tomei uma vacina na escola num dia, no outro dia, não sei se foi, se houve uma consequência da vacina, não posso dizer porque ninguém... os pais não levaram para o médico poder avaliar, e no outro dia, já não estava enxergando mais nada. Fui para a escola e foi normal, como nos outros dias. Fui para a escola junto com minhas irmãs e, no meio do caminho, eu falei para minha mãe: “Mãe eu não estou enxergando mais.” Aí ela falou assim: “Você está brincando?” “Não, eu não estou enxergando mesmo.” E eu peguei... mesmo assim... eu fiquei na casa de uma tia minha. Ela levou minhas 3 irmãs para a escola. Inclusive, uma delas também é a que tomou vacina e, também, perdeu a visão, e eu fiquei na casa da minha tia. Ela levou os meus irmãos para a escola e voltou e me pegou, e a gente foi para casa. E aí não tomou, assim, na hora, aquela providência. Só descobriu mesmo porque eu continuei sempre fazendo minhas artes. Subindo em árvore, correndo... continuei, mesmo sem ver, continuei fazendo as minhas artes. Só descobriu mesmo que eu não estava enxergando mais porque eu... é... papai me chamou para sair, e foi um dia de chuva, e quando ele me chamou para sair, eu saí com ele e ele me chamou e eu até entrei para o meio do mato, e ele me chamou e mais para o meio do mato eu fui. Ele mandou que eu parasse, e eu parei, e ele falou comigo: “Evânio, está acontecendo com você o quê?” Eu falei assim: “Eu não estou enxergando nada.” Foi aí que tomaram providência de me levar para um tratamento, mas não tinha mais condições. E com relação a ter estudado em escola braille, a escola onde eu

estudava, aqui em Sete Lagoas, que era escola normal, não é... para pessoas que enxergam normal... providenciou essa escola lá em Belo Horizonte, o Instituto São Rafael. Ali eu estudei e fiz a alfabetização e...

M.L. – O senhor tinha que idade nessa época?

E.O. – Nessa época eu estava com 13 para 14 anos.

M.L. – Quando começou a estudar o braille, quais foram as maiores dificuldades de que o senhor se lembra?

E.O. – A maior dificuldade foi ficar longe de casa, longe da família, porque lá eu estava como internato, não é? Ficava numa escola interna lá.

M.L. – A alfabetização abriu novos horizontes? Quais?

E.O. – Com certeza. É, um deles, eu me vi, assim, mais na condição de eu mesmo escrever as minhas cartas e enviar minhas cartas para as pessoas. Eu mesmo fazia os meus... as minhas contas, e dava os meus resultados. Então, tudo isso para mim foi importante.

M.L. – Qual a relação entre a cegueira e a importância da religião na sua vida?

E.O. – Ó, a... no caso, quando eu mesmo, não vendo, é... eu vejo da maneira assim: que eu preciso, necessito mesmo de ter, de conhecer mais da Palavra de Deus. Mesmo não tendo visão. Porque eu vejo que a gente precisa de procurar mais a conhecer a... da Palavra de Deus. E... não me impede, de forma alguma, de andar por aí e dizer para as pessoas que é... mesmo eu, sem ver, dizer para as pessoas que Jesus salva, Jesus cura e que Ele liberta.

M.L. – Antes de ter a Bíblia em braille ao seu dispor, como o senhor estudava a Bíblia? Como foi essa experiência?

E.O. – Muito bom. Eu... nos cultos na igreja, eu ouvia a mensagem, e ouvia a mensagem e fazia anotação em braille. Do texto, do capítulo, do versículo, do livro. E aí, quando eu

chegava em casa, eu pegava alguém, pedia para poder ler para mim aquele versículo e, depois, aquele capítulo, aquele capítulo ali, para eu conhecer. E depois de conhecer a minha dificuldade, eu pedia para alguém ler para mim aquele texto, porque eu ia copiar aquele texto. Eu precisava de alguém ler e eu ia escrevendo aquele texto. Para que, mais tarde, eu pudesse, sozinho, eu mesmo estar lendo e fazendo o possível para poder decorar a maior parte do texto. Porque eu sabia que eu ia precisar de levar uma dessas palavras para alguém depois.

M.L. – Sendo um cristão evangélico, que sentimento o senhor tem em relação ao texto sagrado?

E.O. – O que eu vejo, o que eu vejo, aliás, assim, quando eu, como quando eu entrava dentro da igreja, no início, bem no incincho da minha conversão e que pregavam, pregavam aquele texto lá em... lá no livro de Marcos, no capítulo 10, a partir do versículo 46, eu ficava pensativo: “E aí?” Ficava perguntando para mim mesmo: “E aí? Será que as pessoas estão olhando para mim? Será que as pessoas estão me vendo nessa condição de, é... eu vou ver agora, eles vão ver, vai acontecer um milagre agora comigo?” Então, eu olhava aquilo, ali, então... e para início, dava aquela coisa em mim: “Eu não vou voltar mais na igreja não. Porque, só porque entrei na igreja, estão pregando esse texto.” Então, é um sentimento que eu tinha, até que eu comecei a entender que eu precisava de conhecer mais a Palavra de Deus, que um capítulo solto ou um versículo solto, é... não ia me trazer conhecimento grande, igual preciso conhecer. Então, até então, eu tinha esse sentimento.

M.L. – Como o senhor ficou sabendo que existia Bíblia em braille e quem fez o seu cadastro para o senhor passar a receber o texto bíblico impresso em braille?

E.O. – Eu vi uma entrevista pelo rádio, e essa entrevista foi feita na CBN. Até quando eu ouvi, eu ouvi foi de madrugada essa entrevista. E... me parece que foi o diretor-geral da SBB, e ele dando entrevista que estava sendo criada a Bíblia em braille, e a Bíblia em braille, ela seria distribuída gratuitamente, principalmente para as bibliotecas públicas. E o custo dessa Bíblia para a gente ter, na época, era de 1.900 reais, e eu observando aquilo, eu fiz questão de gravar aquilo em fita para eu conseguir pegar o endereço para eu entrar em contato com a Sociedade Bíblica para fazer o pedido. Eu não sei o nome da pessoa que eu... é... que me atendeu, mas eu, tanto eu fiz em carta, eu escrevi uma carta usando a máquina de datilografia

e escrevi à tinta, porque eu pensei comigo: “A pessoa que vai receber essa carta lá provavelmente não deve conhecer do braille.” Eu pensei dessa forma. Então, fiz questão de escrever e fiz contato por telefone também.

M.L. - Desde que o senhor passou a receber a Bíblia em braille, que importância isso teve na sua vida?

E.O. – Para mim, é um presente; eu falo que é um presente e eu falo até com aperto no peito de emoção. Porque é tão valioso, é tão valioso a gente ter acesso à Bíblia, que é hoje, para mim, um presente. Eu tenho a minha estante que tenho, com todo o carinho... guardo com todo o carinho, leio bastante. Tenho prazer de mostrar para as pessoas a Bíblia em braille. Já levei a Bíblia toda, completa ou parte das que eu tenho, que são 23 volumes que eu tenho da Bíblia. Faltam mais alguns para poder tornar... parece que os 38 volumes, completando a Bíblia, completa, toda. E eu faço com todo o carinho, leio e procuro ler também a Bíblia, e procuro, leio outras versões também. Porque eu preciso de compreender e emendar, assim, uma... a luz, uma claridade tão grande do conhecimento da Palavra de Deus que eu já até pensei... ainda não fiz, mas já até pensei, em levar pelo menos dois volumes da Bíblia em praça pública e ficar durante alguns minutos ou algumas horas ali, lendo a Bíblia em praça pública. Porque é gostoso, é maravilhoso. E com certeza as pessoas vão entender e vão querer descobrir o que está escrito ali, que ele passa o dedo em cima daquilo ali e fala, o que que está escrito. Então, com certeza as pessoas vão chegar, vão se aproximar, vão ouvir e vão querer conhecer mais da Bíblia.

[FINAL DO DEPOIMENTO]